

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 11 / nº 24

nov/2010

- 2 A filosofia e o mundo contemporâneo: sobre ética e pós-modernidade**
Luizir de Oliveira
- 8 Infelizmente, não acabou!**
Samuel Costa Filho
- 14 O Brasil de volta aos trilhos**
Antônio Carlos de Andrade
- 17 A hegemonia ideológica no Brasil (1930-1964)**
Francisco Pereira de Farias
- 21 A historiografia da Independência no Piauí**
Teresinha Queiroz
- 24 Transporte sobre trilhos: ferrovia no Piauí na Primeira República**
Lêda Rodrigues Vieira
- 30 Economia Solidária no Piauí: a solidariedade na reinvenção do espaço público**
Naiara de Moraes e Silva, Oriana Chaves e Solimar Oliveira Lima
- 36 A democracia entre a festa e o espetáculo**
Diana Patrícia Ferreira de Santana
- 40 O cientista social é um intelectual orgânico?**
Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos e Ygor Rafael Leite Pereira
- 46 Direitos humanos e soberania popular em Habermas**
Jorge Adriano Lubenow
- 47 Justificativa para a política ambiental: falhas de mercado, bens públicos, externalidades, incertezas e meio ambiente**
Fábio Renault Aguiar Sales

A única constante é a mudança. Essa afirmativa, atribuída a Heráclito de Éfeso, diz muito sobre a nossa história, sobre nossa organização social, sobre nós mesmos. Questionar, entender e explicar os fenômenos diversos aos quais assistimos ou vivenciamos diariamente é um exercício que nos faz perceber a verdade (relativa?) desse pensamento. A mudança, sob várias óticas, “continua” sendo uma das fortes palavras de ordem. Aliás, ela, ou a perspectiva dela, geralmente nos motiva, nos mobiliza...

Dessa forma, o Informe Econômico converte-se num espaço privilegiado de discussão de ideias e observação das mudanças que vão ocorrendo através da visão dos seus inúmeros colaboradores ao longo desses 11 anos de existência. Temas esses que extrapolam os muros da UFPI e alcançam a sociedade de maneira ampla. Por aqui, as teorias, historiografias e atualidades – dentre outras temáticas – têm sido debatidas, questionadas, suscitadas, explicadas, fazendo deste espaço um marco do diálogo entre as diferentes disciplinas, integrando o corpo acadêmico da UFPI e de outras instituições, que, com relativa frequência, apresentam-se nestas páginas.

Neste número, os temas dispostos se comunicam e, eventualmente, se complementam, o que estampa a multidisciplinaridade desta publicação. São levantadas questões que provocam reflexões necessárias sobre a ética da pós-modernidade, num momento oportuno de pensar o advir, e sobre a situação mundial e brasileira pós-crise. Numa abordagem sociológica, historiográfica e econômica, são lançadas luzes sobre diferentes períodos históricos do Brasil e/ou do Piauí; discute-se a forma alternativa de produção e comercialização, através da Economia Solidária; o entendimento conceitual da formação/atuação do cientista social enquanto intelectual atuante no meio social; a tese de Habermas dos direitos humanos e, por fim, os instrumentos econômicos no contexto das políticas ambientais.

Boa Leitura!

*Prof. João Soares da Silva Filho
Chefe do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI*

“Em lugar de “made in China” a marca de um iPhone deveria dizer “Feito no mundo”, dado que os microchips são japoneses, o design é estadunidense, as telas planas de cristal líquido são coreanas e a montagem é chinesa.”

Pascal Lamy

A FILOSOFIA E O MUNDO CONTEMPORÂNEO: sobre ética e pós-modernidade

Por Luizir de Oliveira*

“Quem, se eu gritasse, entre as legiões dos anjos me ouviria?” (RILKE, Elegias do Duíno, I).

Ao se propor uma reflexão acerca da filosofia na pós-modernidade, pressupõe-se que a terminologia já esteja suficientemente esclarecida para que se possa, a partir dela, delinear um campo de investigação que se abre a partir de uma gama de problemas, novos ou remodelações de velhas questões, que enfrentamos na contemporaneidade. Nós, homens do aqui e agora, encontramos-nos em um dado momento histórico **pós-alguma coisa**, mesmo que esta passagem não nos tenha sido perceptível. Assim, talvez devêssemos apontar, a título de circunscrição do campo discursivo no qual pretendo desenvolver algumas provocações para nossas reflexões, o que constitui, no meu entender, a proposta pós-moderna¹.

Em linhas gerais, assume-se como pós-modernidade a condição sócio-cultural e estética da fase contemporânea do capitalismo pós-industrial que se estabeleceu por volta dos anos 1950. Esta demarcação, contudo, não é amplamente aceita e ocasiona intensos debates entre os teóricos das mais diversas tendências. Para exemplificarmos, poderíamos chamar o testemunho do crítico marxista norte-americano Fredric Jameson (1997), para quem a pós-modernidade constitui a lógica cultural do capitalismo tardio. Entendida de forma bem ampla, ela estaria relacionada a uma nova composição de tendências políticas e culturais mais ou menos neoconservadoras determinadas a combater os ideais iluministas e os de esquerda.

Uma outra linha de análise é a proposta pelo pensador francês Jean-François Lyotard (2004). Para ele, a pós-modernidade aparece como um momento privilegiado, marcado pelo verdadeiro rompimento com as antigas verdades absolutas, como o marxismo e o liberalismo, típicas da modernidade. E não só isto: os “velhos conceitos” como razão, subjetividade, verdade e progresso parecem enfrentar uma crise considerável. Lyotard propõe que o próprio discurso filosófico, que portara até então um estatuto fundamentador de qualquer

campo discursivo que se pretendesse legítimo, também sofre seus reveses. A condição cultural instaurada pelo pós-moderno aponta para uma “incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes” (*ibid.*, p. viii).

Pelo menos na filosofia, encontramos uma mescla que coloca paralelamente a leitura de um certo pragmatismo americano revivido com a onda pós-moderna e pós-estruturalista que abalou a Paris de 1968. Isto parece ter reforçado uma tentativa de recusa *in toto* de toda a herança humanista, conjugada ao legado iluminista. Vivencia-se um cenário no qual a “velha” razão é tida como uma abstração instrumental que buscara a emancipação humana universal por intermédio de uma profunda e sistemática mobilização das forças da tecnologia e da ciência.

Todas estas considerações levam-nos a uma espécie de impasse sentido e vivenciado por todos nós, cidadãos do mundo globalizado, no alvorecer do século XXI. Encontramos-nos em face de uma “nova era” e buscamos respostas para perguntas que, por conta da diversidade de caminhos apontados, continuam deixando suas respostas suspensas. Em meio à estonteante variedade de termos utilizados para definir, minimamente que seja, este cenário atual, seguimos premidos a escolher entre uma ou outra alternativa, embora nenhuma delas nos pareça suficientemente adequada. Assim, ora somos habitantes da “sociedade da informação”, ora da “sociedade de consumo”. E mais: estas formas de estruturação, talvez fosse melhor dizer reestruturação, do sistema social, ainda têm de enfrentar um estado de coisas que parece chegar a um encerramento: “pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “era pós-industrial” etc., como finais de um ciclo, como pontos de chegada de um esforço concentrado com vistas a um objetivo determinado, se bem que parcamente esclarecido. É o momento que Lyotard

(2004) enfatiza como o fim das grandes narrativas. Afastando-se de qualquer proximidade de uma leitura hegeliana, a perspectiva pós-moderna teria esgotado as possibilidades de nos inserirmos em um processo histórico teleológico, posto este ter-se evaporado numa multiplicidade de possibilidades particulares, deixando-nos sem o consolo de um passado definitivo e um futuro previsível. É a divisa marxiana de que “tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens” (MARX; ENGELS, 2005, p. 43).

Neste sentido, vivenciamos uma espécie de “fragmentação” do humano, à qual podemos adicionar a sensação de frustração contida, quase dolorida, do descumprimento das promessas de felicidade que haviam surgido no bojo do entusiasmo científico nascente no século XVI e levado ao seu auge em meados do XIX. Herdeiros de um século de guerras de proporções nunca anteriormente vistas na história da humanidade, nós, homens do vigésimo primeiro milênio, parecemos o velho Diógenes, com sua lanterna, em busca de algo que nos escapa. Como bem reforça Anthony Giddens (1991, p. 12), o homem de hoje “vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem lugar privilegiado”. Ou pelo menos parece não tê-lo mais. Assim, entre o “fim da história” propalado por Francis Fukuyama, a ineficiência da razão pura para nos tirar das angústias cotidianas, e o descompasso entre o ser e o ter na contemporaneidade, sobrevivemos.

O debate que se avoluma dia a dia sobre a condição da pós-modernidade necessariamente teria de chegar ao universo da Ética. Não é raro que se espalhem leituras superficiais dessa nova ordem de coisas resultantes da modernidade. Frequentemente ouvimos frases como “fim da ética”, “destruição dos valores morais”, “substituição da ética pela estética”, como se estivéssemos em face de uma verdadeira e final libertação do ser humano das amarras da tradição e dos convencionalismos. Se o projeto é uma vida feliz, e essa felicidade perpassa necessariamente um bem-estar material ditado por normas de mercado, uma aparência eternamente jovial e saudável, numa tentativa, nem sempre bem sucedida, de se negar a própria fenotipia em nome de um modelo proposto, sabe-se lá por quem,

numa dissolução das identidades individuais nos padrões supranacionais ditados pela pasteurização mundializada das formas de ser e agir, o fenômeno ético parece, sim, perdido. Esquecemos, contudo, que a mera descrição de padrões prevalentes não significa que se esteja buscando códigos morais válidos universalmente (cf. BAUMAN, 1997). Na confusão advinda dessas propostas mais ou menos mundializantes, não raro jogamos fora o bebê junto com a água da bacia!

A leitura tradicional dos atos morais perpassava, pelo menos até a demarcação das inquietações provocadas pela modernidade, uma simples e direta aplicação de uma espécie de régua de valores pelos quais o comportamento devia pautar-se. Entre o “certo” e o “errado”, o homem moderno procurava justificar seu agir e seu sentir. Para os “antigos” (e coloco nesta classe, de forma pouca distinta para o escopo da minha presente reflexão, os pensadores que trataram do modo de ser e agir anterior ao advento da ciência moderna), a totalidade finalística dos atos e sentimentos humanos acabava por ficar sob uma gama de poderes sobrenaturais contra os quais os seres humanos nada podiam. Seja sob o nome de Destino, Providência ou Deus, aquilo que entendemos por “vontade livre” não passava de uma adequação entre as escolhas individuais e o certo ditado de forma cabal. Lembremos, a título de exemplo, a justificação agostiniana para a qual o livre-arbítrio humano é uma simples deliberação mediatizada pelos mandamentos divinos. Ou se os aceita ou se os transgride e “paga-se” pelas consequências de tal transgressão. Assim, viver de forma feliz seria viver de acordo com o mundo tal qual Deus o ordenou, ou como a *physis* ordenadamente se mostra. A força da tradição exercia todo o seu peso.

Ao lançar os homens e as mulheres na posição de “*indivíduos*, dotados de identidades ainda-não-dadas, ou dadas, mas esquematicamente - confrontando-se assim com a necessidade de construí-las, e *fazendo escolhas no processo*” (*ibid.*, p. 9), a modernidade propõe um questionamento que não deixará mais tão tranquilas essas escolhas. Agora, cumpre assumir integralmente a responsabilidade pelas eleições feitas e também pelas deixadas de lado. É preciso sempre calcular, medir, avaliar se se deseja uma ação apropriada nessa “nova” concepção de mundo. Todo o peso dessa concepção ética repensada pelos modernos levou Sartre, já em

meados do século XX, a afirmar que os seres humanos estão verdadeiramente “condenados à liberdade”, e essa condenação cobra-lhes um preço que muitos não parecem dispostos a pagar. Uma imagem disto, extraída da tradição hindu, é utilizada por Giddens (1991, p. 133): nós, homens pós-modernos, vemo-nos forçados a nos atrelar ou, pelo menos, conduzir o “carro de Jagrená”²; se não para sermos capazes de maximizar as oportunidades, pelo menos na tentativa, muitas vezes vã, de minimizar os prejuízos advindos dessas escolhas.

Desta forma, os desafios de uma reflexão ética que se queira séria em tempos de **dissolução** de valores exige um olhar muito atento a todas as esferas do humano. Ao redigir seu “*Discurso sobre a dignidade do homem*”, no final do século XV, Pico della Mirandola (1989) já nos propunha esse desafio. Uma conduta pautada na condição de humanidade levada a efeito de forma tão radical não poderia deixar de considerar os resultados de tal centramento antropológico. Contudo, as consequências de tal proposta teriam de esperar alguns séculos para que pudessem ser sentidas em toda sua extensão.

Atualmente, contudo, essa “velha dignidade” do humano, reforçada por Descartes e retomada inúmeras vezes por iluministas e românticos, parece ter-se esgarçado. O ideal do sujeito unificado, dotado de uma razão exercida em suas dimensões pura e prática, exercitada à medida que seus julgamentos se faziam necessários, parece ter caído por terra. Novas identidades surgem, fragmentando o indivíduo moderno e exigindo dele um novo olhar sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca. Sem referenciais, sem quadros explicativos, sem sistemas de pensamentos em que nos apoiar, vagamos no universo obscuro que tanto amedrontara Pascal! As mudanças do final do século XX e início do XXI reforçam o descentramento dessas antigas “identidades” propondo desafios para que se as pense em suas idiossincrasias: novas paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que anteriormente haviam oferecido as bases sobre as quais nos assentarmos adequadamente como indivíduos socialmente estáveis, transformam-se cotidianamente. E o corolário dessas mudanças é que individualmente também somos forçados a reelaborar a ideia que temos de nós próprios. O estável **sentido de si** não era assim tão firme quanto parecia.

Assim, à herança iluminista - que havia firmado a concepção de que o homem, por conta da sua racionalidade ontologicamente estabelecida, constituía uma individualidade centrada, unificada, dotada das capacidades de razão, de consciência e de ação gravitando em torno de um núcleo que permanecia estável ao longo de todo o processo de desenvolvimento a que fosse exposto - o século XIX ofereceria um contraponto. Em face das transformações por que passavam as sociedades resultantes das revoluções francesa e industrial, tornava-se patente que a visão de uma identidade individualista como a iluminista não dava conta de mostrar como cada homem respondia a toda a complexidade do mundo moderno de então.

A pseudo-autonomia nuclear dos homens não se sustentava em face das análises sociológicas que tomam fôlego a partir dos anos 1840. A relação “eu-outro” oferecia novos desafios interpretativos profundamente significativos em se tratando do universo dos valores, dos sentidos e dos símbolos que constituíam o patrimônio cultural humano (HALL, 2004, p. 11 *et. seq.*). Tratava-se de reelaborar a identidade do “eu” a partir de uma visão que privilegiava o caráter marcadamente interacionista das relações sociais. Isto acabaria por desaguar nas propostas da antropologia cultural da virada do século XIX para o XX, com ênfase nas interpretações relativistas. Embora se mantivesse uma leitura de um “eu real”, como enfatiza Hall (*id., ibid.*), não se poderia deixar de considerar toda a gama de formações e modificações que ele sofria ao longo da sua existência, marcada por uma relação dialética interioridade-exterioridade profunda e responsável pela proposição de um novo conceito de identidade. A crítica dos pós-modernos recairá também neste ponto.

É interessante ressaltar no âmbito desta discussão o papel que desempenham alguns autores de inspiração e/ou formação judia nesse processo. Lembramo-nos especificamente de Martin Buber, que muito bem trabalha esta visão *fin de siècle*, ao resgatar a importância capital das duas relações pelas quais todos os seres humanos têm de passar ao longo de suas vidas: aquela que se caracteriza como o espaço da palavra-princípio EU-TU, e que compreende todo o processo de socialização e construção da personalidade moral dos indivíduos na sua multifária estruturação representacional; e o espaço da palavra-princípio EU-ISSO, que demonstraria nossa capacidade de lidar com o restante do mundo em que vivemos e

que escapa às nossas interações imediatas com os outros seres humanos. Colocarmo-nos nesta esfera implica perceber que não somos apenas movidos por “verbos transitivos”, mas que há algo que a ultrapassa e que nos permite pensarmo-nos. Em outras palavras. “o mundo como experiência diz respeito à palavra-princípio EU-ISSO. A palavra-princípio EU-TU fundamenta o mundo da relação” (BUBER, s./d., p. 6), Implicações deste pensar refletirão posteriormente em pensadores bem originais, como Emmanuel Lévinas, por exemplo.

A última das consequências desse fértil período de transformações que constitui a modernidade é a concepção do sujeito pós-moderno. As rupturas da exterioridade objetiva, que servia para nos dar um apoio, reforçam nossa dificuldade no processo de identificação de nossa subjetividade com alguma identidade cultural estável. Vivemos uma transitoriedade na qual, dia a dia, tudo parece mais provisório, mutável e complicado. Nossas identidades tornam-se fluidas. Formam-se e transformam-se de maneira contínua, espelhando os modos como somos representados e nos representamos no palco da cotidianidade. Como ressaltara Goffman (1999), não basta apenas que representemos nossos papéis diariamente; é preciso que nossos observadores levem a sério a impressão que causamos ou tentamos causar. A questão torna-se complicada, sobretudo quando somos colocados em face de nós mesmos e dessas impressões que tentamos reforçar nos outros, nas imagens que eles formam de nós ou que, pelo menos, nós gostaríamos que formassem. Bastaria um passeio por qualquer bate-papo em salas de *chats* virtuais para que se pudesse ter uma dimensão imediata do que aponto aqui.

Assim, o sujeito da pós-modernidade vê-se a todo momento forçado a assumir identidades que não são “unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2004, p. 13). Vivemos um conflito interno que nos dilacera vagarosamente, e muitas vezes sem que o percebamos, embora os resultados disto sejam sensíveis na forma como agimos e reagimos no mundo em nossas esferas de interrelação social. A busca de um centro seguro e coerente parece-nos mais e mais uma fantasia. Carecemos de fundamentos internos, buscamos-os exteriormente, e voltamos de mãos vazias. Nesse caminhar, lançamos mão de todos os artifícios encontrados e colocados ao nosso dispor, embora muitos deles, talvez sua quase totalidade, sejam tão efêmeros e voláteis quanto nossa própria

necessidade de sustentação. Vivemos em sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes, e parecemos continuar buscando um referencial que seja perene, universalmente válido e individualmente satisfatório. A tradição afasta-se em ritmo vertiginoso e nós nos apressamos em fingir não olhar para trás, porque somos “pós” tudo o que se considerava rançoso, engessado, infértil.

Ao olharmos para o futuro, uma sensação de mal-estar aperta-nos a garganta. Porque nossas relações sociais, nossos contextos locais de interação são constantemente redefinidos tendo por base modelos espaço-temporais indefinidos, descontínuos (GIDDENS, 1991; HALL, 2004). Estamos estirados entre a vasta extensão espacial, que agora cobre todo o globo terrestre, e a intensidade temporal que alteraram de forma radical algumas das características “mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana” (GIDDENS, 1991, p. 14). As sociedades veem seus centros “deslocados”, recompostos por uma multiplicidade de pequenos centros de poder. É aí que pensamos encontrarem-se os desafios da filosofia do terceiro milênio.

Tempos práticos requerem atitudes práticas. A isto Dilthey (1994, p. 14) respondera de forma categórica: “a missão da filosofia prática é a determinação do que tem importância e valor na vida. Seu objeto é, portanto, determinar os princípios máximos através dos quais são definidos metas e caminhos para o agir prático”. A ela faz eco a leitura de Peter Singer (1998): uma vez que todas as propostas de se estabelecer um sistema da vida ética perpassaram a busca de fundamentos universalmente válidos, o que pode ser percebido desde a reflexão socrático-platônica até as mais recentes propostas, como as de Hare (2004) e Rawls (2000), a título de ilustração, parece ser possível defender-se uma posição francamente utilitarista nesta problemática. Isto não quer dizer que apenas estejamos propondo uma leitura que, no seu limite, tenderia a confundir-se com um **relativismo** absoluto, posto que o útil costuma ser pensado como **útil para mim**, especialmente em se tratando dos efeitos contundentes que a sociedade de consumo exerce sobre os padrões de conduta individuais. Longe disto, está o que procuramos apontar. Minha leitura aproxima-se das propostas menos ortodoxas baseadas em uma deontologia de certa forma enrijecida, ou em uma teleologia transcendente que promete recompensas em um futuro distante demais para ser vivenciado

em sua totalidade. O que me preocupa é a necessidade de reflexão do *hic et nunc* nos moldes pragmáticos já evidentes em autores tão aparentemente distintos, quanto Sêneca e Nietzsche, Schopenhauer e Marco Aurélio, Kierkegaard e Sartre, ou mesmo Espinosa e Wittgenstein!

O ponto é: ser moral implica seguir determinadas regras; agir eticamente significa ser capaz de justificar as ações, as escolhas feitas em face dessas mesmas regras, de modo a mostrar-lhes a validade e a permanência universais. Nossas atitudes manifestam-se “em padrões de ação apropriada que se conformam com um sentido do que é adequado e certo”, como bem ressalta Charles Taylor (2000, p. 187). É assim que nós somos capazes de perceber quando cometemos um engano, ou quando alguém o cometeu. Isto reforça aquilo que os gregos antigos chamavam de *héxis* e que o mundo romano, dada sua atitude mais “prática” com relação aos modos e à vida, reforçou sob o conceito de *habitus*.

Agir eticamente pressupõe não apenas o conhecimento de certas normas tidas como válidas para a comunidade em que vivemos, mas, e mais importante do que isto, vivenciá-las de forma a que se tornem um hábito indissociável do nosso agir dialógico. Ainda, um agir que pressupõe nossas relações imediatas com outros homens e mulheres, eles também mediados por essas mesmas exigências.

Isto se nos afigura muito simples, óbvio até, quando se trata de tecer considerações extrínsecas ao meu **ser-no-mundo**. Contudo, e aí residem as maiores dificuldades, nós não estamos permanentemente sob o influxo da reflexão ética, muito pelo contrário, e por isso mesmo utilizamos o termo **hábito** neste contexto. Ao automatizarmos nossas ações e reações, acabamos nos sentindo um pouco menos frágeis em face dos acertos e erros, uma vez que nos utilizamos daquela mesma régua de valores que mencionamos anteriormente. É como a imagem da **cama de Procrusto**: temos o *métron* parametrizado para o agir aceitável. Se houver sobras, se as aparam; se houver faltas, basta esticar! O importante é que entre o que é e aquilo que parece, ou transparece, não haja excessivos desvios. No palco de nossas encenações cotidianas, nas nossas entradas e saídas nos cenários desta “sociedade do espetáculo” - tomando emprestada a expressão de Guy Debord (1997) -, estamos constantemente

entrando em cena, iluminados pelos holofotes de uma constante vigilância, e sempre em busca de uma aceitação por parte do outro, conseguida à custa de nossa própria descentração. *Ecce homo!* Postos diante do dilema **a vida ou a convenção**, optamos constantemente por esta. Assim, o **normativo** é o ponto focal do ataque. A vida social majoritária resume-se a uma fileira de normas e regras constantemente lidas como opressivas, posto serem convenções circunscritas no universo da linguagem: basta que se abra a boca para que se façam presentes. Mas a facilidade desta escolha é apenas aparente. Ela instaura uma sensação de desconforto constante, uma angústia que não tem um caráter provocativo e criativo, mas que simplesmente dilui tudo na mesmice, no descompromisso e nos chavões cotidianos de “o que tenho eu com isso?”, ou “eu fiz a minha parte”. Juntamo-nos a Vladimir e Estragon, e seguimos esperando Godot! (BECKETT, 2005).

Contudo, resgatando uma vez mais nosso ponto, o normativo nem sempre é assim tão terrível e castrador quanto possa parecer aparentemente. Um mundo em que todas as diferenças fossem aceitas indiscutivelmente, em que os modos de agir fossem tão múltiplos quanto os homens e mulheres que deles se utilizam tornaria nossas vidas impossíveis. Lidar com essas diferenças tem sido alvo de muita confusão. Achatamos tudo sob um mesmo grande teto. E constantemente confundimos diferença com diversidade. O diferente exclui, marca, separa, divide; é o outro que ameaça, porque nos coloca em confronto com a possibilidade de uma leitura de mundo que não a nossa. O diverso, por sua vez, inaugura o espaço do diálogo, mostra a possibilidade de convivência, mesmo que nos coloque em face da necessidade de uma ruptura momentânea com leituras verticalizadas dos valores vigentes. Não significa a dissolução do uno no múltiplo disforme e sem rosto; apenas sua circunscrição espaço-temporal idiossincrática, mas devedora, ela também, de um pertencimento ao *éthos* mais amplo no qual se insere.

É neste sentido que continuamos nos perguntando se a proposta pós-moderna que parte da indistinção, ao colocar a ênfase sobre o pluralismo individualista e individualizante da sociedade de consumo contemporânea, consegue manter-se de pé, e por quanto tempo. Como reforça Eagleton (2005, p. 38), precisamos exercitar nossa imaginação em busca de novas formas de

pertencimento, que possuem um caráter marcadamente múltiplo, reforçando ora sua face tribal e comunal, ora sua aparência abstrata e indireta, mediada por relações sociais que fogem aos convencionalismos rasos sem, contudo, deixar de lado a compreensão de que habitamos um mundo no qual homens e mulheres, embora necessitem de liberdade e mobilidade, seguem buscando “um senso de tradição e pertencimento”. O problema é quando transformamos este senso em amarras incontornáveis. Neste sentido, acreditamos que ainda seja de valia a lição nietzscheana: andarilhos que somos, temos de estar preparados para as alegrias e as tristezas inerentes ao próprio caminhar (NIETZSCHE, 2000).

A fragmentação da vida na sociedade de consumo, as crises do novo século e os problemas que acompanham o progresso de diversas áreas parecem ter trazido a filosofia novamente à cena, aparentemente com nova roupagem. Contudo, a lição do “velho” Kant (1988) segue mantendo sua atualidade: não se trata de buscar a resposta “na” filosofia, mas em se tentar desenvolver uma atitude filosófica, uma que nos ensine a perguntar para poder buscar as respostas, que nos prepare para o mundo, para nós mesmos e para a convivência com o outro. Ademais, se seguimos considerando que, de algum modo, viver significa buscar uma vida feliz, teremos de continuar tentando aprender que se trata muito mais de uma conquista diária, um caminhar gradual e consciente que não oferece nenhuma garantia posterior, nenhum prêmio a ser colhido em algum momento no futuro, tampouco um castigo mais ou menos iminente. Não, e nisto seguimos ainda as pegadas de Spinoza (2007): a felicidade não é um prêmio que recebemos por sermos virtuosos, não é um troféu que nos é entregue porque agimos desta ou daquela maneira; muito pelo contrário. Se há um prêmio, ele consiste na adequação entre a nossa ação e o mundo em que estamos vivendo, uma simbiose verdadeira, uma união indissolúvel entre a parte e o todo. Sem esta percepção, continuaremos vagando a esmo, procurando por um referencial que nos possa dar o rumo! Talvez este seja um dos grandes desafios que a filosofia tem de enfrentar na pós-modernidade ●

Notas:

(1) “‘Pós-moderno’ quer dizer, aproximadamente, o movimento de pensamento contemporâneo que rejeita totalidades, valores universais, grandes narrativas históricas, sólidos fundamentos para a existência humana e a possibilidade de conhecimento objetivo. O pós-modernismo é cético a respeito de verdade, unidade e progresso, e opõe-se ao que vê como elitismo na cultura, tende ao relativismo cultural e celebra o pluralismo, a descontinuidade e a heterogeneidade” (EAGLETON, 2005, p. 27);

(2) “O termo vem do hindu *Jagannāth*, ‘senhor do mundo’, e é um título de Krishna. Um ídolo desta deidade era levado anualmente pelas ruas num grande carro, sob cujas rodas, conta-se, atiravam-se seus seguidores para serem esmagados” (GIDDENS, 1991, p. 133).

Referências

- BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.
- BECKETT, S. *Esperando Godot*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, s./d.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DILTHEY, W. *Sistema da ética*. São Paulo: Ícone, 1994.
- EAGLETON, T. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HARE, R. M. *Ética: problemas e propostas*. São Paulo: UNESP, 2004.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- KANT, I. *Logic*. New York: Dover Publications, 1988.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PICO DELLA MIRANDOLA, G. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- RAWLS, J. *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000.
- RILKE, R. M. *Elegias do Duíno*. Tradução e comentários de Dora Ferreira da Silva. Prefácio de Sérgio Augusto de Andrade. São Paulo: Globo, 2001.
- SINGER, P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SPINOZA, B. *Ética*. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.

* Graduado em Ciências Econômicas/PUC-SP, Doutorado em Filosofia/USP-SP. Professor do Departamento de Filosofia/UFPI e do Mestrado em Ética e Epistemologia/UFPI.

INFELIZMENTE, NÃO ACABOU!

Por Samuel Costa Filho*

O capitalismo contemporâneo consumou a mundialização do capital sob o predomínio financeiro e rentista. Nesse novo mundo em que os mercados financeiros operam com total soberania, sem nenhuma regulação e com pouca tributação, os teóricos das finanças desenvolveram a crença de que a Ciência Econômica Financeira Moderna tinha tudo sob controle. Os Economistas Financeiros disseminaram a ideia da “Hipótese do Mercado Eficiente”, em que os mercados financeiros apresentam a capacidade de estabelecer com precisão o preço dos ativos baseados apenas nas informações disponíveis no mercado.

Conforme Paul Krugman (2009), nos anos 1980, um economista da Escola de Administração de Harvard, Michael Jensen, defendeu a tese de que, devido ao fato de os mercados financeiros sempre acertarem ao definir os preços dos ativos, o melhor que os gestores corporativos poderiam fazer, no sentido de melhorar a economia, era procurar maximizar o preço de suas ações. Nessa linha, cada vez mais a teoria econômica hegemônica passou a estimular os fluxos financeiros e a conceber e defender o desenvolvimento da economia na linha especulativa do “cassino” financeiro.

Ainda, conforme Krugman (2009), um Modelo de Precificação de Ativos Financeiros foi desenvolvido, mostrando que o investidor, ao buscar um equilíbrio racional entre retorno e risco, propiciava-se fazer sua escolha de portfólio, determinando os preços dos títulos e derivativos financeiros e generalizando a crença no princípio da impossibilidade de formação de bolhas financeiras nesse mercado.

A elegância e a aparente utilidade dessa “nova” teoria econômica propiciou a premiação de uma sequência de prêmios Nobel a diversos dos seus criadores, além do que, muitos professores de Administração se tornaram funcionários de *Wall Street*, recebendo elevadas remunerações.

O sistema financeiro internacional expandiu-se, aprofundando a financeirização da acumulação de capital, e o mercado bancário intencional cresceu, baseado não somente nas funções clássicas dos bancos, mas desenvolvendo funções complexas e específicas de um mercado financeiro diversificado

de “serviços” e negócios, que aumentou e ampliou as fontes de lucros dessas instituições. Uma complexa gama de mecanismo das operações financeiras passou a fazer parte das operações das instituições bancárias, na forma de operações de *leasing*, operações de consórcio, operações de seguros, de atividades na bolsa de valores, na Bolsa de Mercadoria & Futuros (BM&F), operações de câmbio, nas atividades de exportações e importações, nas operações de previdência complementar, nas operações com os fundos de pensões etc. (KLIASS, 2010).

Assentados em um rigor formal, o saber convencional procurou dar um aspecto de cientificidade às suas teorias e garantiu o sucesso dos modelos em defesa do mercado financeiro, encantando muitos economistas, muito embora esses modelos não tratassem da realidade dos fatos e, muito menos, abordassem os contextos específicos, apresentando, antes de tudo, um reducionismo estéril na explicação e compreensão dos fenômenos econômicos.

Os pressupostos monista e individualista da teoria padrão que levou à explicação dos mercados financeiros eficientes, como a todo saber convencional, mascara a realidade, objetiva apenas assegurar o poder regenerador do mercado e assegurar a sua capacidade de corrigir os desequilíbrios, conduzindo o sistema capitalista a uma situação de máximo bem-estar, assentado em características metodológicas de formalismo reducionista e anti-intervencionista (AFFONSO, 2003).

Acontece que esta abstração que a teoria hegemônica utiliza está apoiada em supostos extremamente restritivos, mas altamente importantes para justificar a “Nova Ordem” econômica, social e política da globalização financeira. Defende o livre mercado e a democracia política como requisitos recíprocos dessa nova ordem. Incorpora na sua análise a ênfase na conduta individual racional maximizadora individual. O individualismo e egoísmo são dínamos do comportamento da sociedade, concebendo, assim, os indivíduos como os únicos responsáveis finais pela determinação da ação privada e da ação coletiva, desconsiderando os aspectos políticos e sociais.

Diferentemente do apregoado por seus ideólogos, o mercado financeiro mostrou-se incapaz de garantir endogenamente o equilíbrio e demonstrou que a sua apregoada eficiência não passava de uma fantasia. Assim, esta lógica de funcionamento do capital não apresenta mercado eficiente, não é equilibrado e muito menos sabe avaliar os riscos com perfeita racionalidade. No contexto de globalização financeira, a aplicação das políticas econômicas liberais nos últimos trinta anos elevou ainda mais a instabilidade do sistema e provocou diversas crises nos países da periferia desse sistema; crises financeiras consecutivas, com aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

Semelhante ao acontecido nos anos que antecederam a crise de 1929, hodiernamente, o liberalismo desenfreado contribui novamente para uma grave crise nos países desenvolvidos. Diante desta crise, novamente as forças autodestrutivas e autofágicas do mercado mostraram não ter mais condições de garantir a reprodução do sistema capitalista, que, deixado à própria sorte, corria risco de provocar uma grave depressão, devido à criação da riqueza fictícia não encontrar mais respaldo na economia real.

Então, os neoliberais, adeptos e defensores do reinado do mercado e da democracia liberal, não tiveram alternativa e, sem ação, ridiculamente, apelaram para a política de socialização dos prejuízos, utilizando o dinheiro público como medida para debelar e combater o surgimento de uma depressão econômica, com o propósito de salvar o capitalismo, ou o mercado, de seus próprios males. Nesta realidade, ganharam relevância as políticas de estabilização, diante dos limites que a propriedade privada dos meios de produção e o mercado colocaram para o processo de alocação dos recursos pela sociedade capitalista. Um ano após a grande crise de 2008, a possibilidade de uma nova política de estabilização permanente do capitalismo parece que está na moda.

O norte-americano Ian Bremmer acaba de publicar um livro intitulado "O Fim do Livre Mercado", defendendo a tese de que o capitalismo de estado será uma marca da geopolítica pós-crise financeira. Bremmer (2010) pondera sobre desde os limites do modelo liberal vigente às quebras de 2008 e afirma que governantes que usam politicamente as empresas estatais ganham tanto econômica quanto politicamente, o que incentiva o

desenvolvimento de sociedades menos livres e afeta a atração e as políticas das multinacionais.

Em meio a esta realidade pós-crise, novamente, as Ciências Econômicas parecem mostrar que a macroeconomia keynesiana apresentou uma resposta adequada e exata para combater o aprofundamento de uma depressão. Os governos e bancos centrais demonstraram que podem vencer a batalha da queda da atividade econômica utilizando as armas da política monetária (manipulação das taxas de reservas legais, da taxa de redesconto e das operações de mercado aberto) e da política fiscal (gasto público e impostos) para evitar a quebra dos grandes bancos e outros conglomerados empresariais, segurar a queda do nível de atividade, limitar o encolhimento da renda nacional e o aumento do desemprego.

As mudanças conjunturais e as variações e melhoras de alguns indicadores já fazem os profissionais da ortodoxia e os consultores de mercado afirmar que a crise do capitalismo acabou. Acontece que estes economistas da dita escola **científica**, jamais se notabilizaram pelo sucesso de suas prescrições e muito menos no que diz respeito aos acertos nas suas previsões. Convém ainda lembrar que o paradigma ortodoxo dominante defensor do livre mercado caiu novamente no ridículo, fruto do naufrágio das suas políticas em todos os países nos quais foi aplicado e até no principal país desenvolvido difusor dessas ideias ridículas, ou seja, nos Estados Unidos da América (EUA), sob o domínio dos ultraliberais e dos falcões republicanos.

Estes economistas ortodoxos se consideram os únicos economistas **científicos**, representando e possuindo o conhecimento do caminho correto através do qual todos os acontecimentos econômicos devem ser observados. A adoção dos argumentos e das suposições contidas na economia ortodoxa condiciona por completo a maneira como o economista convencional interpreta os fatos econômicos sem entender que estes fatos representam apenas um mero reflexo, direto e/ou indireto, do funcionamento do modo de produção capitalista.

Dado que os economistas do *mainstream* não vivem num vácuo, não são autônomos, tendem, portanto, a ser afetados pela ideologia burguesa, sendo falsa e mistificação a ideia difundida pela teoria ortodoxa de ser uma Ciência Econômica isenta de valores, que apresenta uma atitude neutra e imparcial - trata-se do chamado Mito da

Economia Positiva. É do conhecimento geral que nas Ciências Sociais as teorias apresentam divergências relativas a métodos, hipóteses e procedimentos de pesquisa. Suas teorias lidam com interesses econômicos, políticos e sociais de classes e grupos sociais, de modo que não existe formulação neutra, asséptica ou desinteressada (NORE; GREEN, 1979).

Na verdade, o paradigma hegemônico representa apenas o ponto de vista e a visão global burguesa. Utiliza um método que serve unicamente de proteção para os cientistas e consultores operar e examinar os problemas econômicos dentro desse determinado ponto de vista metodológico e filosófico, ou seja, do ponto de vista da moral burguesa. Ao desconsiderar as contradições e os interesses constitutivos de uma sociedade capitalista, essa teoria retrata somente uma determinada posição de interesses: a das classes sociais dominantes - econômica, social e política.

Desse modo, os profissionais da economia predominante forçam e levam a sociedade a refletir compreendendo somente a ideologia burguesa (eficiência, eficácia, competitividade, produtividade, livre mercado, racionalidade, utilidade, concorrência, propriedade privada, individualismo etc.). Assim, não é surpresa que o método da teoria burguesa revela uma elevada incapacidade de entender e relatar a realidade de crise. Respaldados por uma simplificação grosseira, os economistas da ortodoxia procuram demonstrar que a natureza e o objetivo do sistema capitalista são produzir para atender a satisfação do consumo, viver sempre um crescimento permanente da atividade econômica e em nível de pleno emprego.

Assentadas na famosa Lei dos Mercados, de Say, a teoria ortodoxa afirma não poder haver carência de demanda numa economia capitalista, o que significa ser impossível uma baixa na atividade econômica, a não ser por meio de imperfeições que impeçam a operação do sistema de preços - é a rigidez dos preços que impede o mercado livre de funcionar corretamente. No caso atual de crise da economia capitalista, essa teoria é incapaz de não somente explicar a crise, mas também de oferecer soluções baseadas no seu paradigma que não seja as que agravem ainda mais a crise. Colhida de roldão (a teoria), seus defensores foram pegos de surpresa, sendo incapazes de explicar essa situação e, conseqüentemente, entender esta crise. Este fato decorre do modo como os

economistas liberais ortodoxos explicam a natureza das flutuações econômicas no capitalismo.

Embora o estudo das flutuações econômicas tenha sido uma das áreas mais influenciadas pelos fatos do mundo real, o método da ortodoxia de tratar a teoria das flutuações econômicas demonstra, muito bem, a limitação da Ciência Econômica **predominante**. O saber convencional se relaciona com os fatos da vida econômica de modo insatisfatório, muito embora tenha crescido a parafernália de técnicas econômicas e o emprego dos instrumentos da análise estatística, matemática e da econometria no acompanhamento conjuntural pela ortodoxia. Mesmo assim, seus profissionais continuam, cada vez mais, incapazes de prever os principais movimentos da economia capitalista. Afinal de contas, tratam da aparência do sistema capitalista, nada mais.

Para a ortodoxia, os ciclos econômicos, de modo geral, não representam uma característica das economias capitalistas. Os economistas liberais tratam as crises como produto de circunstâncias especiais, não se constituindo aspecto fundamental do próprio funcionamento de uma economia de livre-empresa, ou seja, para os liberais, as crises, a recessão e a depressão são devidas a circunstâncias especiais e não se constituem aspectos básicos e algo inerente ao funcionamento do sistema capitalista. O saber convencional, frequentemente, apela para o uso de teorias de choques externos a fim de explicar as flutuações do sistema e, assim, justificar a ideia de que as flutuações econômicas não são naturais ao capitalismo.

As teorias ortodoxas alternativas muito pouco diferem da explicação ortodoxa e também não explicam muito mais do que a ortodoxia. Encontramos explicações de elaboração de teorias de ciclos econômicos da síntese neoclássica keynesiana apresentando uma explicação endógena ao sistema capitalista utilizando a interação entre **multiplicador** (mudança da renda depende da mudança do investimento) e **acelerador** (mudança do investimento depende da renda). Milton Friedman atribui a instabilidade das economias de livre mercado aos erros da política monetária adotada pelos bancos centrais. Joseph Schumpeter elaborou uma explicação teórica que resulta da conjunção e coincidências das fases descendentes dos ciclos de Kondratief (cinquenta anos ou mais), Juglar (aproximadamente dez anos)

e Kitchin (quarenta meses, em média). Contudo, a influência de todas essas teorias sobre a ideologia burguesa e sobre a formulação da política econômica tem sido insignificante (NORE; GREEN, 1979).

Keynes procurou explicar o desenvolvimento da crise devido à baixa do investimento em consequência do súbito colapso da taxa de retorno esperada dos investimentos, levando a uma **onda de pessimismo** no sistema capitalista. Em síntese, trata-se de uma explicação basicamente de ordem psicológica e que pode ter numerosas causas. Essas ondas de otimismo e pessimismo existentes entre os capitalistas fazem o sistema apresentar alta e baixa da atividade econômica (KEYNES, 1983). Trata-se metodologicamente de uma explicação equivalente a da ortodoxia, pois aqui também aparece como um fator externo ao próprio capitalismo.

A história do capitalismo mostra que nos países desenvolvidos como na Grã-Bretanha, nos EUA e na Alemanha ocorreram várias recessões econômicas até à Primeira Guerra Mundial. A curta alta do pós-Primeira Guerra foi seguida pela mais profunda e generalizada queda do nível de atividade econômica que o mundo capitalista jamais havia conhecido: a denominada Grande Depressão, que marcou os anos 1930. Este período de grande depressão foi o mais longo, mais profundo e mais generalizado de queda no nível de atividade econômica da história do capitalismo, quando economia importante alguma ficou imune a ela. Foi John Maynard Keynes quem formulou a explicação e o remédio para a crise do mundo do pós-Segunda Guerra. Os governos capitalistas assimilaram essas lições e colocaram em prática até a crise dos anos 1970.

A política do rearmamento - que foi a única circunstância capaz de restabelecer o pleno emprego - e o ano de 1945 assinalaram o fim de um período de quarenta anos de instabilidade no mundo capitalista. Parecia, enfim, que as perspectivas de prosperidade contínua do capitalismo haviam se tornado realidade. Durante cerca de trinta anos, as economias capitalistas comportaram-se de maneira sem precedentes na história, apresentando um crescimento da produção mais rápido, mais geral e mais longo que qualquer outro período comparável da história do capitalismo. A política econômica de civilizar o capitalismo funcionou e se constituiu em antídoto à radicalização dos movimentos sociais; e, na

periferia, foi até capaz de propiciar a participação popular.

O artifício ideológico da teoria ortodoxa de estudar as questões políticas econômicas e sociológicas separadas e independentes uma das outras mantém o raciocínio do economista ortodoxo dentro do contexto econômico burguês, restringindo a natureza e a estrutura do raciocínio econômico. Por este fato, não foi difícil, na crise iniciada em 1975, o retrocesso e retorno do domínio da ortodoxia liberal com a revolução novo-clássica das expectativas racionais, levando ao abandono e execração das políticas keynesianas.

Não abordando as questões fundamentais do capitalismo, essa nova roupagem da ortodoxia continua apresentando as deficiências e as fraquezas teóricas anteriores. Os novos defensores da economia de mercado, apoiados em princípios abstratos e descontextualizados historicamente, acreditaram na beleza e potência das suas teorias subjacentes na sua própria retórica, que apresenta resultados que decorrem estritamente da imposição das suas premissas.

No que diz respeito às explicações dos ciclos econômicos, os novo-clássicos continuaram a construir análises exógenas de choques financeiros e choques reais. A irrelevância empírica dos seus conceitos permaneceu fragilmente encoberta na questão metodológica friedmaniana do **como se**, que supõe que, embora assentados em suposições absurdas, os economistas do *mainstream* agem **como se** as suposições fossem verdadeiras. Respaldados em uma débil aparelhagem explicativa do funcionamento do capitalismo, jogaram novamente para debaixo do tapete os pontos essenciais do funcionamento do sistema burguês e continuaram incapazes de explicar a atividade econômica do mundo capitalista. Estudaram a aparência, nada mais.

Esta perspectiva decorre do método da teoria burguesa, que, consciente ou inconscientemente, procura e objetiva autojustificar a superioridade do sistema capitalista. Essa é sua essência. Baseado em um raciocínio sobre o indivíduo autônomo, procura obscurecer a natureza espoliativa do capital. Dessa forma, a chamada Ciência Econômica serve de ideologia apologética do capitalismo. Representa uma mistificação que tem a função de reduzir as possibilidades e os desejos de mudanças em uma sociedade dominada pelo capital (PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

Acontece que é da natureza do capital flutuar.

A instabilidade é inerente ao sistema capitalista. Esta essência é encontrada nos trabalhos do sempre combatido, depreciado e descartado Karl Marx, o qual o capitalismo teima em ressuscitar. A essência do capitalismo revela (1) ser o mais dinâmico e pujante modo de produção já criado pelo homem e (2) que essa elevada flexibilidade não impede as crises, que são inevitáveis e inerentes ao capitalismo. Entretanto, são estas crises que criam as condições para reanimação do sistema e para um novo auge (MARX, 1980).

Dessa forma, esse sistema, após resolver suas contradições, em algum momento, sempre volta a apresentar crescimento, quer seja em determinada área ou em termo global. Mesmo em crise, o capitalismo nunca **para**. Embora em diferentes ritmos, apresenta situações e indicadores divergentes, ora positivos ora negativos. Trata-se de um sistema com elevada dinâmica. A crise é um processo e o capital uma contradição em processo.

No **pós-crise**, esta dinâmica e os dados conjunturais não possibilitam afirmar que a crise já acabou. Conforme observa José Carlos de Assis, em artigo "O capitalismo no ponto de maturação (e o Brasil nele)", de janeiro de 2010, é impossível desvendar as perspectivas futuras da recuperação do capitalismo se não compreendermos a natureza peculiar e a gravidade da crise financeira por que passa o capitalismo. E o processo e desenrolar desta crise são diferentes das anteriores. Ela já quebrou grandes corporações, como a maior seguradora do mundo (American International Group - AIG). Levou ainda à estatização de grandes bancos americanos (Bank of America e Citigroup) e até de algumas de suas maiores corporações (GM e Chrysler). O mesmo ocorreu com diversos bancos privados europeus, na Inglaterra, na Alemanha, por exemplo, e em diferentes países da Europa e da Ásia, de modo que a crise é grave e não acabou, vai apresentar ainda várias fases e está longe do fim. É da sua essência.

Neste contexto, é cedo, muito cedo para afirmar que a crise do capital financeiro chegou ao fim, acabou, ou que o pior já passou. A recuperação do capitalismo em escala global, conduzida pelos países da Ásia é débil e geograficamente variável. Não é suficiente para criar uma dinâmica global consistente. Pairam no ar ameaças de bolhas financeiras e crises de dívidas públicas em vários países desenvolvidos, principalmente da Europa. Predomina um baixo nível de investimento e um

persistente desemprego. A lógica do capital financeiro não foi eliminada. O sistema de regulação e ações a respeito aos lucros dos bancos não sofreu restrição, nem ocorreram mudanças significativas no funcionamento e regulação do sistema econômico mundial de dominância de capital especulativo rentista. Além do que, a lógica virtuosa dos EUA (consumo) e da China (produção e crédito) está desgastada.

Também não ocorreu uma recuperação sustentável da economia capitalista. São muitos os problemas ainda existentes e os países desenvolvidos apresentam uma divisão clara de pensamento sobre a melhor forma de atuação nesse período denominado pela ortodoxia de pós-crise global. A posição dos EUA privilegia a retomada da atividade econômica e defende a continuidade dos incentivos ao crescimento econômico sem descuidar de um ajuste gradual das contas do setor público. O objetivo americano é não errar na dose do remédio e matar o paciente, e não de curá-lo. Por outro lado, os países europeus, liderados pela Alemanha, defendem uma ação de combate aos *deficits* públicos.

A maior parcela do aumento do endividamento do setor público foi fruto e consequência das medidas de socorro ao setor financeiro e, devido à gravidade da crise, decorreu ainda da queda de arrecadação do setor público. Os gastos públicos realizados pelo estado para viabilizar o processo de acumulação de capital e, sobretudo, com esta política de socialização do prejuízo, com objetivo de salvar o **mercado**, faz o próprio mercado cobrar seu preço. Portanto, as elevadas dívidas públicas em favor do capital são apresentadas ao grande público como medidas decorrentes da política e do processo de legitimação **populista** do estado de bem-estar social. Neste contexto, cortar os gastos públicos equilibra; e conter gasto social representa um aparente ajuste fiscal para atender aos interesses do capital financeiro internacional, dentro das precondições ditadas pela ortodoxia.

Todavia, a implementação das medidas de ajuste fiscal e de controle orçamentário deverá comprometer o, ainda frágil, crescimento econômico global pós-crise. O ajuste fiscal ortodoxo muito rígido sempre causa mais prejuízo do que benefício para a atividade econômica, ainda mais quando esta economia está lutando para sair da crise. A redução nos gastos públicos e a eliminação dos estímulos à atividade econômica somente são recomendáveis quando a recuperação

da economia já estiver consolidada (OLIVEIRA, 2010). Esta política é também adequada em caso de aquecimento da economia, de bolha ou de aceleração inflacionária. No momento atual, tenderá a provocar mais problemas, como uma nova retração da atividade econômica, aumento do desemprego, queda da arrecadação fiscal, novo aumento do *deficit* do setor público, o que fará a população arcar com sofrimento, dor e lágrimas o atendimento pelo estado das demandas do setor financeiro.

A história da década perdida no Brasil e as experiências dos países que aplicaram o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao longo das últimas décadas mostram que ocorreram aprofundamentos da recessão nos países submetidos às recomendações de fortes ajustes fiscais recomendados por esta instituição. É bom lembrar que a recente crise já tem levado os habitantes dos principais países desenvolvidos a ter que conviver com situações vexatórias e problemas comuns pelos quais passam os indivíduos que vivem nos países capitalistas subdesenvolvidos, como desemprego recorde, endividamento crescente, redução de padrão e nível de vida e queda no consumo.

Na Grécia, as prescrições das fracassadas e conservadoras políticas econômicas do FMI objetivam apenas atender aos mercados financeiros e irá aprofundar a crise à custa da devastação social e da miséria humana. Os governos europeus não apresentam alternativas reais à versão neoliberal de capitalismo por eles construídos, com o euro sendo usado como instrumento de disciplina salarial e social. Dessa forma, os planos de austeridade, que procuram elevar a competitividade, estão sendo implementados visando rebaixar salários e reduzir encargos. Representam programas de grande violência e somente irão endurecer os traços regressivos dessas sociedades, à custa das condições de vida dos trabalhadores e dos desfavorecidos (HUSSON, 2010).

Começa a pairar no ar uma ameaça à paz social nos EUA. A tensão social e as divergências entre os países-membros passam a ser ameaças à organização da União Europeia. Mesmo após se gastar trilhões de dólares para salvar os conglomerados financeiros, os custos da crise do capitalismo nos países em desenvolvimento já levaram a que 53 milhões de pessoas passassem a viver abaixo da linha da pobreza e que mais de

100 milhões se juntassem às filas das pessoas que passam fome no mundo. A crise da dívida na Grécia e a situação dos outros estados (não somente os PIIGS – acrônimo para Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) que apresentam *deficits* e gastos elevados para salvar ou financiar o capital pairam como uma nova ameaça nesse processo de desenvolvimento da crise na zona do euro, indicando desdobramento da crise e sua continuidade em várias partes da economia mundial.

Depois dessa breve recuperação, o medo de uma nova recessão volta a rondar a economia dos EUA. Na economia americana, o mercado imobiliário continua frágil, os efeitos dos estímulos fiscais do ano passado estão se dissipando. Os EUA apresentam uma retomada de crescimento mais lenta do que o alardeado pela ortodoxia. Recentemente, o prêmio Nobel Paul Krugman (2010) escreveu sobre a possibilidade de outra recessão e não descarta que já estejamos no início de uma forte depressão. A consequência mais provável é que o processo de desenvolvimento desta crise irá durar ainda bastante tempo. A recuperação nos próximos anos será lenta e os economistas ortodoxos, os propagandistas do mercado financeiro, os especialistas, os consultores e os analistas do curto prazo (análise de conjuntura) continuam a não entender muita coisa do funcionamento de uma economia capitalista, suas contradições e tendências de movimento do capital. Os estudos da economia devem levar em conta o desenvolvimento do processo. Infelizmente, a crise não acabou! O processo está em movimento ●

Referências

- AFFONSO, R. B. A. *O Federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX: um balanço crítico*. 2003. 281 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ASSIS, J. C. O capitalismo no ponto de maturação (e o Brasil nele). *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ e Sindecon-RJ, jan. 2010.
- BREMMER, I. *The end of the free market: who wins the war between States and corporations?* New York: Portfolio, 2010.
- HUSSON, M. *Crise na Europa: quais as respostas progressivas?* Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16799>. Acesso em: 25 jul. 2010.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1983.

KLIASS, P. Spread bancário: escândalo nacional. *Carta Maior* [online], Análise & Opinião, 13 jul. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4705>. Acesso em: 13 jul. 2010.

KRUGMAN, P. Como puderam os economistas errar tanto? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Aliás, B 8-9, p. 2, domingo, 06 set. 2009.

KRUGMAN, P. Receio que estejamos no início de uma forte depressão. *Terra Magazine*, 28 jun. 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O14529518-E112928,00Receio+que+estejamos+no+inicio+de+uma+forte+depressao.html>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NORE, P.; GREEN, F. *A economia: um antitexto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

OLIVEIRA, F. A. *Economia e política das finanças públicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

* Professor Adjunto do DECON-UFPI, Mestre em Economia/CAEN-UFC, Doutorando em Políticas Públicas/UFPI-UFMA.

O BRASIL DE VOLTA AOS TRILHOS

Por Antonio Carlos de Andrade*

Quem teve tempo e paciência para ler as edições da revista Exame n. 972 e 975 - cujas chamadas de capa são "Consumo, a força que move a economia" e "A Superpetrobras", respectivamente - e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, divulgada no mês de setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - pesquisa que vem sendo realizada anualmente desde 1999, que procura medir os principais indicadores da evolução econômica e social dos lares brasileiros - acaba ficando com a impressão de que se trata de mais um enredo de escola de samba, no qual se misturou a história do Brasil; como no Samba do Crioulo Doido, de autoria de Sérgio Porto (1923-1968), que ficou conhecido por Stanislaw Ponte Preta. Aqui o que vai se misturar são os índices socioeconômicos que vão de excelente, comparáveis a países desenvolvidos, a péssimos, tais quais os da África Subsaariana.

Um observador menos desavisado, que se debruce sobre os índices da economia brasileira, pode notar a existência de áreas onde o crescimento chega perto dos chineses e indianos, em setores que apresentam níveis de renda de países ricos, cujo bem-estar social superam àqueles. Entretanto, esse mesmo observador, pode constatar que o Brasil ainda é um país de miseráveis, com muitas etapas a serem vencidas na busca do desenvolvimento, principalmente pelo

número de pessoas ainda vivendo em condições péssimas de vida, onde a tábua de salvação ainda é o programa Bolsa Família, que em 2010 atende perto de 50 milhões de pessoas.

O Brasil que dá certo e se parece com os países ricos é aquele que, atualmente, produz e vende internamente mais de três milhões de automóveis, colocando-se entre os dez maiores produtores mundiais de carros. Em 2010, a indústria automobilística brasileira espera bater novamente o recorde do ano passado, cuja demanda foi de certa forma mascarada com a redução de imposto pelo governo federal.

O crescimento do consumo no País tem uma explicação: o crédito, que neste ano vem mudando o seu perfil. O crédito concedido a pessoas físicas superou o concedido a pessoas jurídicas, em maio de 2010, e segue *pari passu* até julho. Em 2000, de um montante de aproximadamente 188 bilhões de reais, cerca de 66 bilhões de reais eram destinados às pessoas físicas e 122 às pessoas jurídicas, já em maio de 2010, 501 bilhões de reais foram destinados às pessoas físicas e 499 às empresas (em junho, cerca de 506 e 511 bilhões de reais; em julho, aproximadamente 511 e 513 bilhões de reais, respectivamente, pessoas físicas e jurídicas), segundo a série histórica do Banco Central do Brasil (BACEN) (2010).

Somente nos cinco primeiros meses de 2010, 183 bilhões de reais se destinaram a empréstimo

pessoal - um crescimento de 11,4% -, e 108 bilhões, a financiamento de veículos - incremento de 15%; 107 bilhões, a financiamento de imóveis, inclusive com recursos de origem da poupança, segundo fontes ligadas ao BACEN e à Consultoria LCA; e 28 bilhões com cartão de crédito, crescimento de 10,3% (MANO, 2010).

Só para se ter uma ideia da força do crédito no consumo, em 2000, 4,5% da renda do brasileiro era comprometida com dívidas; em 2010, 17,5%. Somente no primeiro semestre deste ano sete milhões de novos cartões de créditos foram emitidos no País. Outro fator que ajudou a disseminar o crédito na economia brasileira, entre as pessoas físicas, foi o alongamento do prazo para pagamento do mesmo. Em 2000, esse prazo era em média de 10 meses; em 2010 já chega a 18 meses. Segundo Cristiano Mano (2010), desde 2005, os prazos já cresceram 66 %. Como exemplo de como isso vem acontecendo na economia, no início de 2010 já era possível se financiar uma passagem aérea das companhias TAM e Azul em até 48 meses - nunca esteve tão fácil viajar de avião.

Outro setor que vem crescendo é o do sonho de 10 em cada 10 brasileiros: o da casa própria. O setor imobiliário vem crescendo acima da média nacional. Estudo (inédito) recente realizado pela Associação Brasileira de Construção, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, apresentou como é distribuída a riqueza gerada em cada elo da indústria da construção civil. Em 2009, o setor da construção civil, envolvendo fábricas de materiais, construtoras, lojas, prestadores de serviços, empregou mais de 10 milhões de trabalhadores de todos os níveis salariais e educacionais – um verdadeiro recorde, segundo os autores do estudo, gerando 224 bilhões de reais de riqueza, equivalente a 8,3% do Produto Interno Brasileiro (PIB) brasileiro. Até 2005, as vendas financiadas pelas principais construtoras no Brasil não chegavam a 20%; hoje, chega a 90%, com um financiamento de até 30 anos para ser quitado, portanto, essa é uma das explicações do por que se constrói tanto no País (MANO, 2010).

Contudo, o Brasil ainda está longe de alavancar a economia através do crédito ao consumidor, embora o crescimento em volume tenha sido espetacular: cresceu de 66 bilhões de reais em 2000, para 502 bilhões em 2010, segundo dados do BACEN - uma participação de 30%. No Canadá essa participação chega a 141%; nos Estados

Unidos (EUA), 131%; na Inglaterra, 181%; na França, 100%; na Alemanha, 98% e na Itália, 72%. O crédito no Brasil ainda pode avançar muito, principalmente nas classes C e D. O consumo das famílias no Brasil deverá ser de 5 trilhões de reais em 2020, segundo projeções da consultoria LCA (STEFANO, 2010).

No entanto, existe um complicador nessa história toda: o baixo desempenho da economia nas últimas décadas, malgrado o crescimento econômico dos últimos anos. É que o ritmo de evolução da renda *per capita* no País cresceu aquém daquele verificado nas décadas de 1960 e 1970. No período de 1961 a 1970, a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* foi de 3,19%; de 1971 a 1980, 6,04%; de 1981 a 1990, -0,56%; de 1991 a 2000, 0,95%; de 2001 a 2010, 2,3%, segundo o BACEN, IBGE, Tendências Consultoria, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (IBGE, 2009).

Considerando o PIB nominal, em dólares de 2009, e uma taxa média de crescimento da população brasileira em 1,25%, em 1990 o PIB *per capita* brasileiro passou de US\$ 6,307 para US\$ 10,600, em 2010 - em estimativa, um crescimento no período de 68,1%. A se manter esse ritmo de crescimento iniciado na década de 2000 na economia brasileira, o Brasil levará 75 anos para alcançar os atuais 46,00 dólares de PIB *per capita* do americano.

O período no qual houve um crescimento negativo da economia brasileira, 1981-1990 (-0,56%) coincide com o período do experimentalismo em políticas de combate à inflação na economia brasileira. Foi quando surgiram o Plano Cruzado I (28/02/1986), o Plano Bresser (15/06/1987), o Plano Feijão com Arroz (01/1988), o Plano Verão (14/01/1989) e o Plano Collor I (15/03/1990). Ainda haveria o Plano Collor II, mas este foi lançado somente em janeiro de 1991.

A experimentação só teria fim em 1994, com a implantação do Plano Real no governo do presidente Itamar Franco, concebido como um programa implantado em três etapas: (i) a primeira promovia um ajuste fiscal, cuja meta era estabelecer o equilíbrio das contas públicas, que era a principal causa da inflação brasileira; (ii) a segunda etapa consistiu no lançamento de um padrão estável de valor, denominado de Unidade Real de Valor (URV); (iii) e a terceira é a da unidade de conta, que "estabelecia as regras de emissão e

lastreamento da nova moeda (real)" a ser lançada como forma de garantir a sua estabilidade (CASTRO, 2005, p. 151).

O Brasil que não dá certo é aquele que oferece às camadas mais pobres de sua população um ensino básico (fundamental e médio) público e gratuito de qualidade que vai do sofrível ao excelente, pois existem ilhas de boa qualidade neste ensino. Por outro lado, existe também um mar de má qualidade na educação. E os motivos são os mais diversos: passam pela falta de treinamento e capacitação dos professores, salários baixos; escolas mal equipadas, falta de segurança para os alunos, professores e funcionários e por aí vai. Os alunos que conseguem chegar ao fim desse ciclo de estudo e concluem o ensino médio, em sua grande maioria, prestam vestibular para as faculdades particulares e vão engrossar o exército de devedores do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Outra saída do governo para mascarar a má qualidade de seu ensino público foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, "pela lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior" (BRASIL, 2010). As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

Por outro lado, existe uma educação que pertence ao **Brasil que dá certo**: a educação superior das universidades públicas. Mas, nestas, a maioria dos alunos que são aprovados nos vestibulares são oriundos das boas escolas privadas do País e que consomem, em média, cerca de 30% do orçamento da classe média brasileira. Querer, por outro lado, cobrar dessa mesma classe média mensalidades nas universidades públicas seria um contrassenso, uma vez que ela já pagou pela educação de seus filhos no ensino fundamental e médio.

Também existe um **Brasil que não dá certo** na saúde: o Sistema Único de Saúde (SUS). Embora a Constituição Federal de 1988 tenha garantido o atendimento médico gratuito para todo e qualquer brasileiro, não garantiu recursos (financeiros, humanos e técnicos) para atender a essa universalização do atendimento. A população brasileira já nem se abala mais com as notícias de pessoas que acabam falecendo à espera de atendimento, transplantes, medicamentos,

dentre outros.

Como avaliar o abastecimento de água, coleta de lixo e iluminação nas cidades brasileiras? E o que dizer dos transportes urbanos nas capitais e cidades de porte médio no Brasil?

Na área de logística e infraestrutura, o País necessita de muitos reais para recuperar e modernizar suas rodovias, porto, aeroportos, hidrovias. Para se ter uma ideia, somente para a recuperação, pavimentação e duplicação das pistas seriam necessários cerca de 183,5 bilhões de reais em recursos nas rodovias federais do país (EXAME, 2010). O País está credenciado para promover uma Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas Mundiais, em 2016, mas nada ainda foi feito, nenhum investimento nos aeroportos e nos transporte urbanos.

Construir casas para as populações que sobrevivem nas vilas e favelas desse país é um desafio para todos os governos, desde tempos remotos. E são pessoas que não têm renda ou, muitas delas, que sobrevivem das rendas repassadas pelo governo (Bolsa Família) e de "bico", que nada mais são do que subempregos. O problema do Bolsa Família é que ele parece ser um quarto de somente uma porta de entrada, onde quem entra não tem como sair mais.

Finalmente, o Brasil tem que voltar a planejar sua economia para o curto, médio e longo prazo. Coincidentemente, o País teve taxas expressivas de crescimento econômico: Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek e o "milagre brasileiro" no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. Deixar que o mercado determine aleatoriamente o crescimento da economia é o mesmo que deixar o barco à deriva durante uma tempestade. Além do mais, o governo não tem mais a capacidade de investimentos que tinha nos anos 1970 e 1980, daí a necessidade de se criar um mecanismo de capacitação e poupança para canalizar em investimentos principalmente em infraestrutura.

O País venceu a sua grande doença dos anos 1970, 1980 e 1990, que era a inflação. Não pode haver vida inteligente num país onde a inflação ultrapasse a casa dos 20% ao ano e a economia brasileira conviveu com taxas que foram gradativamente passando dos 100%, 200%, 1.000%, 2.000% e quase chegou a 3.000% ao ano. Diversos governantes pegavam um pedaço de papel, pintavam de dinheiro e com ele realizavam diversos investimentos, tais como construir

idades, estradas, usinas hidrelétricas etc. Isso teve um custo que passou de uma geração para outra.

A doença agora é outra: uma elevada taxa de juros; a mais alta do planeta. Com certeza, também não deve existir vida inteligente onde a taxa básica de juros já chegou a 49% e hoje está estacionada em 10,75% ao ano, inibindo a maioria dos investimentos produtivos na economia.

A primeira ação do novo governo que será eleito neste ano deve ser a de reduzir a taxa de juros básicos da economia brasileira para patamares compatíveis com uma economia que precisa de novos e mais investimentos, pois rapidamente está se esgotando a capacidade de produção atual da economia. Um novo ciclo produtivo deve ser criado e somente os novos investimentos trarão isso.

Em todo caso, a economia brasileira sempre surpreendeu seus analistas, pois essa dualidade de ser moderna e atrasada ao mesmo tempo não permite que se acerte sempre o seu comportamento e desempenho. Afinal de contas, a própria ciência econômica ainda é uma caixa de Pandora ●

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Séries temporais*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>>. Acesso em: 17 set. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. *O Programa*. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 17 set. 2010.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIANBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.

EXAME, São Paulo: Abril, ed. 976, a. 44, n. 17, 22 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 30. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 15 set. 2010.

MANO, C. Quer pagar em quantas vezes?. *Exame*, ed. 972, a. 44, n.13, p. 30-37, 28 jul. 2010.

STEFANO, F. Consumo: a força que move a economia. *Exame*, ed. 972, a. 44, n. 13, p. 20-29, 28 jul. 2010.

* **Doutor em Economia/USP, Professor Adjunto do DECON/UFPI e jornalista.**

A HEGEMONIA IDEOLÓGICA NO BRASIL (1930-1964)

Por Francisco Pereira de Farias*

1 Introdução

O objeto deste artigo é a luta ideológica no Brasil de 1930 a 1964, fase histórica brasileira marcada por uma ausência de hegemonia política no interior do bloco no poder. Partindo da indicação de Nicos Poulantzas (1986), de que nem sempre a hegemonia política no bloco no poder coincide com a hegemonia ideológica no conjunto da formação social, buscamos responder se, paralelamente à crise de hegemonia política, haveria uma nova hegemonia ideológica.

Poulantzas (1986) define a hegemonia política como a capacidade de uma classe ou fração de classe fazer prevalecer os seus interesses no interior do bloco de classes dominantes, ou seja, o bloco no poder. Isso se traduz na capacidade

dessa classe ou fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado. A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder.

Uma conjuntura especial é aquela onde se instaura uma crise de hegemonia política, ou seja, a situação na qual nenhuma fração da classe dominante é capaz de impor sistematicamente os seus interesses frente às outras frações dominantes. A crise de hegemonia política não é

uma situação de distribuição igualitária dos benefícios da política econômica, o que, de resto, é impossível, devido aos interesses serem conflitantes. Em tal contexto, a política do estado assume a característica de independência, na qual nenhum dos interesses específicos dos grupos dominantes encontra-se prioritariamente contemplado, embora tal política se efetive dentro dos limites dos interesses comuns ao conjunto da classe dominante, caso em que se pode falar em um extremo de **autonomia relativa** do Estado.

Já a hegemonia ideológica é entendida por Poulantzas (1986), seguindo a análise de Antônio Gramsci, como o papel de se apresentar os interesses particulares de classe ou fração de classe em **interesse geral** da formação social. A natureza dos capitais indica um certo comportamento político-ideológico. Dado os seus aspectos de frações improdutivas do capital, é mais difícil que os capitais bancário e comercial se apresentem como representando o interesse geral da nação. Onde tais capitais dominam, eles preferem deixar aos setores produtivos - indústria e agricultura - o papel de representar o interesse geral. As frações improdutivas do capital procuram evitar a crítica dos setores populares ao aspecto parasitário de suas atividades. Compreende-se que os bancos e o comércio preferam agir discretamente na cena política através dos *lobbies* e menos por meio da cena político-partidária (FARIAS, 2009).

2 Ruralismo Versus Industrialismo

A nossa hipótese de trabalho é que, entre a Revolução de 1930 e o golpe civil-militar de 1964, a burguesia industrial adquiriu a hegemonia ideológica sem, no entanto, conquistar ainda a hegemonia política.

De um lado, encontramos a legitimação da tese da **vocação agrícola** do País nas obras de Alberto Torres e Gilberto Freyre. Para Alberto Torres (1982), em "A organização nacional", seria um erro contestar o nosso destino agrário, diante do vasto território nacional. Ele crê em uma espécie de divisão internacional do trabalho. Ao lado da grande propriedade, que explora as produções que se exportam, fundar-se-ia a pequena cultura, para as produções de consumo. O autor tem uma atitude de desconfiança ante a indústria, insistindo na ideia de que o protecionismo cria e desenvolve indústrias impróprias ao nosso meio e estado de desenvolvimento econômico.

Para Gilberto Freyre (2001, p. 56), em "Casa-grande e senzala", "nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social". Freyre aponta a importância não apenas da família, mas também das forças agrárias-oligárquicas, que deveriam ser incorporadas ao projeto de desenvolvimento, por serem a única garantia da ordem social e da unidade nacional. O seu nacionalismo é tradicional e regionalista. Para ele, o brasileiro não é um povo exclusivamente racional; a irracionalidade é também uma marca da miscigenação.

De outro lado, deparamo-nos com a crítica de Sérgio Buarque de Holanda à nossa herança rural e a sua defesa dos valores do industrialismo. Para Holanda, em "Raízes do Brasil", a cordialidade - consequência possível do ruralismo ibérico (vida social centrada no privatismo da família) e traço específico da "cultura brasileira" - deve ser vista como negativa, em nome da realização da "essência" da vida política: o geral, o intelectual, o impessoal. A nossa revolução, a partir da abolição da escravatura, em 1888, caminha e deve se direcionar para o "aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura" (HOLANDA, 1995, p. 172).

Para Florestan Fernandes, em "A revolução burguesa no Brasil", a especificidade do capitalismo no Brasil é a ausência do caráter nacional e democrático, definindo-se como um capitalismo dependente, em razão dos vínculos aos empréstimos financeiros e à difusão tecnológica do capitalismo do centro econômico mundial. Fernandes (2006) exorta a classe dominante brasileira a realizar a **revolução nacional e democrática**, baseada na industrialização autônoma e distribuidora de renda.

A partir da Revolução de 1930, os setores dominantes da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização, elevaram os interesses industriais como representativos do interesse nacional. No entanto, a política nacional-desenvolvimentista chocou-se, em vários aspectos, com os interesses da própria burguesia industrial, a exemplo do que se deu com o intervencionismo econômico (siderurgia, petróleo, energia elétrica) e a legislação trabalhista (em especial o salário-mínimo). Em outros termos, a burguesia industrial contava com a hegemonia ideológica, mas não detinha a preponderância política.

3 As Ideologias Econômicas

Um indicador da hegemonia ideológica é o predomínio do pensamento econômico de determinado grupo social. Como observou Miriam Limoeiro (1978, p. 89), “a ideologia que empolga o aparelho estatal numa sociedade capitalista num determinado momento é expressão [...] do estabelecimento da relação de domínio das suas frações dominantes”.

No Brasil de 1930-1964 eram três as principais correntes de pensamento econômico que influenciavam as políticas do Estado: a neoliberal, a desenvolvimentista privada e a desenvolvimentista estatal-nacionalista. Enumeramos no quadro a seguir as principais características de cada uma delas.

Quadro 1 - Principais ideologias econômicas no Brasil 1945-1964

	Neoliberal	Desenvolvimentista privada	Desenvolvimentista estatal-nacionalista
Principais núcleos	FGV, ACESP, CNC, CNE	CNI, FIESP	BNDE, Assessoria econômica de Vargas, CEPAL, ISEB
Principais economistas	Eugênio Gudim, Octávio de Bulhões	R. Simonsen, J. P. de A. Magalhães	Celso Furtado, Rômulo de Almeida
Projeto econômico básico	Vocação agrária do país	Industrialização com proteção ao capital nacional industrial	Industrialização planejada e apoiada no Estado
Apoio financeiro interno a investimento	Estruturação do sistema financeiro	Incentivo à reinversão dos lucros	Tributação
Capital estrangeiro	Favorável ao estímulo	Favorável, mas com controles	Favorável com controles e fora dos serviços públicos e mineração
Empresa estatal	Enfaticamente contrária	Moderadamente favorável	Enfaticamente favorável
Planejamento	Entre contrária e tolerante a ensaios de planejamento parcial	Favorável	Enfaticamente favorável ao planejamento geral e ao regional
Protecionismo	A favor de fortes reduções de tarifas	Enfaticamente favorável	Favorável
Salário, lucro e distribuição de renda	Argumento neoclássico da produtividade marginal	Defesa do lucro (argumento do reinvestimento)	Concentração de renda obstrui crescimento
Reforma agrária	Contrária	Por uma reforma limitada	Favorável

Fonte: Bielschowsky (2004, cap. 8) e Pereira (1985, cap. 1).

Observando os núcleos de apoio das correntes do pensamento econômico, podemos dizer que o capital mercantil, a burguesia industrial e setores da burocracia do Estado possuíam projetos econômicos distintos. A corrente neoliberal estava ligada à Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACESP) e à Confederação Nacional do Comércio (CNC); sustentava o velho projeto da vocação agrária do Brasil, com base nas vantagens comparativas. A corrente desenvolvimentista privada tinha apoio na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); advogava um projeto de industrialização com política protecionista. Setores

da burocracia do Estado, situados em algumas agências como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) davam base para a corrente desenvolvimentista estatal-nacionalista; o seu projeto econômico era a industrialização apoiada na empresa estatal.

Após a segunda guerra mundial, houve no País a prevalência de uma ideologia econômica amplamente consensual: salientava-se a importância de reestruturar a economia agrícola tradicional do Brasil; a industrialização era vista como a saída desta situação; atribuía-se uma importância crucial ao desenvolvimento de

“indústrias básicas”; ênfase na substituição de importações; considerações nacionalistas. “Por causa dos efeitos integradores dessa ideologia, mesmo os grupos funcionais e regionais que não eram diretamente beneficiados com as políticas de alocação e que podiam ter interesses conflitantes, aceitavam a legitimidade das decisões governamentais” (LEFF, 1977, p. 127).

As influências intelectuais do presidente Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1960), por exemplo, eram tipicamente cepalinas. O presidente, no estilo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), denunciava a deterioração dos termos de troca. Para o presidente JK, a industrialização mudaria o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho. A postura frente ao capital estrangeiro era nacionalista; JK afirmava a existência de “determinadas áreas de investimentos que, por motivos políticos e de segurança nacional, devem ser objeto de um esforço puramente nacional, conforme o dispõe a Constituição e as nossas leis” (ALMEIDA, 2006, p. 199).

Em síntese, Alberto Torres (1982) e Gilberto Freyre (2001), em suas principais obras, legitimaram a tese da vocação agrícola do País. Em contraposição, Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Florestan Fernandes (2006) criticaram a nossa herança rural e fizeram a defesa dos valores do industrialismo. A partir da década de 1930, os setores nacionalistas da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização planejada e apoiada no Estado, elevaram os interesses industriais como representativos do interesse nacional ●

Referências

- ALMEIDA, L. F. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 28, p. 81-98, 2009.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFF, N. H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- LIMOEIRO, M. *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PEREIRA, L. C. B. *Pactos políticos: do populismo à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- TORRES, A. *A organização nacional*. 4. ed. Brasília: UnB, 1982.

A HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ

Por Teresinha Queiroz*

A Independência é o tema mais importante da historiografia piauiense e, a seu respeito, há centenas de registros. Três conjuntos principais de escritos sinalizam para a maneira como é pensado o evento na história e na memória: uma escrita instituinte, uma historiografia revisionista e uma historiografia moderna, que se pretende científica. A escrita instituinte, tributária da documentação arquivística, posiciona, organiza e estabelece os fatos. A historiografia revisionista redistribui as glórias. A historiografia científica dialoga com os procedimentos teóricos e metodológicos da área.

O primeiro conjunto evidencia as disputas da época e configura os interesses de cada espaço - o metropolitano, o do Rio de Janeiro, o da Bahia, o do Ceará, o do Piauí, o do Maranhão. No Piauí, realça as comunidades e as câmaras locais. Personagens principais e secundários são colocados no interior das disputas e, nos discursos, as tensões entre o oral e o escrito ainda são bastante visíveis. Contempla José Martins Pereira de Alencastre, com estudo publicado em 1857 na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro"; L. A. Vieira da Silva, com "História da Independência na Província do Maranhão", de 1972; Francisco Augusto Pereira da Costa, cujas pesquisas iniciadas nos anos 1880 resultam na "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" de 1909. Miguel Borges nos "Apontamentos biográficos", de 1879, não trata diretamente da Independência, porém, contribui para a distribuição das glórias. O mesmo procedimento de glorificação se encontra em Abdias Neves, no livro "A guerra de Fidié" (1907), que é preservado em seu núcleo e nos argumentos fundamentais, pelos historiadores subsequentes. Recorre à memória dos contemporâneos e aos arquivos locais e regionais, sendo mais consultados os de Oeiras (PI), Parnaíba (PI), Caxias (MA), São Luís (MA) e Fortaleza (CE). Trabalharam com essa documentação Alencastre, Vieira da Silva, Pereira da Costa, Tristão de Alencar Araripe (1885), Clodoaldo Freitas e Abdias Neves. Vieira da Silva incorpora a memória de participantes de relevo nos eventos da Independência no Maranhão.

O segundo conjunto é constituído pelas revisões centenárias. Os aniversários são tempos de celebração. Como ocorreu em todo o Brasil, no Piauí, produziram-se revisões historiográficas que circularam nas revistas da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, em livros patrocinados pelo governo do estado e em artigos que alimentaram polêmicas, a exemplo da desenvolvida entre Abdias Neves e Anísio Brito (1923a, 1923b, 1923c, 1923d). O realce é para Hermínio Conde, que se debruçou sobre o problema, abordando-o enquanto dimensão da história nacional e chamou a atenção para o fato de que tão importante evento ainda não havia merecido referência na historiografia brasileira. Hermínio Conde publica artigos em jornais cariocas, maranhenses e piauienses, organizados posteriormente na coletânea "Cochrane, falso libertador do Norte!", publicada em São Luís, em 1929, e em Crato (CE), em 1961, com o título "Independência no Nordeste". Seu interesse era o de sugerir a inclusão das lutas piauienses e maranhenses na historiografia e nos livros didáticos de circulação nacional. Esses autores, sintonizados com as revisões da historiografia brasileira, trazem para os seus textos a questão nacional, então colocada enquanto disputa Norte-Sul, face ao reordenamento da política, incorporando as disputas culturais e literárias. Na década de 1920, a intensificação dos movimentos regionalistas e as tensões advindas dos desdobramentos da Semana de Arte Moderna tiveram impacto sobre a historiografia. Foi o momento também da invenção do Nordeste. Hermínio Conde, ao utilizar epígrafes de várias origens sobre o Norte e seu povo, registra essas tensões, criando âncora emocional a partir da qual insere a Independência do Piauí e do Maranhão na História do Brasil.

A revisitação dos fatos e os choques de versões ocorrem em torno de quatro aspectos principais, definidos nas narrativas instituintes: a chegada do comandante das Armas João José da Cunha Fidié a Oeiras e seu deslocamento para Parnaíba em virtude da proclamação de 19 de outubro de 1822; a

tentativa de volta de Fidié a Oeiras, visando reprimir a adesão de 24 de janeiro de 1823; o encontro com as forças independentes em 13 de março de 1823 às margens do riacho Jenipapo; e, por fim, o seu direcionamento para o povoado Estanhado e para Caxias, epílogo da guerra. Nessa historiografia, aparecem novas versões em torno do papel dos personagens principais e secundários e acerca da importância das decisões tomadas, atribuindo-se outros significados à participação dos independentes piauienses, cearenses, maranhenses, baianos e pernambucanos na conquista e consolidação da Independência nacional. Os autores criticam os silêncios, as limitações e os equívocos dos livros de História do Brasil, relativamente ao tema. As perspectivas revisionistas exacerbam a ideia da história como processo, em tributo ao modelo cientificista vindo do século XIX, construindo-se narrativas fechadas, embora com sentidos conflitantes no conjunto. Na historiografia sobre a Independência do Brasil no Piauí verifica-se reposicionamento de heróis, de mártires, de vencedores e de vencidos. Radicaliza-se em torno da atuação de Fidié e do presidente da Junta Governativa de Oeiras, Manoel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, que, ao tomar as rédeas do processo histórico, dirigindo a adesão à Independência, sob o comando do príncipe D. Pedro, favorece a luta pela conquista da unidade nacional. Esses personagens são cada vez mais realçados, enquanto outros passam a figurar como secundários, caso dos independentes de Parnaíba, João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva.

Na documentação oficial e na historiografia instituinte há efusão de nomes e de lugares, porém, ao avançar o século XX, a escrita concentra-se cada vez mais nos eventos de Oeiras e de Campo Maior. A Batalha do Jenipapo, seus desdobramentos e seus significados ganham centralidade, redefinindo-se os papéis das personagens e as interpretações acerca dos vencedores e dos vencidos. O evento, ao entrar na história com Vieira da Silva, aparece com pouco relevo. O autor considera perdedores Fidié, as forças piauienses, as cearenses e as pernambucanas e exponencia os eventos finais em Caxias. Na escrita revisionista, especialmente em artigos de Clodoaldo Freitas (1923a, 1923b, 1923c, 1923d, 1923e), é perceptível a mudança na avaliação do papel de Fidié nos sucessos da Independência. A inépcia, a covardia e a

demonização passam a ser salientados, deslocando-se aquelas nomeações anteriores de bravo guerreiro, de vencedor e de signo do terror. Clodoaldo Freitas apequena Fidié e reduz sua ação como estrategista, chefe, guerreiro e herói, conforme posto no século XIX, cuja escrita lhe confere ao mesmo tempo a condição de vencido e de vencedor. Fidié ocupa na história e na imaginação coletiva todas as posições de significado e aparece tão vencedor, que, mesmo na hora da derrota, a decisão é atribuída a ele, como ocorre no registro de seu abandono do projeto de retorno a Oeiras. No mesmo autor, Manoel de Sousa Martins é considerado um nulo, um meteoro maldito, identificado com tudo o que aconteceu de ruim no Piauí imperial. Observa-se a continuidade de uma tradição vinda de século anterior, que definia politicamente Sousa Martins como um nada sobre uma página negra, fórmula utilizada por Alencastre, quando inicia a tradição de desqualificar o já Visconde da Parnaíba, que persiste na historiografia revisionista e aponta para os sentidos políticos e para os ódios pessoais e familiares que grassavam na Província ao longo do século XIX.

O terceiro momento, o da historiografia moderna, agrega historiadores que buscam compreender o evento de maneira científica. Essa produção iniciada nos anos 1950, torna-se mais visível nas décadas de 1960 e 1970, em virtude das comemorações sesquicentenárias. Pertencem a esse conjunto as obras de Odilon Nunes, de Monsenhor Chaves, de Wilson de Andrade Brandão e de Bugyja Britto (1976). Nesse momento, aparece fortemente a relação entre a escrita e o estado. Odilon Nunes em "Pesquisas para a história do Piauí" (1975), de 1966, dialoga com Vieira da Silva, Pereira da Costa e Abdias Neves. Sua escrita sintética procura corrigir teses daqueles autores. "O Piauí nas lutas da independência do Brasil", de Monsenhor Chaves (1975), o mais divulgado do conjunto, com cinco edições até 2007, resulta de concurso de âmbito nacional promovido pelo governo do Piauí em 1972. Monsenhor Chaves retoma o texto instituinte de Abdias Neves, "A guerra do Fidié" (1907), entretanto, confere maior importância aos eventos de Parnaíba e de Campo Maior, com realce para os últimos. Ao contrário de Abdias Neves, cujo enfoque é regional e amplo, Monsenhor Chaves reduz os recortes espacial e temático, porém, expande os efeitos da Batalha do Jenipapo para a

dimensão nacional, apontando-lhe novos significados. Encontra-se no autor o recorte privilegiado na historiografia atual sobre o processo de Independência no Piauí - a caracterização popular da batalha. Os aspectos revisionistas vistos em Hermínio Conde, ressignificando os fatos e as personagens, vão ser agora exacerbados. "História da Independência no Piauí", de Wilson de Andrade Brandão ([s.d.]), considera o contexto das ideias, a difusão e a popularização do liberalismo. Na historiografia moderna, o centro da discussão não é mais o embate Sousa Martins e Fidié, como na geração do centenário, e sim a batalha vista enquanto evento político, popular e responsável pela unidade nacional. O 13 de março surge como data prenhe de novos e múltiplos significados. A participação popular torna-se objeto de investigação e, enquanto o povo saía da cena política real, era buscado na história e realçado na historiografia. As preocupações com o social e com o popular conferem historicidade à experiência das pessoas comuns, aos anônimos da história. A mediação do estado toma a forma de patrocínio direto ou indireto das obras e das comemorações. O estado procura se tornar senhor do passado e interfere na memória. A temática da Independência atravessa fortemente as subjetividades dos piauienses, o que pode ser visto na literatura. Renato Castelo Branco, em "Rio da liberdade", de 1982, transforma em romance a saga dos independentes e de Fidié; Expedito Rego, com "Né de Sousa", de 1981, cuja segunda edição recebe o título "Vaqueiro e visconde" (1986), poetiza a vida de Sousa Martins. A imaginação dos piauienses transforma a Batalha do Jenipapo em contos, romances, poemas, peças teatrais. Centenas de artigos alimentam jornais e revistas e essa grande produção escrita sinaliza para as disputas políticas centenárias nos âmbitos estadual e municipal. Impossível compreender a historiografia da Independência no Piauí sem ter em conta essas disputas por espaços simbólicos.

De combate e confronto de forças adversas em que os independentes são dispersos e desbaratados, para as interpretações atuais em que a dimensão epopéica do evento é reiterada e difundida em vários suportes - estatuária, monumento, memorial, museu, teatro, festas escolares, concursos de monografias, visitas monitoradas, festividades oficiais do município e do estado, concessão de medalhas, diplomas e outras honrarias, romarias e promessas, artigos científicos, dissertações, teses, textos literários,

poesias, fôlderes, livros paradidáticos, solenidades no Congresso Nacional, eventos diversos de sensibilização para a importância daqueles sucessos para a história do Brasil e de sua unidade histórica, geográfica e política -, o evento maior da Independência no Piauí é cada vez mais festejado.

Combate, batalha, guerra, luta, epopeia: as nomeações que marcam os diferentes momentos da interpretação dos episódios da Independência do Brasil ocorridos nos arredores de Campo Maior remetem aos ganhos em densidade histórica, política e simbólica de que vem se revestindo o evento desde o seu acontecer e desde a primeira narrativa sobre ele - a de uma autoridade da vila de Campo Maior dirigida à Junta Governativa de Oeiras ●

Referências

- ALENCASTRE, J. M. P. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 20, 1857.
- ARARIPE, T. A.. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 70, 1885.
- BRANDÃO, W. B. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, [s.d.].
- BRITO, A. O Dr. Abdias Neves é mero colaborador. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 681, 9 ago. 1923a.
- BRITO, A. O Dr. Abdias Neves compilou Viera da Silva. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 683, 16 ago. 1923b.
- BRITO, A. Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 686, 23 ago. 1923c.
- BRITO, A. Abdias Neves correndo com a sela. *O Piauí*, Teresina, 30 ago. 1923d.
- BRITTO, B. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1976.
- CASTELO BRANCO, M. S. B. L. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879.
- CASTELO BRANCO, R. *Rio da liberdade*. Rio de Janeiro: L. R Editores, 1982.
- CHAVES, J. (Pe.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.
- CONDE, H. B.. *Cochrane, falso libertador do Norte!* Ensaio históricos sobre a independência no Piauí e no Maranhão. São Luís: Teixeira, 1929.
- CONDE, H. B. *Independência no Nordeste*. Crato (CE): [s.n.], 1961.
- COSTA, F. A. P. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Recife: [s.n.], 1909.

FREITAS, C. Leonardo da Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, como poeta e como inventor. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, a. 6, p. 25-34, 24 jan. 1923a.

FREITAS, C. O Fidié. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, a. 6, p. 135-146, 24 jan. 1923b.

FREITAS, C. O combate do Jenipapo. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, a. 6, p. 107, 24 jan. 1923c.

FREITAS, C. O nosso mártir: Antônio Maria Caú. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 639, 11 fev. 1923d.

FREITAS, C. O nosso mártir: Antônio Maria Caú. *O Piauí*, Teresina, ano 34, n. 640, p. 1-2, 17 fev. 1923e.

NEVES, A. *A guerra do Fidié*. Teresina: [s.n.], 1907.

NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Teresina: Artenova, 1975. v. 2.

RÊGO, J. E. *Né de Sousa: biografia romanceada do Visconde da Parnaíba*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1981.

RÊGO, J. E. *Vaqueiro e visconde*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

SILVA, L. A. V. *História da independência da província do Maranhão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972.

***Doutora em História Social/USP. Professora do Departamento de Geografia e História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil/UFPI.**

TRANSPORTE SOBRE TRILHOS: ferrovia no Piauí na Primeira República

Por Lêda Rodrigues Vieira*

O período compreendido entre 1889 e 1930 marcou a fase de expansão das ferrovias no território brasileiro. O recorte temporal de 1897 a 1914 é bastante emblemático, pois foram construídos 12.386 km de ferrovias no Brasil, atingindo depois um total de 26.062 km, presentes principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essas ferrovias foram implantadas através de investimentos estrangeiros, principalmente de empresários ingleses que procuravam maiores lucros com o transporte da produção de café (Sul) e açúcar (Nordeste). Nos primeiros anos do século XX, o governo federal incentivou a construção de estradas de ferro no nordeste do país como forma de integrar as regiões e diminuir as calamidades da seca. Nesse período, essa região era identificada como área-problema devido, especialmente, ao fenômeno da seca e suas consequências socioeconômicas. O governo central, no sentido de diminuir esses efeitos, promoveu políticas públicas, dentre as quais a criação da Inspetoria das Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, sendo transformada em 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Essas ações governamentais privilegiavam a construção de açudes, poços, estradas, ferrovias etc. (VIDAL, 2007).

A estrada de ferro era sinônimo de progresso

em todo o país e o Piauí não poderia ficar fora desse ideal, ocorrendo o aparecimento de vários projetos voltados para a construção de trechos ferroviários, interligando as regiões produtoras aos mercados consumidores, como as que ligariam as cidades de Petrolina (PE) a Teresina (PI), São Luís (MA) a Teresina, Crateús (CE) a Teresina e esta cidade a Amarração (atual cidade de Luís Correia¹).

A história da implantação dos primeiros trilhos ferroviários em território piauiense é marcada por muitas dificuldades, como a falta de recursos financeiros para a conclusão de trabalhos que exigiam elevada soma de capitais. Nas mensagens governamentais dos primeiros anos do século XX, têm-se referências a projetos de melhoramentos na infraestrutura urbana e nos transportes e comunicação. Acerca dos transportes, os governos estadual e federal desejavam dotar o Estado de elementos materiais de maior envergadura, como o Porto de Amarração e as estradas de ferro. As ferrovias eram apontadas como fator de progresso, pois diminuiriam as distâncias e facilitariam o intercâmbio comercial entre as cidades do interior do Piauí, “um dos poucos Estados da União que não têm ainda seu solo cortado por uma linha férrea” (CORREIA, 1906, p. 3).

Nos primeiros anos da República, o Piauí não possuía um palmo de estradas de ferro

construídas, apesar da existência de projetos que visavam interligar o território piauiense aos estados do Ceará, Pernambuco e Maranhão. Dentre esses, o projeto que acarretaria esforços dos governos estadual e federal era o ramal que ligaria as cidades de Campo Maior a Amarração. Em 1910, o governo federal concedeu a construção da linha ferroviária de Sobral a Teresina, contratada com a Companhia *South American Railway* (PIAUÍ, 1910). Para isso, o governo do estado promulgou uma lei na Câmara Legislativa - lei n. 569, de 2 de julho de 1910 -, autorizando o estado a contratar junto ao governo federal a construção do ramal de Campo Maior a Amarração, da estrada de ferro Sobral a Teresina. De acordo com essa lei, o governo do estado podia fazer empréstimo até no máximo de 300.000 libras esterlinas dentro ou fora do país (PIAUÍ, 1910, p. 1). Entretanto, o contrato celebrado com a Companhia *South American Railway* para arrendamento da rede de viação cearense e construção de algumas estradas de ferro que a constituíam acabou sendo negado pelo Tribunal de Contas, ocasionando, mais uma vez, a paralisação de projetos de construção ferroviária no Piauí.

Muitos projetos ferroviários piauienses no início do período republicano não passavam de promessas que entusiasmavam a população. Por meio da imprensa, principalmente dos órgãos oficiais, divulgava-se o entusiasmo e a esperança de representantes da política e do comércio quanto à instalação dos primeiros ramais ferroviários no Piauí. O jornal *O Piauí*, órgão oficial do estado, por exemplo, funcionava como divulgador das ações políticas e administrativas do governo. Em linguagem, muitas vezes, apologética, esse jornal construía uma imagem positiva dos governos estadual e federal. Nesse sentido, os cronistas produziam artigos vislumbrando as medidas dos governos para alcançar o “progresso e rápido desenvolvimento” almejado pelos piauienses. Em 1910, um cronista destacou que (MELHORAMENTOS, 1910, p. 1):

[...] às vezes espera-se que a construção comece em Pernambuco, para terminar em Floriano, ligando assim os rios São Francisco e Parnaíba, outras, festeja-se o fincamento das primeiras estacas, anunciadoras do começo da construção; finalmente outras, escolhe-se até o local para a primeira estação do ramal que nos deve pôr em comunicação com o Ceará. Todo este serviço tem sido acompanhado com vivo interesse e com o maior entusiasmo por todos os piauienses, que vêm na facilidade das nossas

vias de transporte o segredo do nosso progresso e rápido desenvolvimento.

Entre os anos de 1910 e 1915, foram anunciados a participação de recursos federais para a conclusão de ligações ferroviárias no Piauí, que visavam unir este estado ao do Ceará via Crateús, à Pernambuco via Petrolina e ao porto de Amarração. Contudo, essas primeiras iniciativas de implantação dos caminhos de ferro em solo piauiense foram alvos de dificuldades que impossibilitaram o andamento dos serviços, apesar dos discursos, principalmente do governo do estado, em apontar certa preocupação na melhoria das condições financeiras do Piauí através da diminuição das distâncias entre as principais cidades produtoras e a capital Teresina. As estradas de ferro eram consideradas, nos programas de governo, como necessidade fundamental para os transportes da produção do estado, mas não passavam de promessas.

Entre as autoridades políticas do Piauí existia certo entusiasmo com o advento dos projetos ferroviários no território piauiense. O governador Miguel Rosa (PIAUÍ, 1913, s./p.), em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa, revelou que o Piauí caminhava rumo ao progresso com a possível chegada da locomotiva:

Sou um crente fervoroso dos dias prósperos que aguardam o Piauí. As nossas indústrias, quase todas, estão em sua infância. As nossas riquezas dormem, desconhecidas. O comércio apenas se emancipa e dilata o olhar por um horizonte mais largo. A locomotiva, vencendo distâncias, só agora nos chega à porta, - feliz mensageira de uma outra era de progresso.

Esperanças à parte, a locomotiva representava um símbolo de progresso nos discursos dos governadores do estado, ficando patente nos projetos de construção de ferrovias, interligando o Piauí aos estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco. Um dos projetos ferroviários mais almejados pelo governo federal era o que ligaria o Piauí a Pernambuco, pois, de acordo com o traçado dessa ferrovia, o Piauí ficaria interligado ao restante do país. Os estudos de construção desses trechos ferroviários vinham sendo realizados desde o período imperial, mas acabaram ficando a cargo da Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brasil, que mais tarde passou a ser chamada Petrolina a Parnaíba, e mandou iniciar estudos de 102 quilômetros de linha que foram aprovados pelo decreto n. 2.258, de 13 de abril de 1896. Mas, devido aos problemas econômicos que o país enfrentava na época, o governo federal

acabou suspendendo o pagamento em dinheiro dos juros dos títulos das ferrovias. Diante disso, os trabalhos de construção dessa estrada de ferro foram parados e, conseqüentemente, ela acabou sendo declarada, pelo ministro da viação, concessão incurso em caducidade pela demora em sua conclusão.

No Império, os objetivos principais da construção de estradas de ferro no país eram: primeiro, povoar e aproveitar as riquezas do território, interligar as diversas regiões, visando ao auxílio administrativo do governo, e fortificar a unidade política e econômica entre as províncias e o governo imperial. Muitos desses projetos almejados pelo governo objetivavam interligar as capitais econômicas do Nordeste (Salvador, Petrolina, São Luís, Belém, Fortaleza e Teresina) com a capital federal. A ferrovia Petrolina-Teresina, por exemplo, significava uma possibilidade de permitir maior comunicação com o mercado consumidor do sul do país, bem como as vantagens econômicas que poderiam ser alcançadas, pois os trilhos, ao serem implantados inicialmente em Pernambuco, na cidade de Petrolina, e avançando em território piauiense, passando por cidades como Oeiras e Amarante até chegar à capital Teresina e daí à Parnaíba, atingiriam cidades de grande importância econômica (COSTA, 1910).

A ideia da ligação dos rios São Francisco e Parnaíba através da ferrovia entre Petrolina e Teresina tiveram muitos defensores, inclusive representantes piauienses no senado federal. Foi graças a esses que a lei federal n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913, autorizou os estudos e a construção dessa ferrovia. Os estudos foram realizados pelo engenheiro Messias Lopes, sendo ordenado o início dos trabalhos pelo presidente Delfim Moreira, através do ministro da Viação, Melo Franco. Em 1919, os serviços de implantação desse trecho ferroviário foram iniciados a partir de Petrolina, mas acabou sendo paralisado durante anos.

Na década de 1920, iniciou-se o processo de estatização da maioria das empresas ferroviárias do País ocasionada pela crise financeira (1929) que acabou atingindo profundamente a economia brasileira. Em 20 de novembro de 1926, foi publicado, no Diário Oficial da União, o decreto n. 17.048, de 30 de setembro de 1925, correspondente ao termo de revisão e contrato celebrado com a Companhia Geral de

Melhoramentos do Maranhão, que era responsável, desde 1921, pela construção das ligações ferroviárias de São Luís-Teresina, Petrolina-Teresina e Crateús-Teresina. De acordo com esse decreto, o governo do estado assumiria a responsabilidade da construção dessas ferrovias em território piauiense (MELO, 1926).

A ferrovia de Petrolina à Teresina foi alvo de discussão, também, no senado federal, por meio de representantes políticos do Piauí. Um desses foi Abdias Neves², que em 1916 pronunciou diversos discursos, os quais reivindicavam melhorias nos transportes do estado. Dentre as reivindicações, exigia-se a construção de uma estrada de ferro que interligasse o Piauí à capital federal (Rio de Janeiro), sendo considerada a mais urgente para o progresso econômico da região. Nos pronunciamentos realizados, procurou negar a opinião segundo a qual “as estradas de ferro que arruinaram as finanças da República” e “a via férrea Petrolina-Parnaíba representa uma despesa adiável, senão inútil, motivo talvez de novos gravames para o Governo Federal” (NEVES, 1916, p. 1). Para Neves, as construções ferroviárias brasileiras, desde 1913, construídas pelo governo federal atingiam somente 19.000 km, extensão considerada muito ínfima para um país com 8.000.000 km². Nesse sentido, considerou relevante que houvesse um aumento dos recursos financeiros federais voltados para ampliação da rede ferroviária do país, sobretudo em regiões que há anos vêm sendo esquecidas, como, por exemplo, o Nordeste, devido à falta de verbas provenientes do poder central capazes de dar andamento às diversas obras paralizadas.

Abdias Neves considerou, ainda, que as ferrovias eram importantes para os transportes da produção, pois facilitaria a circulação e o consumo das principais cidades servidas pelo traçado ferroviário. Com isso, em seus discursos, advertia que o governo federal favoreceu consideravelmente a melhoria dos transportes e comunicações dos estados situados na região sul do país, enquanto outros situados no nordeste, como o Piauí, não apresentava nesse período um palmo de estradas de ferro construídas. As discussões que prevaleciam no Senado quanto à construção de estradas de ferro no Piauí eram a onerosidade dessas estradas para as finanças da República e se a estrada de ferro de Petrolina a Teresina atendia ao plano geral de viação. Quanto ao último ponto, Neves afirmou que a ferrovia Petrolina-

-Teresina já fazia parte do plano de viação brasileira desde 1852 e passou por inúmeros projetos, os quais foram esquecidos, ao longo do tempo, devido à falta de verbas federais para dar andamento aos trabalhos de construção.

Na tentativa de mostrar ao governo federal a importância de uma ferrovia, ligando Petrolina a Teresina, Abdias Neves demonstrou as vantagens para a economia brasileira, sobretudo piauiense. Nesse sentido, fez uso de dados estatísticos que evidenciavam uma quantidade muito elevada de produtos exportados na alfândega de Parnaíba. Segundo os dados, as exportações piauienses aumentavam consideravelmente e, muitas vezes, esses produtos eram contrabandeados para os estados vizinhos, principalmente o Maranhão, beneficiando, assim, suas economias. A exportação dos produtos piauienses, em sua grande maioria, era escoada em portos situados nos estados do Maranhão e Ceará. Acerca disso, Neves (1916, p. 11) afirmava que

Quase toda a exportação do Cajueiro é piauiense, porque é esse porto de Piauí ordinariamente frequentado, porto de escala dos navios estrangeiros e dos do Lloyd Brasileiro. Na Amarração só aportam, e raramente, navios costeiros, de pequeno calado. Acresce que o Itapecurú, o Pindaré e o Mearim, com diversas linhas de navegação a vapor, subvencionadas, são o escoadouro da produção maranhense, e mais que os municípios maranhenses, ribeirinhos do parnaíba, excessão do Brejo do Arapurú, são de mínima importância.

Nesse período, os estados vizinhos, Maranhão, Ceará e Pernambuco, funcionavam como importantes entrepostos comerciais das mercadorias do Piauí. Assim, grande parte dos traçados ferroviários desse estado era projetada para atingir o território daqueles estados. Além da Petrolina a Teresina, outra importante ligação ferroviária para o Piauí era a de Teresina a São Luís (MA). Essa ferrovia era justificada pela possibilidade de escoamento rápido e barato da produção piauiense para as principais cidades do centro-sul do país (Goiás e São Paulo).

A história da estrada de ferro no Maranhão teve início em 1888, quando o engenheiro Nicolau Vergueiro obteve do governo imperial a autorização para estudar uma ferrovia entre Caxias e Cajazeiras, atual Timon. Os planos inicialmente não tiveram sucesso e somente em 9 de junho de 1895 foi inaugurada a Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, com 78 km, sob a orientação dos engenheiros Aarão Reis, Cristiano Cruz e Raimundo de Castro Maia, dentre outros.

Em 1907, foi iniciada a construção da Estrada de Ferro São Luís a Caxias, passando por sucessivos atrasos, sendo concluída em 1921. Desde 1919, a ferrovia já era administrada pela Inspetoria Federal das Estradas de Ferro, tendo encampado, em 1920, a Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, nessa época conhecida como E. F. Senador Furtado. Com a encampação, a denominação foi alterada para Estrada de Ferro São Luís-Teresina. A ligação ferroviária entre essas capitais se efetivou em 14 de março de 1921, embora ainda necessitando de um transbordo sobre o canal dos Mosquitos, próximo a São Luís, até à construção da ponte Benedito Leite, com 270m de extensão. Entretanto, foi somente em 1939 que esse traçado atingiu Teresina, sendo realizada a inauguração da ponte ferroviária João Luiz Ferreira, sobre o rio Parnaíba. A inauguração dessa ponte ferroviária ocorreu no dia 2 de dezembro de 1939 com a participação de representantes dos dois estados, Maranhão e Piauí, além de autoridades do governo federal e da população em geral (A SOLENIDADE..., 1939, p. 1).

Nos primeiros anos do século XX, o Piauí ainda não possuía um quilômetro sequer de trilhos assentados. Foi somente em 19 de novembro de 1916 que ocorreu a inauguração do primeiro trecho ferroviário na região norte do estado, entre Portinho e Cacimbão, com 24km de extensão. Nesse mesmo dia foi também lançada a pedra fundamental da Estação Ferroviária de Parnaíba.

A ferrovia chegou ao Piauí num momento em que o governo federal começava a se preocupar em integrar e desenvolver as diversas regiões brasileiras através da construção de rodovias em todo o país. Nesse sentido, as ferrovias assumiram posição secundária nos programas de transporte do governo federal, ficando muitos projetos ferroviários esquecidos ou abandonados durante anos. No Piauí não seria diferente. Antes da implantação dos primeiros trechos ferroviários, muitos estudos e projetos foram produzidos e mantidos no esquecimento durante os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, mas, por iniciativa do governo federal, acabaram sendo efetivados alguns desses trechos, especialmente aqueles que interligavam Amarração às principais cidades da região norte do estado: Parnaíba (1920), Cocal (1923) e Piracuruca (1923).

Nesse período, a elite político-comercial do Piauí, sobretudo da cidade de Parnaíba, passou a reivindicar dos governos melhoramentos na área

dos transportes como forma de diminuir a perda de produção e contribuir com as finanças do estado. Essa elite político-comercial de Parnaíba considerava-se detentora de uma missão: promover o progresso no Piauí a todo custo; e, para atingir esse objetivo, organizava-se em associações, como a Associação Comercial de Parnaíba.³

A elite comercial de Parnaíba constituía-se de comerciantes de estabelecimentos importadores e exportadores que faziam da cidade um entreposto comercial de grande importância econômica para a região norte do estado e, além disso, lutavam pela independência no campo econômico. Essa luta foi deflagrada contra a praça comercial do Maranhão que concorria ferreamente com o comércio piauiense, pois grande parte da produção do Piauí era comercializada diretamente no porto de Tutóia (MA), provocando vários empecilhos à economia piauiense, por serem contabilizados nas cifras maranhenses, além dos altos preços dos fretes denunciados pelos comerciantes piauienses.

A ideia da construção do porto de Amarração consumiria os maiores esforços da elite comercial parnaibana. Outra iniciativa correlata era a de construir uma ferrovia em solo piauiense que servisse de complemento ao transporte das mercadorias produzidas internamente até o porto marítimo. Um complementar o outro através de um ciclo onde os navios que chegassem no porto descarregariam as mercadorias no trem, seguindo para as cidades de destino. Já os produtos de exportação piauienses fariam o percurso inverso, iriam ao porto de trem e daí para os navios.

As ferrovias eram justificadas como alternativa de transporte da produção interna do estado que nesse período enfrentava dificuldades de escoamento por falta de um sistema de comunicação adequado e eficiente, provocando a comercialização desses produtos diretamente nos estados vizinhos, como Ceará, Maranhão e Pernambuco. Para Armando Madeira (1920, p. 103),

Do interior do Estado, dos centros atingidos pelo raio de ação da Estrada de Ferro, afluirão os produtos variados e inumeráveis que apodrecem, anualmente, em abandono, porque não há quem os conduza. Pelas mesmas vias subirão as mercadorias importadas, para as permutas indispensáveis e satisfação das necessidades, cada dia maiores, dos consumidores sertanejos e ribeirinhos. Até que limite chegará esse jogo de compensações, esse movimento de expansão comercial em uma região fértil, boa e promissora como o Piauí, não nos é permitido aventurar para que não nos acoimem de fantasista.

A imprensa era um importante meio de divulgação das iniciativas e lutas dos comerciantes parnaibanos. Os jornais e revistas eram empregados na divulgação de ideias e projetos de melhoramentos para a cidade e o estado, tornando-se documentos históricos que retratam o ambiente social específico onde foi produzido, como um mosaico de informações e representações da cidade, do cotidiano da população e dos homens públicos. Dentre os jornais parnaibanos publicados nos primeiros anos do século XX, pode-se destacar “A Semana” e “A Praça”, além da revista “Almanaque da Parnaíba”.⁴ A maioria das reivindicações da elite comercial de Parnaíba era por mudanças estruturais no espaço urbano da cidade (abastecimento d’água, luz elétrica, calçamento de ruas, construção de escolas etc.), modernização do sistema educacional e introdução de elementos técnicos na área dos transportes e comunicação, como, por exemplo, as ferrovias e o porto marítimo em Amarração.

Em grande parte das mensagens governamentais produzidas durante os anos de 1900 a 1930 eram mencionadas a necessidade de melhorar as condições de transporte e comunicação do Piauí por meio da construção de ferrovias, estradas e melhoramentos necessários no porto de Amarração, considerado o ancoradouro natural das mercadorias piauienses a outras regiões do país e do exterior. Na década de 1920, os comerciantes da cidade de Parnaíba, sob representação da Associação Comercial de Parnaíba, promoveram uma campanha em prol da construção do porto de Amarração. Essa campanha foi divulgada em revista (“Almanaque da Parnaíba”) e jornais (“A Praça” e “A Semana”), além de textos publicados, nos anos de 1920 e 1921, da comissão de propaganda do porto de Amarração, organizados pelo presidente da Associação Comercial de Parnaíba, Armando Madeira.

Entretanto, esse objetivo tão almejado pelo comércio parnaibano não pode ser concretizado, pois, das duas ideias, o porto de Amarração e as ferrovias, somente esta saiu do papel. Muitos dos trechos ferroviários demoraram anos para ser implantados no Piauí. Em 1926, na tentativa de justificar essa demora, o governador Matias Olímpio de Melo, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, advertia que, entre os anos de 1912 e 1918, a ferrovia Amarração-Campo Maior era subordinada à Rede de Viação Cearense. Nesse período, não houve a abertura ao tráfego de um

quilômetro sequer. Segundo o governador (PIAÚÍ, 1926, p. 63),

Foram seis anos de absoluta improdutividade. O menosprezo pelos interesses do Piauí chegou a tal extremo que, tendo o Congresso Nacional votado, para 1918, uma pequena verba de setecentos contos para a construção das estradas “Amarração a Campo Maior” e “Crateús-Teresina”, a direção da Rede Cearense encontrou meios e modos de desviá-la quase totalmente para a aquisição de material rodante da “Camocim-Crateús”, sob o pretexto de que esse material servirá para a estrada do Piauí, quando construída!

Matias Olímpio justificava a demora na implantação de trilhos no Piauí devido à falta de interesse da Rede de Viação Cearense em melhorar as condições de transporte ferroviário do estado. No entanto, o governo federal preocupou-se em beneficiar o sistema de viação férrea do Ceará, enquanto que o Piauí era menosprezado e esquecido. Entretanto, ao ler as entrelinhas desses discursos, pode-se concluir que nas mensagens dos governos piauienses, muitas vezes, buscavam tirar suas responsabilidades e transferi-las à Rede de Viação Cearense. Quanto ao governo federal, este era culpabilizado por não conceder recursos suficientes para a conclusão dos serviços ferroviários e outros melhoramentos.

Nas mensagens de governo das três primeiras décadas do século XX constata-se a construção de um discurso de que os governos estaduais eram administradores, cumpridores de seus deveres, enquanto homens públicos, ao clamarem “contra as injustiças que se nos fazia, e pedir trabalho para a população faminta, acrescida com a imigração de Estados vizinhos, ainda mais gravemente afetados pela seca”. Enquanto isso, “o Governo da União só mantém entre nós as suas estações arrecadadoras” (PIAÚÍ, 1915, p. 17). Construíam-se, assim, a ideia de que o governo federal era o principal gerador dos problemas econômicos e financeiros que assolavam o Piauí nesse período; e o governo estadual assumia o papel de reclamar junto ao poder central as necessidades de melhoramentos técnicos importantes para o desenvolvimento e progresso do estado.

As cidades servidas por linhas ferroviárias implantadas em território piauiense estavam situadas na região norte do estado. Esse traçado ferroviário no Piauí deveu-se, sobretudo, à necessidade de encaminhar a produção interna do estado ao porto marítimo em Amarração. Nesse período, o porto de Amarração era considerado o ancoradouro natural das mercadorias piauienses,

fazendo parte das reivindicações dos comerciantes exportadores e importadores da região. Nesse período, ocorreu também o início da implantação dos primeiros trechos ferroviários entre Petrolina e Teresina.

Assim, nos primeiros anos do século XX, o sistema de transporte do Piauí era constituído pela navegação do rio Parnaíba (que já apresentava dificuldades de navegabilidade), o porto de Amarração (artesanal, constituído de poucos melhoramentos técnicos, pois não apresentava dique de proteção, quebra-mar e cais), as ferrovias (os trilhos atingiam algumas cidades da região norte do estado e pequenos trechos entre Paulista-PI e Petrolina-PE) e as estradas carroçáveis ●

Notas:

(1) A mudança do nome de Amarração para Luís Correia foi uma homenagem a Luiz de Moraes Correia, pelo governador Leônidas de Castro Melo, que sancionou a lei estadual n. 6, de 4 de setembro de 1935. Luiz de Moraes Correia nasceu em Amarração (PI), em 23 de novembro de 1881, e faleceu em Fortaleza (CE), em 23 de outubro de 1934. Foi magistrado, jurista, professor e jornalista. Tornou-se bacharel em Direito em 1910. No Piauí, foi chefe de polícia e promotor público, em Parnaíba e Teresina. Atuou como secretário-geral do estado e procurador dos Feitos da Fazenda. No Ceará, desenvolveu a maior parte de sua atividade cultural e profissional, onde dirigiu a procuradoria dos Feitos da Fazenda e a Secretaria de Finanças. Foi juiz federal e professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Fundou, com os irmãos Constantino e Jonas, o jornal “O Nordeste”, além de ter sido um dos fundadores da Associação Comercial de Parnaíba. Pertenceu às academias piauiense e cearense de Letras, foi patrono da cadeira n. 32 da Academia Parnaibana de Letras e membro do Instituto de Ciências e Letras de Recife (PE) (VIEIRA, 2010, p. 39).

(2) Abdias da Costa Neves (Teresina-PI, 19-11-1876 – Teresina-PI, 28-08-1928). Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito em Recife. Foi juiz de direito interino de Piracuruca (1900-1912), juiz substituto federal (1902-1914) e secretário de Governo (1914). Em 1915, foi eleito senador da República. Atuou como jornalista em diversos jornais do Piauí como: “A Pátria”, “O Monitor”, “A Notícia”, “O Dia” e “Literultura”. Acerca da vida e obra de Abdias Neves, ver Pinheiro (2003).

(3) A Associação Comercial de Parnaíba foi uma das mais atuantes em prol de melhoramentos para o Estado e a primeira reunião da classe comercial de Parnaíba que legitimou sua fundação ocorreu em 28 de janeiro de 1917. Nessa reunião se estabeleceu o primeiro estatuto que regulamentava as ações da associação e formou-se a sua primeira diretoria, tendo como presidente Armando Madeira; vice-presidente, Antônio Gomes Veras; primeiro secretário, Henock Guimarães; segundo secretário, Francisco Ferreira de Castelo Branco; Tesoureiro, Dr. Francisco de Moraes Correia e como vogais, James Frederic Clark e Delbão Francisco Rodrigues. Nesse sentido, os discursos produzidos pelos representantes do comércio de Parnaíba visavam criticar as ações dos administradores públicos quanto à falta de melhoria material do Estado, ou seja, a relação entre os interesses da elite

comercial e as dos administradores estaduais muitas vezes não coincidiam diretamente (VIEIRA, 2010, p. 48).

(4) Esse periódico conheceu três fases: a primeira, de 1924 a 1941, com a publicação de 18 edições; a segunda, 1942 a 1981, com 40 edições, e a terceira, a partir de 1994 aos dias atuais.

Referências

- A SOLENIDADE memorável da inauguração da ponte “João Luiz Ferreira”. *Diário Oficial*, Teresina, a. 9, n. 274, 4 dez. 1939
- CORREIA, J. M. Memorial. *Piauhy*, Teresina, a. 16, n. 866, 01 set. 1906.
- COSTA, H. S. Estrada de ferro do S. Francisco a Parnaíba. *Piauhy*, Teresina, a. 20, n. 1039, 05 jan. 1910.
- MADEIRA, A. *Interesses piauienses*. Parnaíba: Comissão de Propaganda do Porto de Amarração, 1920.
- MELHORAMENTOS. *Piauhy*, Teresina, a. 20, n. 1066, 7 jul. 1910.
- NEVES, A. *Política das estradas de ferro e finanças da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.
- PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Antonino Freire da Silva, em 1º de junho de 1910*. Teresina: Tip. do Piauí, 1910.
- PIAUÍ. Lei n. 569. *Piauhy*, Teresina, a. 20, n. 1066, 07 jul. 1910.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1913*. Teresina: Tip. Paz, 1913.

PIAUÍ, Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1915*. Teresina: Tip. Paz, 1915.

PIAUÍ, Governo. 1925-1928 (Melo). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Matias Olímpio de Melo, em 1º de junho de 1926*. Teresina: Tip. do Piauí, 1926.

PINHEIRO, A. P. *O desmoronar das utopias Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

VIDAL, F. B. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. *Observa Nordeste*, Recife, 19 jun. 2007. 43 p. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

VIEIRA, L. R. *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960*. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

*** Graduada em História/UFPI, Mestra em História do Brasil/UFPI, Professora do quadro provisório da UESPI/Campus Torquato Neto.**

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: a solidariedade na reinvenção do espaço público

Por Naiara de Moraes e Silva*, Oriana Chaves** e Solimar Oliveira Lima***

A economia solidária é compreendida como “um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (ANTEAG, 2009, p. 17). Entre suas características fundamentais, estão: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na economia solidária.

Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil (ANTEAG, 2009, p. 7), a economia solidária

tem sido “uma resposta importante dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho”. Dessa forma, o trabalho associado vem se tornando uma alternativa ao domínio secular do capital. Contemporaneamente, porém, cada vez mais esta experiência tem se tornado um desafio, já que em uma conjuntura social marcada por incertezas, a economia solidária, embora tenha se constituído forte fenômeno em curso, apresenta ainda precária base de dados totalizadores, o que dificulta sua análise e investimentos que contribuam para ampliação (BARBOSA, 2007).

No Brasil, a partir da década de 1990, cresceu o nível de informalidade no mercado de trabalho, provocando o Estado a promover políticas públicas

de enfrentamento ao desemprego, através do fortalecimento das iniciativas de apoio e incentivo às pequenas unidades econômicas individuais e associadas. Neste contexto, a economia solidária passou a integrar a pauta de atuação do Estado, na tentativa de se criar alternativas à empregabilidade, como uma política pública de trabalho e renda.

Em 2003, com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República, o apoio à economia solidária no Brasil se intensificou através da criação de um estatuto de política pública federal e do ingresso dessa política pública no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto n. 4.764, de 24 de junho de 2003. Conjuntamente, foi criado no âmbito da sociedade o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que passou a articular as experiências de economia solidária no território nacional e a representá-las junto aos governos e fóruns internacionais (BARBOSA, 2007).

É instrutivo notar que a aparição de diversos fóruns, espaços de discussão dos problemas vivenciados pelos empreendimentos de economia solidária, precedeu o surgimento do FBES e representa uma herança dos movimentos que se encontravam na origem da formação deste campo, representando uma ação independente de diferentes movimentos, como da igreja, sindicatos e instituições de ensino superior, que têm sua gênese ainda na década de 1980 e, especialmente, nos anos 1990 (FRANÇA FILHO et al., 2006).

No Brasil, conforme o autor supracitado, a busca do fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária enquanto política pública e o reconhecimento institucional do campo da economia popular e solidária impuseram cada vez mais iniciativas inovadoras e singulares, viabilizando, além dos fóruns, as redes de economia solidária como formas por excelência de organização dos movimentos associativos, as mais antigas e evidentes maneiras de auto-organização política que consistem em um associacionismo mais amplo, compreendendo experiências concretas, assim como as organizações de fomento e apoio que compartilham valores e regras comuns.

No âmbito estatal também foi criado em 2003 o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) - um sistema de identificação e

registro de informações sobre a economia solidária no Brasil, que objetiva, segundo a ANTEAG (2009): construir uma base nacional de informações; fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária; fortalecer a visibilidade da economia solidária; subsidiar processos públicos de reconhecimento dos empreendimentos; subsidiar a elaboração de marco jurídico; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas; e subsidiar a formulação de políticas públicas.

A partir do SIES, as políticas públicas de economia solidária são compreendidas como “aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal, com o objetivo de fortalecimento da economia solidária”. Para que se realizem deve haver previsão ou dotação orçamentária própria ou oriunda de financiamentos, acordos e convênios com outras instâncias governamentais, organismos multilaterais e outras organizações nacionais e internacionais. Seus beneficiários diretos são os trabalhadores ou sócios dos empreendimentos de economia solidária, considerando-se tanto os empreendimentos já constituídos quanto aqueles em andamento (ANTEAG, 2009, p. 19-20).

Entre os principais motivos para a criação dos empreendimentos solidários, foram apontados, de acordo com o Atlas da Economia Solidária (ANTEAG, 2007) em todo território nacional: a alternativa ao desemprego (46%), o complemento de renda dos sócios (44%), a obtenção de maiores ganhos (36%), a possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%) e a condição para acesso ao crédito (9%). Regionalmente, existem variações quanto ao principal motivo para a criação dos empreendimentos, considerando as diferentes necessidades dos trabalhadores e o mercado de trabalho de cada região.

O motivo **alternativa ao desemprego** se destaca em todas as regiões, mormente nas Regiões Sudeste e Nordeste (55% e 46%, respectivamente). Nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, a motivação mais apontada é **fonte complementar de renda** (45%, 44% e 52%, respectivamente). Vale destacar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste um aumento considerável em relação à média nacional (9%) para o motivo **acesso a financiamentos** (Norte e Nordeste, 34%; Centro-Oeste, 28%).

Segundo o levantamento do SIES realizado em

2007 (ANTEAG, 2007), existem 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Brasil. Estão mapeados 2.656 empreendimentos na Região Norte, 3.912 na Região Sudeste, 3.583 na Região Sul, 2.210 na Região Centro-Oeste e 9.498 na Região Nordeste. Dentre os estados do Nordeste, aqueles com maior expressividade em número de empreendimentos solidários são o Ceará, a Bahia, o Pernambuco e o Piauí, respectivamente. No Piauí, o SIES apontou, em 2007, a existência de 1.472 empreendimentos solidários distribuídos em 149 municípios.

Tomando o Estado como um referencial dos empreendimentos de economia solidária, consideramos que a iniciativa estatal de apoio e fomento a essas relações produtivas e de trabalho começaram a se intensificar nos anos 2000, trazendo um discurso de convencimento no qual os sentidos do trabalho são ressignificados. Essa ressignificação tem por base uma transferência da relação trabalhista mediada pelo Estado e assentada no seu preço, o salário (POLANYI, 2000), para a relação de virtude na independência de ação do sujeito, na qual se encontra a valorização de uma cultura que se estrutura e legitima-se o autoemprego. Essa cultura ainda traz em si outro eixo temático: a ideia da sociedade que, na ausência de intervenção do Estado, organiza-se e se movimenta independente dele.

Outro aspecto, não menos importante, é que esses empreendimentos solidários têm um fluxo de configuração, em regra, de fora para dentro do Estado: primeiro, a formação da experiência de produção em diferentes configurações, a exemplo do cooperativismo ou associativismo, a partir da demanda dos sujeitos; depois de formado é que o grupo é inserido e mapeado dentro do controle de políticas públicas para economia solidária, desde que o grupo siga os princípios de economia solidária (BRASIL, 2008). Em outras palavras, os empreendimentos se inserem em uma política pública de apoio à economia solidária apenas após a formação do grupo, após a adesão dos sujeitos a esse pacto. Contudo, essa postura governamental de ir ao encontro da demanda social aponta para a reflexividade nas políticas públicas, ou seja, a utilização de informações que se refiram às condições de uma ação social como um meio de reordená-la e redefini-la. Na reflexividade social “[...] as decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições das ações de cada um” (GIDDENS, 1995, p.101).

Tendo como referencial o mercado, as atividades produtivas que funcionam de acordo com os princípios da economia solidária podem ser compreendidas como um subproduto da transformação das relações de trabalho. Subproduto este que se relaciona com o mercado e nele se insere, mas resguarda princípios de funcionamento que vão em sentido oposto à lógica de mercado. Tal constatação nos leva a inferir um duplo movimento: é uma iniciativa que se insere em um contexto de mercado, no entanto, vai em direção oposta a ele. O mercado sempre se expande continuamente, mas esse movimento é enfrentado por algo como um contramovimento que cercaria essa expansão em direções definidas (POLANYI, 2000). Quanto mais pensadas e discutidas as ações sociais, mais seus riscos poderão ser previstos e possivelmente amenizados. A economia solidária é uma nova estratégia de contenção de princípios de mercado. E é também um produto das transformações nas relações de trabalho e um distanciamento potencial entre Estado e demanda por direitos trabalhistas. De um lado, temos a prática social voltada a valores diferentes dos sempre dispostos, ou seja, a política do lucro *versus* solidariedade; por outro lado, vemos uma das muitas faces da precarização das relações de trabalho e uma despolitização das relações entre sociedade civil e Estado (BARBOSA, 2007).

Pensando em como os empreendimentos de economia solidária se comportam quanto ao referencial da própria sociedade, temos primeiramente uma visão otimista, pois o início de vários empreendimentos está imerso em relações sociais da comunidade na qual surge e se desenvolve, identificando-se com suas lutas sociais locais. A atividade econômica está imersa em relações sociais permeadas pela solidariedade, em contraposição às atividades econômicas norteadas por princípios de mercado. Contudo, há relatos de etnografias realizadas em grupos cooperativos nos quais os princípios de economia solidária degeneraram-se e foram substituídos pela reprodução da lógica de mercado (GONÇALVES, 2008), pois o sistema simbólico de dominação local não foi superado pelos sujeitos. É um indicador de que, também, o universo das atividades produtivas econômicas solidárias comporta a multiplicidade e a heterogeneidade, em sua constituição, em seu funcionamento e no caminho que suas atividades se desenvolvem ao

longo de seu funcionamento.

Consideramos que os sujeitos se organizam e pactuam buscando enfrentar os riscos e as incertezas do desenvolvimento social moderno e seus imbricamentos, como relações de trabalho e produção. Nessa pactuação, o grupo social se fortalece como segmento que demanda do Estado e segmento que se relaciona com o mercado, não sob suas leis, mas provocando respostas às suas demandas. A ação social desses novos empreendimentos produtivos traz em seu conceito de funcionamento a essência da reflexividade que será mais consistente quanto mais consistente for a reflexividade dos sujeitos e de sua ação cotidiana.

Ressaltando que o Estado, via de regra, não se relaciona com os empreendimentos de economia solidária na sua gênese, mas somente após a formação do empreendimento, reafirma-se como determinante a ação de sujeitos da sociedade civil, que, de forma organizada, pactuam e aderem a uma coletivização em que todo o interesse que não possa ser generalizado é excluído para que seja formada uma vontade conjunta (HABERMAS, 1990) para suprir sua necessidade produtiva, de trabalho e renda. O papel ativo do Estado, de apoio e fomento a essas novas relações produtivas e de trabalho, intensificaram-se a partir dos anos 2000, com a absorção da economia solidária como política pública e sua integração ao Ministério do Trabalho, com a criação da SENAES.

A postura governamental de racionalização da demanda social constitui parte do processo de reflexividade nas políticas públicas. Ou seja, o Estado brasileiro está, nesse momento da sua história, voltado à demanda social por políticas públicas, porque essa demanda entrou definitivamente em um processo de organização, de debate sistemático em espaços públicos de discussão exatamente para isso: refletir e discutir as necessidades da sociedade, em seus problemas e nas possíveis soluções que podem ser executadas a partir do Estado.

No Piauí, o espaço público com participação popular acentua-se nos anos recentes, mais precisamente a partir de 2003, quando a gestão do Estado foi executada por forças políticas alinhadas a uma concepção modernizadora e participativa. No entanto, mesmo o estabelecimento de um governo com diretrizes centradas na transparência e na participação da sociedade, a tendência acaba sendo de fragilidade, no tocante ao reconhecimento

da participação e do coletivo como espaços de construção do interesse público. Isso porque, no caso do Piauí, a força modernizadora de uma gestão formada por um corpo político nunca antes experimentado nas posições executivas, por questões inerentes à dinâmica da politização das relações institucionais, juntou-se interesses objetivamente técnicos de desenvolvimento, com objetivos politicamente determinados. O que era esperado como um espaço público propício à reinvenção do lugar da discussão ampliada de demandas da população, gradativamente foi dando lugar à experiência histórica de segmentação política (LIMA, 2009). A expectativa que havia de espaços institucionais que democratizassem a participação e a discussão para toda a população acabou sendo ampliada apenas para alguns setores que já estavam na luta social, ligados a movimentos que já tinham assento nas discussões políticas, embora não tendo tanta força.

A solidariedade se insere na reinvenção dos espaços públicos e contribui ela mesma nessa reinvenção. No entanto, sempre se espera escolhas políticas ou de renovação ou de reafirmação das escolhas e dos projetos de dominação política. O espaço público reinventado a partir da reestruturação das forças de trabalho e produção, salvo engano, tem maior movimento e desenvolvimento em governos voltados para modernização e desenvolvimento estendido à camada mais pobre da população. Mas esse espaço é conflituoso, pois, malgrado a participação com base nos sujeitos sociais e não institucionais, interage com a esfera institucional para ser legitimada; necessita do amparo de decretos e leis e da incorporação de novas estruturas administrativas direcionadas às demandas dos segmentos sociais. Então, por um lado, esses grupos se relacionam com o Estado instituição e, por outro, com o governo político. Essas relações são permeadas pelas necessidades institucionais de legitimação e também por necessidades políticas de apoio e incentivo.

No Piauí, houve, no entanto, um esvaziamento da participação popular e de sua capacidade de interferir nas políticas públicas. Esse fenômeno pode ter ocorrido mesmo pela inserção de militantes de segmentos da sociedade civil no rol de gestores, que "resultou em organismos com funções decorativas e, de certa maneira, apaziguadoras de pressões e enfiamentos políticos, uma vez que a institucionalidade foi

marcada pela incipiência e ausência de poder” (LIMA, 2009, p.185). Esta leitura repercute nas formas de organização da sociedade, especialmente nas representações que participam diretamente da formulação de políticas públicas, a exemplo do Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí (FEESPI).

O FEESPI foi criado em 13 de fevereiro de 2004; possui um regimento interno aprovado pelos seus membros, e tem como objetivo disciplinar seu funcionamento, traçar metas anuais de atividade, de mobilização e interlocução com os órgãos representativos da economia solidária, no País e no estado, como o FBES, a SENAES, representada nos estados por Núcleo de Economia Solidária, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), que, como gestora, vem oferecendo suporte estrutural ao FEESPI. Sua criação integra um processo nacional que se iniciou com uma demanda das entidades e movimentos sociais que participaram do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Esses movimentos posicionaram-se e exigiram do então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a criação de algumas políticas públicas direcionadas para as chamadas economias populares solidárias. Uma das atitudes governamentais para apoiar a economia solidária, foi a instituição da SENAES, no âmbito do MTE, como já mencionado, que contou como interlocutor da sociedade civil com o FBES. No Piauí, o fórum estadual foi formado a partir da articulação FBES-SENAES, com o engajamento primeiro de entidades de assessoria e fomento e da integração da Secretaria Regional do Trabalho/MTE.

Como processo metodológico de elaboração deste trabalho, buscamos o contato com integrantes do FEESPI, para que a partir de suas falas fosse apreendido o sentido da criação do Fórum no estado e, também, o sentido do espaço público de participação e discussão de políticas públicas direcionadas à economia solidária. Foram entrevistados três sujeitos, representando cada segmento que possui assento no Fórum: um representante de entidades de assessoria e fomento, um representante de entidade governamental e um representante dos empreendimentos; esses três entrevistados participaram do processo de criação do Fórum no Piauí. Como instrumental de investigação, utilizamos a entrevista narrativa (BOURDIEU, 1997), na qual foi solicitado ao entrevistado que fizesse

um relato de sua aproximação ao Fórum, do processo de formação deste, sua participação e sua visão desse espaço público para ampliar a participação popular na discussão das políticas públicas.

A participação desses três tipos de segmentos possuindo assento no Fórum não foi igualitária na criação do mesmo. Segundo o relato do representante de entidade de assessoria e fomento, no processo de criação houve a aproximação de entidades governamentais e de entidades de assessoria e fomento; essas últimas que estavam em contato direto com os empreendimentos. A base do movimento - ou seja, os empreendimentos de economia solidária - foi se aproximando muito lentamente. Para este entrevistado, a participação dos empreendimentos foi e ainda hoje é difícil, principalmente por dificuldades de ordem financeira. No Piauí, não há fórum municipal de economia solidária: o âmbito mais local é o fórum estadual; no entanto, para empreendedores que pertençam a grupos localizados em cidades e microrregiões distantes da capital, Teresina, na maioria das vezes não há dinheiro para o deslocamento dos sujeitos, o que dificulta o acesso aos encontros de discussão.

A fala do representante governamental trouxe-nos a perspectiva gestora no espaço de participação popular. A iniciativa governamental de criar uma secretaria, no âmbito do governo federal, para pensar as questões relativas ao fomento, financiamento e melhoria de condições dos empreendimentos de economia solidária foi uma resposta à demanda dos empreendimentos organizados e uma demonstração de que a economia solidária é uma realidade que absorve uma camada da população. É um comportamento econômico e social que é fato na sociedade brasileira e que tem em seus fóruns, brasileiro e estaduais, os espaços institucionalizados de discussão e diálogo entre governo e sociedade civil.

O relato do representante dos empreendimentos trouxe uma perspectiva de valorização do que já foi conquistado através da organização do debate no Fórum. Foi ressaltado como as feiras de produtos provenientes de empreendimentos solidários que são organizadas e realizadas tornaram-se via facilitadora da comercialização e divulgação da economia solidária. Outro fato de importância para o movimento de economia solidária é a tramitação na Assembleia Legislativa do Piauí de um projeto de lei direcionado aos empreendimentos de

economia solidária. Na perspectiva desse entrevistado, os empreendimentos vêm se aproximando cada vez mais para as discussões.

De forma unânime, alguns elementos foram colocados pelos três sujeitos ouvidos durante o processo de elaboração desta reflexão sobre o FEESPI, que dizem respeito à importância desse espaço público de participação e discussão: a ampliação da participação, a necessidade de fortalecimento do diálogo entre movimentos sociais e gestores e o auxílio à legitimação institucional da economia solidária. A importância da ampliação de participação dos empreendedores em economia solidária no Fórum deve ser ressaltada para que ele se fortaleça e aos empreendimentos. Desde sua criação no Piauí, tornou-se a organização dos sujeitos que vivem no comportamento social e econômico solidário no estado. Para que o movimento chegasse a uma capacidade cada vez maior de envolvimento de empreendimentos, discussões e debates foram realizados; ou seja, a própria construção do espaço de participação popular foi efetivada a partir da reflexão, do debate, da discussão, visando sempre à ampliação da participação. O fortalecimento do diálogo entre movimentos sociais e gestores é uma necessidade, pois a existência desses dois segmentos de forma isolada não produz resultado para a sociedade. O encontro no debate, no diálogo e no questionamento de ideias e diretrizes de funcionamento de atividades de um lado e outro é que estabelecem as regras do que deve ser efetivado, seja como políticas públicas, seja como atividade do movimento social. É nesse encontro que se pode dizer o que de fato é uma necessidade dos empreendimentos de economia solidária para seu funcionamento e melhoria, e o que de fato o Estado pode fazer para colaborar com o funcionamento e a melhoria da existência desses empreendimentos. Todos esses elementos, como debate, discussões, encontro entre poder público e sociedade civil, são necessários para que seja fortalecido o espaço de discussão, o questionamento e, assim, para que a legitimação institucional da economia solidária seja uma realidade no âmbito de todos os órgãos do Estado. A institucionalização permitirá, salvo engano, que a economia solidária não seja vista como um movimento popular momentâneo, mas resultado de uma reflexão e prática sobre trabalho, renda e participação popular no contexto da sociedade brasileira.

O Piauí é um estado de grandes necessidades econômicas e sociais. Essas necessidades parecem ser a aliadas fundamentais para que os segmentos que compõem o Fórum percebam que a participação popular deve ser reforçada, continuamente reformulada, e que o diálogo e a discussão, o encontro entre os segmentos são a ferramenta útil para a própria existência do Fórum e que aponta para políticas públicas efetivas. Existe a necessidade; e é este elemento que impulsiona o movimento de economia solidária: a necessidade real de trabalho e renda que leva para a reflexão, discussão e participação na criação e desenvolvimento de políticas públicas que tratem a economia solidária como realidade possível ●

Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA – ANTEAG (Org.). *Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005-2007*. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- BARBOSA, R. N. C. *A economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. *O que é economia solidária*. 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 13 ago. 2010.
- FRANÇA FILHO, G. et al. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre/Salvador, Edufrgs-Edufba, 2006.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1995.
- GONÇALVES, A. F. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. *Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 132-142, jan./jun. 2008.
- HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento: conceito normativo de espaço público. *Novos estudos CEBRAP*. n.26, 1990.
- LIMA, S. O. O Governo Wellington Dias, políticas públicas e o desenvolvimento do Piauí (2003-2010). In: ASSUNÇÃO, R.; LIMA, S. O. (Org.). *Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí*. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

***Advogada, Especialista em Administração Pública, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI.**
(naiaramoraes@hotmail.com).

****Cientista social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI.**
(orianachavesoliveira@gmail.com).

*****Doutor em Economia, Professor do DECON e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI** (s.olima@bol.com.br).

A DEMOCRACIA ENTRE A FESTA E O ESPETÁCULO

Por Diana Patrícia Ferreira de Santana*

“A soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade de modo algum se representa; ou é a mesma ou é outra; não há nisso meio termo. Os deputados do povo não são, pois, nem podem ser seus representantes; são quando muito seus comissários e nada podem concluir definitivamente” (ROUSSEAU, 1991a, 107-108).

Em “Cartas de Inglaterra”, Rui Barbosa (1929) dizia que “A pior democracia é preferível à melhor das Ditaduras”. Qual seria o significado dessa máxima e que vantagens a pior democracia, enquanto forma de governo, teria sobre a melhor das ditaduras? O alcance dessa discussão é amplo e controverso, por essa razão nos propomos analisar, nesse trabalho, a concepção política de Rousseau nos apropriando, como fio condutor, de sua crítica à ideia de representação. Utilizaremos como recurso metodológico, a descrição que o próprio Rousseau fez dos primeiros progressos no espírito humano para identificar as mudanças sociais significativas e “trazer o homem e o mundo ao ponto em que o conhecemos” (ROUSSEAU, 1991b, p. 258).

Representar é, grosso modo, fazer parecer real aquilo que não é. Nesse sentido, o ator que representa um personagem tem por finalidade fazê-lo de tal modo que possa parecer àqueles que o assistem verossímil; seu talento é medido pela capacidade de cumprir essa tarefa. De acordo com Rousseau, a explicação para a diferença entre **ser** e **parecer** está na ordem social e na dupla face do homem, que **é**, mas opta por **parecer**. Trata-se de um jogo necessário para o processo de equilíbrio e constituição de uma identidade humana que é cindida entre os apelos da vida comunitária e os interesses particulares. Veremos, através da análise rousseauiana, os efeitos nefastos desse jogo para a vida pública.

A sociedade é o lugar, por excelência, no qual se replica a desigualdade e o antagonismo entre os homens sobre o disfarce de uma suposta igualdade proclamada por meio das leis. As leis constituem a contenção dos desejos mais primitivos. O homem natural teve que abdicar desses desejos para viver em harmonia com outros. No Segundo “Discurso”, Rousseau (1991b) aponta essa situação como a passagem do homem da vida natural para a vida em sociedade. Os primórdios da socialização distam do puro estado de natureza, portanto, não constituem ainda um pacto (ou contrato), mas são

as primeiras experiências de uma vida comunitária. A família pode ser tomada, neste íterim, como uma sociedade em pequena escala. O modelo da família, considerado por Rousseau o mais antigo modelo de sociedade, talvez explique a vocação de um povo para a subserviência em relação a um líder (ou chefe). A figura do pai protetor prevalecendo sobre os outros membros da família sujeitos às suas ordens e a sua orientação é compensada pelo amor que a eles o pai devota. No estado, esse amor é substituído pelo prazer de comandar e o povo, como membros de uma grande família, espera em vão os cuidados desse pai imaginário, fruto de uma oportuna transferência.

Nas comunidades que emergiram pelo agrupamento de várias famílias, o convívio vai, lentamente, intensificando os laços e tornando as relações cada vez mais complexas. Rousseau afirma haver já nesta etapa os germes das primeiras desigualdades. Os homens passam a se olhar e a se comparar àquele que, na comunidade, é digno de estima. A inveja, o orgulho e a vaidade entram no rol dos sentimentos humanos. “Cada um começou a olhar os outros e a desejar ser ele próprio olhado, passando assim a estima pública a ter um preço” (ROUSSEAU, 1991b, p. 263).

Nesse trecho do “Discurso”, Salinas Fortes (1997) afirma que Rousseau anuncia a abertura do espetáculo no qual o homem irá representar seu drama e escolher sua participação como ator ou espectador. As primeiras festas estreitam e consolidam os laços sociais, contribuindo também a fixação num certo espaço físico, o estabelecimento dos vizinhos e os encontros entre os sexos; nas palavras de Rousseau (*apud* SALINAS FORTES, 1997, p. 44), as pessoas passaram “[...] a se reunir diante das cabanas ou em torno de uma grande árvore: o canto e a dança, verdadeiros filhos do amor e do lazer, tornaram-se o divertimento ou antes a ocupação dos homens e das mulheres ociosos e aglomerados”.

O caráter paradoxal dessas primeiras festas, preanunciando o início do espetáculo, se deve ao

fato delas constituírem, ao mesmo tempo, uma aproximação e um afastamento. Aproximação na medida em que o homem abandona seu isolamento e passa a se reunir com outros de sua espécie; e afastamento porque ao se oferecerem em espetáculo uns aos outros, não revelam o que são essencialmente. Essa situação vai piorando quando os homens passam a se reunir não apenas por suas paixões, mas também por interesses e necessidades; nessas ocasiões, o mascarar-se é indispensável.

A inauguração da vida política ocorre quando a intensificação das disputas entre os indivíduos, resultado das transformações do estilo de vida e das relações, vão se tornando cada vez mais complexas, colocando em risco a própria comunidade ou seus membros. Ocorre uma participação maior dos membros no espaço público e a busca por um código de regras que oriente a ação de seus membros, um decoro. Procurava-se uma solução para evitar o estado de guerra. Salinas Fortes (1997) entende essa etapa como uma mudança no cenário do espetáculo; novos protagonistas tomam a cena, instaura-se um novo tempo e novas luzes, a paisagem também se transforma e novos ruídos se sobrepõem às vozes da multidão.

Aqui vale a pena mencionar a concepção política de Hobbes (1974) para justificar a existência do estado a qual Rousseau (1991a) se opõe. Para Hobbes, cada indivíduo possui preferências e, ao interagir com outros indivíduos, busca a máxima satisfação pessoal. Não é difícil supor que, o que sobrevém dessa interação é um enorme conflito de interesses; principalmente se os recursos para atender essas preferências forem escassos. Portanto, o homem não é, conforme supôs Aristóteles, um animal político, sociável por natureza. O instinto de sobrevivência o impele para uma natureza belicosa. A razão, capaz de antecipar aos homens as consequências de suas ações, prevê uma saída mediante um contrato. O contrato é o elemento que vincula os compromissos do estado com o indivíduo e vice-versa. Através dele, os indivíduos abrem mão de sua liberdade natural pela garantia de segurança - tarefa delegada ao estado pelo consenso entre os indivíduos. Os indivíduos transferem para o estado a autoridade para este agir em nome de todos; e ele passa assim a ser o seu legítimo representante. De acordo com a teoria da Representação de Hobbes (1974, p. 102), "Uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é

representada por um só homem ou pessoa, de maneira a que tal seja feito com o consentimento de cada um dos constituem essa multidão".

Trata-se de um contrato de cada homem com todos os homens, como se cada um pronunciasse ao outro: "Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações (HOBBS, 1974, p. 109).

Integrados a um corpo constituído artificialmente através de um conjunto de pactos, a multidão sai de cena para que seu representante passe a atuar por eles. O papel desse novo personagem pode ser assim definido: "Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum (HOBBS, 1974, p. 110).

Hobbes continua a sua exposição afirmando que o portador dessa pessoa se chama **soberano** e dizemos que ele possui poder soberano. Esse poder pode ser adquirido de duas maneiras: pela força natural ou pela concordância entre os homens de submeterem-se a um homem (ou assembleia de homens) voluntariamente. Esse segundo modo é o que se costuma chamar de estado político ou um estado por instituição.

Rousseau se contrapõe fortemente a essa perspectiva hobbesiana, pois não vê compensação alguma para aquele que a tudo renuncia. O conjunto de pactos hobbesiano tem caráter de submissão. Um homem que se escraviza a outro só é capaz de garantir a subsistência, mas perde todo o resto. Além disso, o representante não passa de um lugar vazio para ser ocupado por uma pessoa particular, cujos interesses próprios costumam prevalecer sobre o bem comum; eis o risco da representação. É preciso então propor um novo tipo de associação "[...] que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente" (ROUSSEAU, 1991a, p. 32).

As cláusulas desse contrato são tacitamente admitidas e reconhecidas e não há, nesse momento (quando um povo se constitui povo), qualquer representação. A essência desse pacto é

sustentada pela seguinte prerrogativa:

Cada um de nós põe em comum a sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. [...] Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado quando passivo, soberano quando ativo, e potência quando comparado a seus semelhantes (ROUSSEAU, 1991a, p. 33).

O que o homem perde com esse contrato é a liberdade natural e o direito ilimitado de fazer o que bem quiser, porém, ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui. A liberdade civil é limitada pelas leis estatuídas pela vontade geral que rege a sociedade com base no interesse comum. A vontade geral é o denominador comum que unifica o grupo, portanto, é indivisível e nunca erra, pois almeja sempre o próprio bem. O erro provém do julgamento e não do ato da vontade. Um julgamento equivocado pode ser provocado por ignorância ou por falsas opiniões, logo, convém que o povo seja instruído para que possa exercer com todo discernimento sua vontade. O soberano é, portanto, um ser coletivo, não um senhor! Se o povo é submetido simplesmente a obedecer, dissolve toda a sua qualidade de povo, pois no instante em que houver um senhor, haverá o escravo. Essa é uma razão para rejeitar como forma de governo qualquer ditadura, inclusive a melhor delas. Por mais bem intencionado que seja o líder de tal ditadura, ele dorme sobre a sombra da ilegalidade, da usurpação de um poder que a ele não foi conferido.

A concepção rousseauiana pressupõe uma permanente mobilização dos indivíduos atuando na vida política, mas o novo tempo coletivo estabelece novos papéis e funções sociais subtraindo dos homens o tempo que deveriam dedicar à participação pública. Envoltos numa rede de informações e relações incompreensíveis, escritos sob um roteiro ruim que evoca o tema da igualdade e da liberdade, enquanto a violência, a miséria e os escândalos públicos evidenciam a fragilidade no mundo real, o mais sensato aos indivíduos parece ser correr atrás dos próprios interesses.

Uma reunião de homens que tenta preservar a liberdade ao mesmo tempo em que estabelece leis para cercar suas ações sob uma suposta autoridade é, num governo corrompido, um paradoxo que só pode ser solucionado por meio da retórica; fazendo um discurso enganador parecer verdadeiro;

convencendo os escravos de que eles não são escravos - eis o jogo político!

Colocar a igualdade no horizonte de uma sociedade desigual, torná-la uma promessa realizável ao menos no plano ideal para que a dura realidade seja suportável - eis o mecanismo! Mas como tornar legítima essa artimanha? De acordo com Rousseau, fazendo parecer que esta é a vontade geral - eis a solução! Segundo Pitkin (*apud* SALINAS FORTES, 1997, p. 44), "A essência da representação é a delegação ou concessão de autoridade. Autorizar um representante é conceder ao outro o direito de agir por si próprio".

O Soberano é, portanto, a personificação da vontade geral. De acordo com Salinas Fortes (1997, p. 112), na perspectiva rousseauiana ela [...] não é apenas a idéia reguladora [...] para se pensar a legitimidade da ordem política, mas também [...] a idéia reguladora do comportamento de cada membro da associação. Se todos os membros da associação fossem soberanamente governados por essa Idéia, teríamos o estado perfeito onde encontraríamos a solução das antinomias da vida política.

Mas tal ideia não resistiu, pois não é a vontade geral que vigora desde a instituição das primeiras sociedades, mas o discurso de que ela vigora proferida pela boca daqueles que se autoproclamam portadores da voz do povo ou seus legítimos representantes. A única forma de governo capaz de sustentar esse discurso enganador é a democracia, que tem por *slogan* o famoso clichê: **o governo do povo, para o povo e pelo povo**. Impossibilitado de atuar como cidadão, pois é o que acontece numa democracia representativa, mas carregando peso da máscara, o indivíduo procura compensação na busca desenfreada da própria satisfação, transferindo para o plano particular todo o seu potencial artístico na arte de representar.

A consequência inevitável que se estabelece entre a vontade particular dos indivíduos contraposta à vontade geral é a ruína do corpo político, pois a tendência do governo (composto por indivíduos com interesses privados) é a usurpação do poder soberano e o silenciamento da vontade geral. A perversão do corpo político consiste exatamente no engessamento da vontade geral por meio de instituições, postos e cargos que se fazem passar por representantes dessa mesma vontade. Conforme anuncia Rousseau (s./d., p. 104):

Enfim, quando o Estado, próximo de sua ruína, apenas subsiste através de uma forma vã e ilusória, quando o laço social se rompe em todos os

corações, quando o mais vil interesse se adorna afrontosamente com o nome sagrado do bem público, então a vontade geral emudece, todos, guiados por motivos secretos, deixam de opinar como cidadãos, como se o Estado jamais houvesse existido, e são aprovados falsamente, a título de leis, decretos iníquos cujo único fim é o interesse particular.

Para preservar o corpo social, a vontade geral na figura do soberano deve esforçar-se frequentemente por mostrar-se nas assembléias. No entanto, nas grandes nações, a reunião de todos é sempre problemática, pois haverá a necessidade de divisões e representações intermediárias e, quanto mais a vontade é representada, mais se dissolve. Qual será, então, nas grandes nações que adotaram a democracia como forma de governo, o artifício para fazer parecer frutos da vontade geral os mandos e desmandos do governo?

A vontade geral será substituída pela opinião pública. O governo deve cuidar para que esta opinião lhes resguarde o direito de agir sobre os membros da sociedade. E mais do que nunca, talvez aqui faça sentido a afirmação de Salinas Fortes (1997, p. 126) de que "Viver em sociedade, [...], é dar-se em espetáculo para o outro".

O instrumento para essa intervenção cirúrgica no corpo social é tornar a pátria elemento de culto, um espetáculo cívico capaz de fortalecer o laço social. Pela exploração do amor à pátria, manipula-se a opinião pública para que prevaleça uma falsa sensação de bem comum sob as vontades egoístas. A festa cívica é o espetáculo onde (supostamente) todos são atores e espectadores. O carvalho e a fogueira da festa primitiva são substituídos pela bandeira e pelo hino. Os costumes transformados em psicodrama e os roteiros das comemorações cívicas passam a constituir as engrenagens para manter o coração do corpo social e político funcionando, mesmo depois de constatada sua morte cerebral. É o espetáculo de Ayrton Senna correndo com a bandeira do Brasil e uma final de uma Copa do Mundo que nos faz sentir brasileiros.

Paradoxalmente, aqui se encontra a brecha capaz de tornar a pior democracia preferível à melhor das ditaduras: como veículo da vontade geral, os membros da sociedade podem manifestar sua opinião e se deslocar da posição de meros espectadores a atores no jogo político. Se, por um lado, podemos ser tragados e manipulados pela tirania da opinião, por outro, é através dela que podemos reverter seus malefícios, posicionando-

-nos frente às questões relevantes da sociedade. De acordo com Salinas Fortes (1997), em matéria de comunidade nacional é válido o mais completo **narcisismo coletivo**. O resgate de certo tipo de fraternidade e a identificação com o todo que faz das diferenças (mesmo que momentaneamente) apenas uma contingência são capazes de despertar o germe da percepção para a potência intrínseca dessa união. Nas palavras de Rousseau (*apud* SALINAS FORTES, 1997, p. 183):

Ao contrário, são necessários muitos espetáculos. É nas Repúblicas que eles nasceram, é em seu seio que os vemos brilhar com verdadeiro ar de festa [...]. Pode haver um prazer mais doce do que ver um povo inteiro entregar-se à alegria, num dia de festa, e todos os corações desabrocharem aos raios supremos do prazer que passa rápida e intensamente através das nuvens da vida?

Para Starobinsky (*apud* SALINAS FORTES, 1997, p. 182-183), a festa cívica é animada por um movimento inverso à festa primitiva, trata-se do reencontro com a unanimidade e da superação do orgulho solitário para sobre ele surgir um orgulho que ultrapassa a mera existência individual. A festa é o lugar da suspensão das desigualdades e a vida real o palco das lutas. E o que é a vida real senão a própria família, a escola da comunidade, o bairro, o ambiente onde desenvolvemos alguma atividade profissional? Esses lugares estão repletos de outras pessoas. O que tenho de **comum** em relação a elas? O que desejamos? Será que nossa **vontade** tem algum peso nas congregações a que pertencemos? E nossa opinião?

Bem, há duas possibilidades: contemplar, como convém a um bom espectador, ou começar a agir como autor e ator nesses cenários ●

Referências

- BARBOSA, R. *Cartas de Inglaterra*. São Paulo: Saraiva, 1929.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- ROUSSEAU, J. J. *O Contrato Social*. São Paulo: Cultrix, s./d.
- ROUSSEAU, J. J. *O Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1991a.
- ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991b.
- SALINAS FORTES, L. R. *Paradoxo do Espetáculo: Política e poética em Rousseau*. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

* **Doutoranda em Filosofia Moderna/ USP-SP, Doutoranda em Educação/ UNICAMP, Professora Assistente da Faculdade de Tecnologia Arthur Azevedo.**

O CIENTISTA SOCIAL É UM INTELLECTUAL ORGÂNICO?

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos* e Ygor Rafael Leite Pereira**

Resumo: O presente texto objetiva esboçar uma resposta à pergunta enunciada no título através das seguintes etapas: (a) desenvolver parâmetros metodológicos adequados e rigorosos em torno da especificidade da obra carcerária de Antonio Gramsci, que implica, dentre outros pontos, questionar a mitologia do intelectual orgânico como intelectual de partido e/ou de movimentos sociais; (b) apresentar resumidamente a formulação fragmentária e não sistemática de Gramsci em seu caderno carcerário de número 12, na qual o intelectual orgânico é um organizador da sociedade em geral com o objetivo da criação de situações mais favoráveis à expansão de uma determinada classe social; (c) discutir alguns elementos da realidade brasileira contemporânea que esbocem uma reflexão no sentido de mostrar as diferenças entre o papel do cientista social e o intelectual orgânico na acepção gramsciana.

1 Introdução, problematização e questões metodológicas

O objetivo deste texto é o esboço de uma resposta à pergunta acima enunciada. Sabe-se da vastidão do tema em pauta e da impossibilidade de esgotá-lo, tampouco respondê-la de modo totalmente adequado. Pretendemos esboçar uma resposta à luz de alguns elementos da condição do cientista social brasileiro na atualidade.

O caminho a ser percorrido neste texto buscará apresentar rapidamente a temática e algumas questões metodológicas. Em seguida, passaremos a uma apresentação do argumento a partir do texto de Antonio Gramsci (1975), que desenvolveu a noção de intelectual orgânico em seus *Quaderni del Carcere*. Faremos uso de alguns comentadores para ajudar a nossa exposição e argumentação acerca do tema em pauta.

Para começar, sabe-se que o legado de Antonio Gramsci (1891-1937) fez parte de um senso comum teórico-prático nas Humanidades. As categorias gramscianas de intelectual orgânico, além de bloco histórico, hegemonia, sociedade civil, são comumente vulgarizadas e empregadas

fora de sua conceituação meticulosa e original em conexão com a historicidade empregada pelo comunista sardo (BIANCHI, 2008) em análises empreendidas desde os anos 1970.

O texto do qual nos valem para abordar a perspectiva de Gramsci acerca do intelectual orgânico é o décimo segundo caderno carcerário, um caderno de segunda redação¹, provavelmente escrito entre maio e junho de 1932 (cf. FRANCONI, 1984).

No que se refere à noção enunciada no título, é comum lidar com uma suposta definição gramsciana de que o intelectual orgânico seria aquele revolucionário e o intelectual tradicional seria aquele reacionário ou conservador. De modo diverso, pode haver intelectuais orgânicos e tradicionais tanto da burguesia quanto do proletariado (COUTINHO, 2007). O exemplo do cientista social comprometido com movimentos sociais ou partidos políticos ou mesmo que atuaria como mentor, ideólogo ou inspirador dos mesmos completaria a vulgarização conceitual proporcionada pelo conhecimento de segunda mão da obra de Antonio Gramsci.

Ressalvamos uma formulação central de Gramsci à pergunta em tela nesse texto. Gramsci sustenta que nem todo homem exerce a função de intelectual numa dada sociedade, embora, na prática, todos sejam intelectuais e filósofos. Todo fazer puramente físico tem, por exemplo, uma atividade intelectual criadora. Todo homem encerra em seu fazer, seja ele empírico ou teórico, consciente ou inconsciente, fragmentário ou integral, contínuo ou descontínuo, uma concepção de mundo, uma ordem intelectual, uma unidade indissolúvel teórico-prática. Os filósofos ou intelectuais das universidades, dos laboratórios são apenas feições tradicionais de tal atividade no âmbito social (GRAMSCI, 1999, 2000).

Do ponto de vista metodológico, é possível esboçar uma crítica a tais apropriações valendo-se do que o professor Quentin Skinner (1969, p. 23-25) chama de "paroquialismo". Trata-se da busca de trazer o universo categorial de um autor para um sistema conceitual que lhe é estranho, reforçando o

sistema conceitual particular ou familiar do pesquisador, mas sem nexos com a formulação original do autor que é tomado como objeto da pesquisa. Encontramos um exemplo de tal perspectiva em autor rotulado como neogramsciano e bastante conhecido na literatura acadêmica de Relações Internacionais, o cientista político canadense Robert W. Cox. Ao que parece, conhecedor não dos mais aprofundados da obra gramsciana, ele menciona o seguinte em um de seus recentes livros:

[...] Outros vinte e cinco anos na academia podem afiar a capacidade crítica e confirmar um sentimento de distância do engajamento social e político ativo. Minha experiência de vida não me compatibiliza com o papel do que Gramsci chamou de um 'intelectual orgânico'. Não há grupo social com o qual eu sinta uma solidariedade especial e identidade e com o qual eu possua uma consideração especial (COX, 2002, p. 37, tradução nossa).

Por outras palavras, em se tratando de uma perspectiva bastante comum, o engajamento político entre os estudantes de Ciências Sociais, bem como a discussão em torno do universo específico, das agendas partidárias dos partidos políticos e dos movimentos sociais, é comum trazer o entendimento de um suposto intelectual no contexto específico da militância e discussão políticas. Antes de passarmos à definição propriamente dita, reforçamos o problema posto no título, quando verificamos também na intelectualidade universitária nacional a abordagem à qual nos contrapomos. Como exemplo, a seguinte passagem (SCHWARTZMAN, 2009, p. 272):

Finalmente, a sociologia se profissionalizou como disciplina universitária, e a atuação do cientista social como intelectual orgânico, na fórmula proposta por Antonio Gramsci e simbolizada pela atuação política de Jean-Paul Sartre até os anos 1960, perdeu muito de sua credibilidade, sobretudo, novamente, após o fim do "socialismo real". Que papéis sociais ainda cabem ao sociólogo, espremido entre a ciência política e a economia, sujeito às regras de carreira das universidades, e sem um instrumental técnico e profissional que o permita atuar como um profissional "normal", à maneira dos advogados, contadores e administradores?

Entretanto, veremos como essa ótica se distancia da definição do pensador italiano sobre a categoria em pauta.

Com o mesmo objetivo de não distorcer o conceito em tela, retomamos também uma fraqueza metodológica apontada pelo historiador Pierre Rosanvallon (1995): o reconstrutivismo - um raciocínio de reconstrução que, na prática, se

distancia do autor e sufoca-o, não fazendo jus a suas formulações. Nesse caso, a obra de Gramsci não seria levada a sério, seria observada de longe, buscando-se empreender um raciocínio ou reconstrução a partir de fragmentos ou elaborações fragmentárias, fora de contexto, que levassem a entender o intelectual orgânico como o líder intelectual da militância política. Isso guardaria, conforme já sublinhamos, enorme distância com a elaboração gramsciana. Contudo, não se trata de abordar a categoria em tela em perspectiva imanente, como se ela fosse datada e aplicável exclusivamente ao seu contexto de definição no *opus* carcerário gramsciano.

Uma categoria como a do intelectual orgânico deve ser entendida e adaptada na perspectiva de uma historicidade e contexto cultural peculiar. O próprio Gramsci forneceu os elementos para tal aplicação, através do que ele chamou de tradutibilidade ou tradutibilidade. A tradutibilidade gramsciana toma como pressuposto uma diversidade de linguagens em cada contexto cultural e sistema filosófico. Assim, apenas a filosofia da práxis - expressão que alude ao marxismo, por Gramsci usada no contexto da censura que sofreu ao escrever na prisão - pode "traduzir" conceitos para contextos específicos em profundidade. Assim, atenta para a sua historicidade em grau orgânico e profundo, sem incorrer no erro de buscar entender ou aplicar um conceito ou elaboração de modo esquemático, mecânico (GRAMSCI, 1999) para outras realidades.

Citando trechos dos cadernos carcerários gramscianos de números 43 e 24, respectivamente, o trecho abaixo do professor Giorgio Baratta (2004, p. 234, grifos do autor) ajuda a complementar o sentido da tradutibilidade:

A "historicidade" de um texto significa que ele, hipoteticamente, pode ser traduzido em todas as outras línguas do mundo. Gramsci está convencido de que uma **boa** tradução - indicando por "tradução" o que ele chama de um "princípio metódico fundamental" - seja uma "repetição", mas uma repetição não mecânica, obsessiva, material", acima de tudo, a sua "adaptação [...] às diversas peculiaridades e tradições culturais", um desvio, mas também um enriquecimento, portanto, do seu sentido originário. Um texto é como um raio que, passando por prismas diversos, produz refrações de luz diversa.

Por que não se pode aceitar as definições e aplicações de Cox e Schwartzman propostas acima? Afinal, o que é o intelectual orgânico no sentido gramsciano?

2 O que é intelectual orgânico?

Os estudos sobre a figura do intelectual estão espalhados por várias obras de muitos pensadores das ciências sociais. Tal termo foi usado de muitas formas e com diversas intenções. Mas, dentre esses muitos pensadores, Antonio Gramsci ganha um grande destaque. Com esse pensador, o conceito de intelectual ganha uma nova roupagem e um papel de destaque em sua obra. E na ênfase sobre a função dos intelectuais na história e nos vários âmbitos da vida social constitui um dos aspectos mais originais do pensamento de Gramsci. No contexto dos anos 1920 e 1930, nenhum outro pensador e militante, da então revolucionária esquerda, tinha dado tanta importância à categoria social dos intelectuais como fator explicativo da realidade sociopolítica (BEIRED, 1998). Para o pensador latino-americano José Aricó (1998),

Gramsci foi o primeiro marxista que a partir da política e da reflexão política parecia falar para nós, os intelectuais. Na realidade, era um dos nossos; de algum modo expressava aquilo que queríamos ter sido sem nunca conseguir: homens políticos capazes de reter a densidade cultural dos fatos do mundo, intelectuais cujo saber se desenvolve e se realiza no próprio processo de transformação.

Para o pensador italiano Bobbio (1998), há duas formas principais de se pensar o substantivo intelectual. A primeira delas é pensar essa categoria como um estrato social particular, que se distingue pela instrução e pela competência científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. Essas profissões requerem um esforço puramente intelectual e pouco físico. Enquadrando essa definição na história, encontramos na Rússia do século XIX uma categoria de intelectuais que se encaixam nessa definição. No pensamento russo, esse termo é interpretado como *intelligencija*. Este era entendido como um grupo social formado por indivíduos cultos e ligados a assuntos de interesse público, que com o passar dos tempos construiu uma consciência própria enquanto grupo autônomo e desligado dos outros estratos sociais. Ou seja, aqueles homens constituíram uma autoconsciência como grupo social específico e os membros desse grupo se identificam entre si por acreditarem que constituem a própria consciência do povo russo (BEIRED, 1998).

Ao lado da primeira acepção do termo, surgiu na França do século XIX uma nova construção para

designar aquilo que se entendia ser o intelectual. Essa figura passou a ser relacionada aos sujeitos defensores e praticantes de uma ideologia militante, ou seja, passaram a ser reconhecidas como intelectuais as pessoas defensoras de idéias políticas que iam de encontro à ordem vigente (BOBBIO, 1998). Essa imagem perdurou durante muito tempo e alcançou a contemporaneidade. Nas ciências sociais há um bom exemplo para demonstrar essa ideia. O pensador francês Alain Touraine (*apud* SILVA, 2009, p. 282) entendia a sociologia como uma ação movida para expressão daqueles que não são privilegiados pela sociedade. Ou seja, sociólogo seria aquele que desvendaria as ideologias dominantes que escondiam as verdades das relações sociais. Essa forma de entender a sociologia é delimitar seu campo de atuação àqueles que são os explorados e não leva em conta que muitos pensadores sociais usam seu conhecimento em prol de outras causas além dessa.

Analisando o primeiro conceito de Bobbio, é possível partir para uma definição daquilo que Gramsci entende como um intelectual. Essa análise ganha relevância pelo fato do conceito gramsciano ser um contraponto ao conceito de Bobbio. *A priori*, o pensador sardo criticou a concepção de que os intelectuais formariam um grupo separado do restante do corpo social, ou seja, os intelectuais formariam um estrato social autônomo e independente em relação às outras camadas sociais (BEIRED, 1998). Para Gramsci (2000, p. 15),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.

Nessa passagem fica clara a noção de que os intelectuais são produtos de uma nova classe social. Gramsci apresenta os intelectuais intimamente ligados às relações sociais vigentes, pertencentes a uma classe, a um grupo social vinculado a um determinado modo de produção (SEMERARO, 2006). Dessa forma, em cada época há um grupo de intelectuais que são reflexos de um

modo de produção e que têm importante função de manter firmes as convicções culturais desse modo de produção, ou seja, os intelectuais são parte de uma superestrutura e contribuem nas construções culturais e técnicas da ordem vigente. Para exemplificar, Gramsci cita o papel dos eclesiásticos na Idade Média que eram juridicamente equiparados à aristocracia fundiária, com a qual dividiam o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por partes dos eclesiásticos garantiram a sobrevivência do poder dos monarcas até o absolutismo (GRAMSCI, 2000). Este fator somado ao fator da dominação econômico-militar da aristocracia feudal formou as bases para consolidação e manutenção do período feudal.

Outra crítica levantada pelo marxista sardo foi o critério para definir o intelectual com um ser que se diferencia dos outros membros da sociedade pelo fato de seu trabalho ser ligado somente ao intelecto. Para Gramsci (*apud* BIANCHI, 2008), buscar a distinção entre os intelectuais e os outros grupos sociais não está relacionado ao fator de desgaste de intelecto, pois em todo trabalho humano há utilização do pensar, ou seja, não há atividade puramente mecânica realizada pelo homem. A rigor, inexistem não intelectuais, na medida em que não existe atividade humana na qual se possa excluir toda intervenção intelectual, de tal modo que não é possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Seguindo esse pensamento, qual forma de distinguir as atividades intelectuais de outras atividades da sociedade? Gramsci (2000) dizia que um operário, por exemplo, não se caracteriza por esse trabalho instrumental, mas por seu trabalho não ser reconhecido socialmente e não ocupar um papel de dominação.

Com o exemplo anterior é possível entender que a distinção das categorias está relacionada a certas funções, quer nos processos de reprodução quer nos processos de transformação da ordem social (BEIRED, 1998). Essas funções estão relacionadas com a organização da sociedade. Para Gramsci o intelectual se define pela capacidade de organizar os homens e o mundo em redor de si ou de uma ideologia que pretende ser dominante.

Percebe-se, portanto, que Gramsci considera as funções sociais como de suma importância para identificar os intelectuais numa determinada

sociedade. Mas há outra classificação com relação àqueles que exercem a função de intelectuais. Nessa classificação encontram-se dois grupos distintos: um dos chamados intelectuais orgânicos e outro dos chamados intelectuais tradicionais. Esses ganham um papel de destaque quando Gramsci (*apud* MACCIOCCHI, 1976, p. 189), em sua obra “Questão meridional” analisa o sul da Itália. Nessa região ainda se mantinham muitos resquícios de uma época passada, ou seja, de uma região carregada de fortes influências de um regime protocapitalista. Essas marcas ficavam presentes devido à grande influência dos latifundiários e seus intelectuais. Esses realizavam o papel fundamental de mediar as relações dos camponeses com o Estado. Dessas relações se formava um grande bloco agrário que representava um grande atraso ao sul italiano, quando comparado ao norte. Percebe-se que esses intelectuais não nasceram junto a novas classes sociais, pois suas origens remetiam a um passado de dominação e precariedade. Logo, esses intelectuais representavam antigas estruturas de poder. Com a decadência dessas e o surgimento de novas classes dominantes, eles foram incorporados às novas classes, mas mantinham muitos de seus vícios adquiridos quando faziam parte da organização social. Devido a esse fato, eram denominados de intelectuais tradicionais. Nas novas estruturas, eles ocupavam cargos de funcionários públicos, no clero, no exército e nas academias. Nesses espaços, sua função era manter a ordem vigente e garantir a hegemonia dos grandes latifundiários.

Os intelectuais orgânicos, ao contrário, são os que fazem parte da sociedade vigente e que nasceram junto com ela. Esses intelectuais apresentam muitos pontos de contato com essa nova sociedade. Por isso estão ao mesmo tempo conectados com o mundo do trabalho, com as organizações políticas e culturais mais modernas que cada grupo social desenvolve. Fazendo parte desse sistema, os intelectuais orgânicos não só fazem parte do mundo de produção de bens como também fazem parte da produção cultural exigida pela classe que a criou. Ou seja, além de serem especialistas na área de sua profissão, elaboram uma concepção ético-política que os habilitam a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social da classe que representam (SEMERARO, 2006). Vale lembrar que cada classe cria seus próprios intelectuais orgânicos, os quais podem ser frutos

tanto de uma classe hegemônica como também podem nascer de um grupo social subalterno que já possui certa consciência de sua posição social. É importante frisar que toda classe social produz seus intelectuais e que alguns desses vão exercer uma função organizativa dentro dos limites que a classe abrange; logo, ser orgânico não é uma qualidade e sim uma função que alguns grupos intelectuais realizam.

3 A relação entre os intelectuais orgânicos e os cientistas sociais

Numa passagem já citada neste trabalho, o sociólogo brasileiro Simon Schwartzman (2009) entendeu que, num certo período da construção da sociologia no Brasil, o sociólogo desempenhou um papel de intelectual orgânico. O período que foi referido por volta das décadas de 1960 e 1970 caracteriza o sociólogo com um militante político e, por vezes, ligado à defesa do socialismo. Porém, o que ficou claro com a apresentação do conceito de intelectual orgânico é que este não está na sociedade para fazer militância política e muito menos como defensor do que ficou conhecido como “socialismo real”. O conceito gramsciano de intelectual orgânico não veio como forma de enaltecer a imagem daqueles que realizam militância em prol dos grupos menos favorecidos. O pensador italiano entendia que todo grupo social ao nascer cria consigo seus próprios intelectuais e esses vão exercer funções organizativas dentro do corpo social. Ou seja, num sistema capitalista existiram intelectuais responsáveis pela construção da homogeneidade dentro do corpo social, da mesma forma que numa sociedade socialista existiram seus intelectuais orgânicos responsáveis pela construção de uma uniformização da cultura.

As funções que os cientistas sociais exercem na sociedade brasileira pouco ou nada se parecem com a real função dos intelectuais orgânicos. Não estamos querendo dizer que tais pessoas não tiveram importância na sociedade brasileira; na verdade, a função exercida por muitos desses pensadores tiveram um papel de destaque na construção dos movimentos sociais no Brasil. Por exemplo, no período que Simon Schwartzman entendia ser o sociólogo um intelectual orgânico, alguns pensadores das ciências sociais desempenharam um papel na construção dos movimentos sociais. O exemplo mais clássico é de Florestan Fernandes (*apud* BRAGA; BURAWOY, 2009, p. 259, grifo nosso), que entendia o sociólogo

como um **intelectual participante** do movimento social, pois atua como agente da transformação social e como cientista, trabalhando pela racionalização dos modos de conceber e organizar o mundo. Nessa análise dos autores sobre Florestan Fernandes, mesmo havendo o termo “organizar”, fica claro que Florestan dizia que o cientista social iria construir um numa nova ideia sobre o mundo e nesse poderia organizá-la. Pois, no atual sistema, sua organização de nada serviria. O próprio Florestan ressaltava a contribuição ativa dos sociólogos para transformar ou criar “os canais sociais” (FERNANDES, 1971, p. 238).

As funções atuais do sociólogo ou do cientista social estão ligadas ao campo acadêmico e aos trabalhos de gestão social. Na década de 1990, as universidades brasileiras viram nascer muitos cursos ligados às políticas públicas e uma nova onda de profissionalização compartimentou ainda mais nossas formas de fazer sociológico, que transitaram rapidamente da direção de um conhecimento instrumental a serviços de objetivos definidos por poderosos clientes, seja o estado, sejam as empresas. O perfil militante das décadas passadas cede lugar ao especialista da gestão da questão social (BRAGA; BURAWOY, 2009).

Em linhas gerais, nos parece que o papel do cientista social é diverso. O cientista social é um intelectual tradicional, porém, não é orgânico. Como sustenta Berger, suas funções estão relacionadas a compreender a sociedade de uma maneira disciplinada. Essa atividade tem uma natureza científica. Isto significa, muitas vezes, que aquilo que o sociólogo descobre e afirma a respeito dos fenômenos sociais que estuda ocorre dentro de certo quadro de referências de limites rigorosos. Como cientista, o sociólogo tenta ser objetivo, controlar suas preferências e preconceitos pessoais, perceber claramente ao invés de julgar normativamente (BERGER, 1963).

4 Conclusão

Percebemos que muito do que se fala sobre o intelectual orgânico não corresponde a uma leitura gramsciana, pois tentam usar a credibilidade do pensamento de Gramsci para validar suas teorias. Nesses casos, não se respeita o uso original do termo, que está muito aquém de designar um papel militante ou revolucionário ao intelectual que Gramsci entendia exercer a função de orgânico.

Corroborando a idéia de Berger, o fazer intelectual do cientista social tem um sentido

específico voltado para uma elaboração acadêmica muitas vezes distanciada, com uma certa concepção de cientificidade. Voltando a Gramsci, isso, em princípio, o torna muito mais um intelectual tradicional.

Em perspectiva de buscar **traduzir** - fazer uso de uma categoria adaptando-a para sua especificidade histórica e cultural - para um contexto histórico próprio o que ele definiu como intelectual orgânico, conforme o dizer de Gramsci, teríamos que analisar o papel social de um grupo coletivo como intelectual para a produção e reprodução de um certo modo de vida e uma certa concepção de mundo. Qual o papel que o cientista social cumpre nesse sentido? Essa é uma pergunta crucial para a tradução dessa categoria para outras perspectivas históricas e culturais com vistas ao profissional em pauta.

Sem a pretensão de esgotar o tema, mas buscando propor questões para futuras reflexões sob o ensejo da tradução na ótica gramsciana, caberia examinar em maior profundidade a função do cientista social no Brasil e no mundo nesse momento, não somente na sua inserção acadêmica, mas também profissional. É sabido da baixa profissionalização do cientista social no Brasil. Nessas poucas oportunidades, atua principalmente em órgãos públicos. Há a atuação, embora em menor escala, em institutos de pesquisa e análise de mercado, opinião pública e eleições. Tais oportunidades são muito maiores e mais frequentes nos Estados Unidos, chegando tal profissional a ter a possibilidade de fazer pesquisas até mesmo sobre certas comunidades em favor dos objetivos das Forças Armadas, como já ocorreu no Vietnã e ocorre neste momento no Afeganistão. Cabe, portanto, estar atento à dinâmica da diversidade histórica e cultural para continuar buscando respostas à nossa pergunta inicial ●

Nota:

(1) Nesse sentido, ele é um texto "C," conforme a classificação da edição crítica de Valentino Gerratana publicada pela primeira vez em 1975 na Itália (GRAMSCI, 1975, p. 1511-51). Ele retoma em segunda redação pontos contemplados no caderno carcerário de número 4. A edição crítica dos escritos carcerários constatou textos de primeira redação (classificados como textos "A") e segunda redação - textos reelaborados (classificados como textos "C") - além de textos de redação única (classificados como textos "B"). Uma questão metodológica central refere ao cuidado com a cronologia e o movimento interno de elaboração da obra gramsciana, um *opus* não sistemático, incompleto e fragmentário. Em função do curto espaço aqui disponível, não nos alongaremos

nesta advertência e temática. Tomamos por base para a elaboração do presente texto a edição e tradução brasileiras de Carlos Nelson Coutinho referentes ao caderno 12 (GRAMSCI, 2000, p. 13-53).

Referências

- ARICÓ, J. 1998. Por que Gramsci na América Latina? Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=323>>. Acesso em: 22 jun 2010
- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BERGER, I. P. *Perspectivas sociológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1963.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BRAGA, R.; BURAWOY, M. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, R. W. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. New York: Routledge, 2002.
- FERNANDES, F. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.
- FRANCIONI, G. *L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.
- SCHWARTZMAN, S. A sociologia como profissão pública no Brasil. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 271-279, 2009.
- SEMERARO, G. Intelectuais orgânicos em tempos de pós-modernidade. *Cadernos Cedes*, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006.
- SILVA, L. M.; Touraine, Burawoy, Gramsci: do social ao político. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 281-296, 2009.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais/UFPI e do Mestrado em Ciência Política/UFPI. Coordena grupo de estudos e pesquisas sobre Antonio Gramsci. Pesquisador do grupo "Marxismo e Pensamento Político" do Centro de Estudos Marxistas/UNICAMP.

** Estudante de Ciências Sociais/UFPI, membro do grupo de estudos e pesquisa sobre Antonio Gramsci.

DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA POPULAR EM HABERMAS*

Por Jorge Adriano Lubenow**

Na obra "Direito e Democracia", Habermas (1992, 1997) busca superar duas posições insustentáveis acerca do direito - jusnaturalismo e positivismo -, indicando uma terceira posição, que vai além do que seja capaz de pensar dois conceitos: direitos humanos e soberania popular (tese da co-originariedade). Habermas, com a ideia de direito procedimental, não pensa no direito natural, mas num processo coletivo de institucionalização de direitos, de ampliação democrática, capaz de trazer para a esfera pública a reflexão, por exemplo, sobre a negação de direitos.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, refere-se ao **homem** (esfera da autonomia privada) e ao **cidadão** (esfera da autonomia pública). A primeira é enfatizada pelos liberais e a segunda pelos republicanos. Na discussão da filosofia política, o direito subjetivo desempenha um papel central na moderna compreensão do direito. Mas enquanto os direitos humanos recebem uma conotação negativa (proteção da liberdade individual, direitos naturais pré-políticos), os direitos do cidadão recebem uma conotação positiva. A tese de Habermas (1992, 1997) é que só podemos adquirir uma figura positiva dos direitos humanos através da autonomia política dos cidadãos (participação e efetivação institucional).

O problema da relação entre ambas seria a concorrência, não apaziguada, entre direitos humanos e soberania popular; entre autonomia privada e autonomia pública. Dificuldades que podem ser explicadas a partir das premissas da filosofia da consciência e da herança metafísica do direito natural.

A tradição política liberal interpreta os direitos humanos como expressão de uma autodeterminação moral. A tradição republicana os interpreta como expressão de uma autorrealização ética. Os liberais evocam o perigo de uma tirania da maioria, e postulam o primado dos direitos

humanos, que garantem as liberdades pré-políticas do indivíduo e colocam barreiras à vontade soberana do legislador. Já os republicanos dão destaque à auto-organização dos cidadãos. Na visão liberal, os direitos humanos impõem-se ao saber moral como algo dado, ancorado num mundo natural fictício. Na interpretação republicana, a vontade ético-política da coletividade que está se autorrealizando não pode reconhecer nada que não corresponda ao próprio projeto de vida autêntica. Kant tinha sugerido um modo de ler a autonomia política que se aproxima mais do liberal, ao passo que Rousseau se aproximou mais dos republicanos.

O problema para Habermas (1992, 1997) é que nem Kant nem Rousseau conseguiram descobrir o nexos interno entre direitos humanos e soberania popular. Este reside no conteúdo normativo de um modo de exercício da autonomia política, que é assegurado através da formação discursiva da opinião e da vontade (e não através de direitos naturais pré-políticos). Ambas as concepções (liberal e republicana) passam ao largo da força de legitimação de uma formação da opinião e da vontade (capaz de conferir legitimidade aos direitos). Enquanto participantes de discursos racionais, os parceiros do direito devem poder examinar se uma norma controversa encontra ou poderia encontrar assentimento de todos os possíveis atingidos. Por conseguinte, o almejado nexos entre direitos humanos e soberania popular só se estabelecerá se o sistema de direitos apresentar as condições exatas sob as quais as formas de comunicação (necessárias para uma legislação política autônoma) possam ser institucionalizadas juridicamente. O sistema de direitos não pode ser reduzido a uma interpretação moral dos direitos nem a uma interpretação ética da soberania popular, porque a autonomia privada dos cidadãos não pode ser sobreposta nem subordinada à autonomia política.

A co-originariedade da autonomia privada e

pública somente se mostra quando conseguimos decifrar o modelo de autolegislação através da teoria do discurso, que ensina serem os destinatários simultaneamente os autores de seus direitos. A substância dos direitos humanos insere-se, então, nas condições formais para a institucionalização jurídica desse tipo de formação discursiva da opinião e da vontade, na qual a soberania popular assume figura jurídica. O nexo interno entre autonomia privada e autonomia pública só pode ser explicitado se levarmos a sério tanto a estrutura intersubjetiva dos direitos como a estrutura comunicativa da autolegislação. Esta é a tese de Habermas ●

Referências

HABERMAS, J. *Faktizität und Geltung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1992

HABERMAS, J. *Direito e democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

* Texto apresentado na IV Semana Filosófica, promovida pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí- ICESP, no debate ocorrido após conferência proferida, dia 28/10, pelo Prof. Dr. Manoel Araújo de Oliveira/UFC, que abordou o tema "Como se justificam hoje, filosoficamente, os direitos humanos".

** Professor do Curso de Filosofia/UFPI e do Mestrado em Ética e Epistemologia/UFPI. Doutor em Filosofia/UNICAMP, com período sanduíche na Universität Flensburg/Alemanha.

JUSTIFICATIVA PARA A POLÍTICA AMBIENTAL: falhas de mercado, bens públicos, externalidades, incertezas e meio ambiente

Por Fábio Renault Aguiar Sales*

Resumo: Em economias de mercado, a ocorrência de falhas ou imperfeições (externalidades, incertezas, bens públicos etc.) fundamenta a atuação do estado na atividade econômica. Acreditamos que a sintonia entre política ambiental e eficiência é uma necessidade lógica. O objetivo deste artigo, portanto, é mostrar a importância de considerar o conceito de eficiência quando a existência de falhas de mercado criar condições propícias à intervenção governamental e na regulamentação de política ambiental.

1 Introdução

A economia depende da biosfera para obtenção de recursos naturais necessários à produção de bens e serviços. A economia também descarrega resíduos para a biosfera. Quando o crescimento econômico ocorre, os recursos naturais se esgotam e os resíduos se acumulam na biosfera. As propriedades físicas da economia não podem escapar das leis da termodinâmica, como o crescimento econômico, que sucessivamente,

contribui para o aumento da entropia. Reservas ecológicas também são afetadas pelo crescimento econômico, pois as economias naturais e humanas competem por recursos.

A atividade regulatória governamental é vista pela tradicional abordagem neoclássica da Economia como um meio para corrigir distorções alocativas no sistema de mercado. Nesse caso, a justificativa de intervenção é a busca da eficiência do sistema econômico. Na observação de Nogueira e Pereira (1999), são diversos os autores que argumentam que a gestão ambiental é tarefa eminentemente governamental; que o resultado do processo de escolha de meios para a consecução de objetivos ambientais e seu estabelecimento se dá com a ação deliberada de organismos ou instituições do estado na busca de eficiência econômica, na distribuição de renda, na provisão de bens públicos associados à conservação da natureza, na produção de informações, limitação de riscos e incertezas sobre consequências ambientais da ação humana etc. Daí a natureza da complexidade da intervenção pública e, por

consequência, da escolha dos instrumentos adequados ao seu melhor desfecho.

Instrumentos que Mueller (2001), dentre as políticas sugeridas pela teoria neoclássica da poluição, insere em dois tipos principais de abordagens:

- a) Instrumentos de Comando e Controle (ICC), que são também conhecidos como instrumentos de regulação direta, pois são normas que resultam no estabelecimento de um sistema legal regulatório, orientado, na maioria das vezes, por relações tecnológicas, processos e padrões;
- b) Instrumentos de Incentivo Econômico (IIE) ou instrumentos de estímulo econômico, que seriam aqueles que por meio da punição (tributação) ou recompensa (subsídio) financeiras fariam os agentes incorporar uma conduta ambiental mais adequada.

As políticas ambientais, de modo geral, visam ao estabelecimento de medidas que restringem a atividade econômica com o objetivo de controlar os efeitos ambientais negativos decorrentes. Lustosa (2003) define a política ambiental como um conjunto de metas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação antrópica sobre o meio ambiente, restringindo ou interferindo nas atividades dos agentes econômicos.

De acordo com Jacobs (1991), os instrumentos econômicos de política ambiental podem ser: (a) mecanismos voluntários (persuasão, fortalecimento de informações, tradição comunitária e comunal); (b) regulamentação (medidas administrativas tomadas pelo governo baseadas em leis e regulamentos, mas que não envolvem gastos ou incentivos financeiros diretos pelo governo); (c) incentivos financeiros (impostos e taxas, licenças negociáveis para poluir, depósitos reembolsáveis); (d) gastos governamentais (infraestrutura, unidades de tratamento, locais para disposição de rejeitos, reflorestamento).

Muitos economistas passaram a admitir como regra que, numa sociedade atual, complexa, na qual a degradação ambiental tem características plurais e diferenciadas, com um crescente número de agentes econômicos de vários tipos e assimetria de informações, a solução via negociações de livre mercado dificilmente seria alcançada. Para Perman et al. (1999), onde os mercados não atingem eficiência nessa alocação, diz-se que é atingido um estado de falência de mercado (ou falha de mercado). A análise econômica identifica diversas situações onde

essas falhas de mercado podem ocorrer: (a) bens públicos; (b) externalidades; (c) mercados incompletos; (d) informações assimétricas, (e) comportamento não competitivo e (f) não convexidade.

Nas observações de Zerbe Jr. (2001), as falhas existentes (externalidades, incertezas, bens públicos etc.) nos mostram de forma cristalina que o mercado não consegue resolver todos os problemas relacionados à alocação dos escassos recursos de uma determinada sociedade. Em economias de mercado, a ocorrência dessas falhas ou imperfeições fundamenta a atuação do estado na atividade econômica.

Acreditamos que a sintonia entre política ambiental e eficiência é uma necessidade lógica. O objetivo deste artigo, portanto, é mostrar a importância de considerar o conceito de eficiência quando a existência de falhas de mercado criar condições propícias à intervenção governamental e na regulamentação de Política Ambiental.

2 Bens Públicos

Os bens públicos constituem um exemplo extremo de externalidade. De fato, a exemplo dos recursos comunitários, a propriedade desses bens não pode ser individualizada, em razão desse bem ou serviço não ser divisível. Além disso, contrariamente aos bens privados, o ato de consumir o bem público não reduz a quantidade disponível para o consumo das outras pessoas. Portanto, os bens públicos apresentam duas importantes características: o consumo desses bens é não excludente e não rival.

Segundo Stiglitz (2003), o mercado não costuma funcionar muito bem quando se trata de bens públicos, porque os bens públicos não têm preço em si. O preço pode ser atribuído quando há direitos de propriedade relacionados com as mercadorias. Isso é exatamente o que está acontecendo com os bens públicos, faltam os direitos de propriedade ou estão a tê-los mal definidos. A imposição de direitos de propriedade significa que nós damos o direito de utilizar os bens de alguém, algumas entidades e clubes.

O dióxido de carbono (CO₂) e outros gases são emitidos para a atmosfera terrestre. Entretanto, a própria atmosfera é um bem público e é não excludente, porque todos na terra podem emitir-lhe qualquer coisa ou respirar-lhe o ar. É não rival desde que a minha emissão não reduza os direitos dos outros para emitir. Ela não tem preço e,

portanto, nenhum mecanismo de mercado disponível. No final, quando todos emitem gases de efeito estufa e CO₂ para a atmosfera, em seguida, haverá estoques de poluição excessiva na mesma. Além disso, posteriormente, causando alterações climáticas.

Outros exemplos de bens públicos são o sistema de defesa nacional, o conhecimento científico, um meio ambiente saudável e governos eficientes. Em comum, esses bens têm o fato de seu consumo ser não excludente e não rival.

3 Externalidades

Bem público não constitui a única exceção que compromete a validade do Teorema Fundamental da Economia do Bem-Estar. A presença de externalidade, outra categoria de falha de mercado, também contribui para explicar porque os mercados privados são ineficientes para alocar os recursos. No que se segue, examinaremos, em detalhes, essa questão.

Segundo Verhoef (1999), externalidades ocorrem quando o consumo e/ou a produção de determinado bem afetam os consumidores e/ou produtores em outros mercados e esses impactos não são considerados no preço de mercado do bem em questão. Note-se que essas externalidades podem ser positivas (benefícios externos) ou negativas (custos externos). Assim, por exemplo, uma empresa de fundição de cobre, ao provocar chuvas ácidas, prejudica a colheita dos agricultores da vizinhança. Esse tipo de poluição representa um custo externo porque é a agricultura, e não a indústria poluidora, que sofre os danos causados pelas chuvas ácidas. Estes danos não são considerados no cálculo dos custos industriais, que inclui itens como matéria-prima, salários e juros. Portanto, os custos privados, neste caso, são inferiores aos custos impostos à coletividade e, por consequência, o nível de produção da indústria é maior do que aquele que seria socialmente desejável.

Vamos considerar o caso de um bem ou serviço que envolva a geração de externalidades negativas. Esse é o caso, por exemplo, dos custos da empresa de fundição de cobre, que não está levando em conta os efeitos negativos da poluição. O custo total dessa atividade para a sociedade inclui tanto os custos privados da produção de cobre como os danos causados pelas externalidades (custos externos) aos agricultores e cidadãos.

Em presença de externalidades positivas, os níveis de produção, associados ao equilíbrio de mercado, são inferiores àqueles que seriam socialmente ótimos. Assim, por exemplo, a expansão da educação básica gera benefícios para a sociedade que extrapolam os benefícios auferidos pelos estudantes e suas famílias. Esses benefícios externos não são considerados na decisão privada de frequentar a escola porque os estudantes não são compensados pelas vantagens usufruídas pelo resto da coletividade, decorrente de sua decisão de estudar.

4 Mercados Incompletos e Informações Assimétricas

Em um mercado incompleto, os custos de produção do bem são inferiores ao valor que os potenciais consumidores estão dispostos a pagar. Contudo, não há oferta do bem pelo setor privado ou a oferta é insuficiente. Essa situação pode ser causada por diversos fatores - destacando-se: atividades de alto risco, prazos de retorno do investimento muito longos, deficiência no financiamento da atividade (sistema financeiro e mercado de capitais pouco desenvolvidos) e ausência de coordenação entre setores interdependentes - e ocorre quando um bem ou serviço não é ofertado, ainda que o seu custo de produção esteja abaixo do preço que os potenciais consumidores estariam dispostos a pagar, e envolvem riscos, que nem sempre o setor privado está disposto a pagar.

Falha de mercado pode ocorrer quando uma pessoa em uma transação não tem informações completas sobre qualquer ação ou sobre a segunda pessoa. Isso pode implicar em uma qualidade desconhecida de um bem ou a características ocultas de um agente, como inerente inteligência. Existe assimetria de informações quando um usuário saiba mais sobre seu nível de comportamento do que a seguradora, ou o vendedor sabe mais sobre a qualidade de um produto do que um comprador.

Segundo Withagen e Zeeuw (1999), sem informações completas, os mercados serão incompletos e podem deixar de alocar recursos eficientemente. Dois tipos de problemas de assimetria de informações são referidos como risco moral e seleção adversa. O perigo moral ou incentivo-problema surge quando nas ações de uma pessoa não são observáveis a segunda pessoa.

O problema de seleção adversa ocorre quando uma pessoa não consegue identificar o tipo ou a natureza da segunda pessoa. O risco moral cria dois problemas para bens ambientais. Primeiro, quando os reguladores não podem controlar as ações, um indivíduo tem um incentivo para fugir da redução da poluição, uma vez que ele suporta todos os custos de tal redução e recebe apenas uma parte dos benefícios.

Fuga ambiental é provável de ocorrer quando um indivíduo paga os custos de abatimento, mas apenas recebe uma parcela do total dos benefícios para a sociedade. Ignorando as externalidades mobiliárias, o indivíduo tem um incentivo econômico para reduzir o seu esforço para controlar a poluição abaixo do padrão estabelecido pelos reguladores, resultando em muito poucos recursos dedicados à redução, e muita poluição em relação ao ótimo social.

Em segundo lugar, quando o mercado privado não pode controlar ações da poluição, a seguradora irá retirar-se da responsabilidade, porque o mercado de prestação de seguros também afeta o indivíduo - incentivos de tomar precauções. Dado que os derrames acidentais ou armazenamento de poluição podem criar potenciais passivos financeiros (por exemplo, custos de limpeza ou despesas médicas), o mercado produz uma alocação ineficiente do risco.

5 Incertezas e Irreversibilidade

Segundo Pindyck (2002), a primeira complicação é que as funções de custo e de benefícios ambientais tendem a ser altamente não lineares. Em outras palavras, os danos que possam ser causados no ar ou água pela poluição não aumentam linearmente com o nível de poluição ou emissões. Em vez disso, o dano pode ser pouco perceptível para os baixos níveis de poluição e, em seguida, tornar-se graves ou mesmo catastróficos, uma vez que algum limiar (incerto) é alcançado. Da mesma forma, o custo da redução da poluição pode ser muito baixo para níveis baixos de redução, mas depois se torna extremamente elevado para maior ou abatimento total. Isto significa que não se pode simplesmente usar os valores esperados, o valor esperado do custo ou função do benefício será muito diferente da função do valor esperado.

A segunda complicação é que as políticas ambientais envolvem geralmente importantes irreversibilidades e estas, às vezes, interagem de uma forma complicada com a incerteza.

Existem dois tipos de irreversibilidades que são relevantes para políticas ambientais, e elas trabalham em direções opostas. Primeiro, as políticas destinadas a reduzir a degradação ambiental quase sempre impõem custos irrecuperáveis para a sociedade. Estes custos irrecuperáveis podem assumir a forma de investimentos discretos (por exemplo, utilitários de queima de carvão podem ser obrigados a instalar filtros) ou podem assumir a forma de fluxos de despesas (por exemplo, um preço pago por um serviço público que tenha uso de carvão de baixo teor de enxofre em chamas). Em ambos os casos, se os custos e benefícios futuros da política são incertos, estes custos criam um custo de oportunidade da adoção da política, ao invés de esperar para obter mais informações sobre os impactos ambientais e suas consequências econômicas. Isto implica que a análise custo-benefício tradicional tenderá para a adoção de políticas.

Em segundo lugar, os danos ambientais são muitas vezes parcialmente ou totalmente irreversíveis. Por exemplo, a acumulação atmosférica de Gases do Efeito Estufa (GEE) é duradoura. Mesmo se fôssemos drasticamente reduzir as emissões de GEE, os níveis de concentração atmosférica levariam muitos anos para cair. Da mesma forma, os danos aos ecossistemas de aumento global da temperatura, acidificação de lagos e riachos ou o corte raso de florestas podem ser permanentes. Isso significa que a adoção de uma política deve ser realizada de imediato, ao invés de esperar que tenha um benefício irrecuperável, que é um negativo custo de oportunidade. Isto implica que a análise custo-benefício tradicional será tendenciosa contra a adoção de políticas.

Em terceiro lugar, ao contrário da maioria dos projetos de investimento de capital e mais outros problemas de ordem pública, políticas ambientais muitas vezes envolvem muito tempo. Os investimentos das empresas raramente ultrapassam vinte ou vinte e cinco anos, os custos e especialmente os benefícios de uma política ambiental podem se estender por cem anos ou mais. Os problemas da mudança climática global e a eliminação de resíduos nucleares são bem conhecidos exemplos com horizontes de longo prazo, mas também há outros. Para algumas florestas e os ecossistemas que contêm o corte e outras intervenções, pode haver consequências que

se estendam por várias décadas, mesmo para as contaminações químicas no uso da terra ou água.

6 Conclusão

Para os economistas, as perdas associadas ao desequilíbrio de ecossistemas ou ao desaparecimento de apenas uma das espécies significam a extinção de probabilidades e possibilidades de exploração continuada desses recursos, ou seja, representam um evidente prejuízo econômico. O custo ambiental torna-se, assim, indissociável do custo econômico.

Os economistas ambientais estão interessados em poluição e outras externalidades (os efeitos das atividades produtivas e de consumo que não se refletem diretamente no mercado), ou seja, situações onde há um papel para a intervenção governamental. Sem embargo, quando ocorre uma externalidade, o custo social de produção pode exceder o benefício, abrindo caminho para que as políticas públicas sejam um instrumento para alterar o comportamento dos agentes econômicos. Com efeito, nesses casos, não havendo intervenção estatal, de maneira a permitir que as forças de mercado atuem sem restrições, grandes são as chances de que muitos produtos consumidos pela população sejam originados em sistemas produtivos altamente poluentes. Ao atuar visando resolver esses problemas, o estado poderia induzir as pessoas de uma determinada geração a se comportar de modo a considerar a satisfação ou utilidade das gerações futuras, ao maximizar seu nível de satisfação no presente.

A política ambiental tem um papel fundamental de intervir na esfera econômica para atingir objetivos que os agentes econômicos não conseguem obter atuando livremente, ou seja, tenta corrigir falhas de mercado e, assim, melhorar a eficiência econômica, promovendo a eliminação da pobreza, proteção da agricultura nacional e proteção da qualidade ambiental e evitando falhas institucionais de governança, como, por exemplo, políticas ambientais mal planejadas e/ou mal aplicadas, subsídios e outros incentivos que resultam em uso excessivo de insumos poluentes ou de recursos naturais e políticas orientadas a interesses de grupos específicos ●

Referências

- JACOBS, M. *The green economy: environment, sustainable development and the politics of the future*. London and Massachusetts: Pluto Press, 1991.
- LUSTOSA, M. C. J. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MUELLER, C. C. *Manual de economia do meio ambiente: economia e a questão ambiental*. Brasília: UnB, 2001.
- NOGUEIRA, J. M.; PEREIRA, R. R. *Crítérios e análise econômicos na escolha de políticas ambientais*. Brasília: UnB, 1999.
- PERMAN, R. et al. Market failure and public policy. In: PERMAN, R. *Natural resource and environmental economics*. Second edition. Essex: Longman, 1999. p. 127-149.
- PINDYCK, R. S. Uncertainty in environmental economics. *NBER Working Paper Series*, Cambridge, n. 12752, December, 2006, 30 p. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12752>>. Acesso em: 29 jul. 2010.
- STIGLITZ, J. E. *La economía del sector público*. Barcelona: Antoni Bosch, 2003.
- VERHOEFF, E. T. Externalities. In: VAN DEN BERGH, J. C. J. M. (Ed.). *Handbook of environmental and resource economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999. p. 197-214.
- WITHAGEN, C.; ZEEUW, A. Imperfect competition in natural resource markets. In: VAN DEN BERGH, J. C. J. M. (Ed.). *Handbook of environmental and resource economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999. p. 59-67.
- ZERBE JR., R. O. The failure of market failure. ZERBE JR., R. O. (Ed.). *Economic efficiency in law and economics*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2001. p. 164-187.

NOTAS

♦ O Professor Doutor *Solimar Oliveira Lima* recebeu, no dia 23 de agosto, o **Título de Cidadão Teresinense**, concedido pela Câmara Municipal de Teresina, proposto pela vereadora *Rosário Bezerra*. Em seu discurso, agradeceu à Câmara pelo reconhecimento de um negro que sempre lutou contra todas as discriminações e preconceitos, sejam eles de cor, credo, opção sexual, deficiência física ou mental, entre tantas outras lutas enfrentadas por minorias sociais.



♦ A economista, aluna egressa do Curso de Ciências Econômicas da UFPI, e colaboradora desta publicação, *Zilneide O. Ferreira*, defendeu sua dissertação no Mestrado em Ciência Política/UFPI, em 18/06. A banca foi constituída pelos professores doutores Ricardo Alaggio Ribeiro (orientador), Raimundo B. dos Santos Júnior/UFPI e Reginaldo C. Correa de Moraes/UNICAMP. Seu trabalho, intitulado "A expansão do investimento direto externo espanhol e seu direcionamento para o Brasil (1995-2006)", foi aprovado com mérito e louvor.

♦ Em agosto, outros três economistas vinculados ao Curso de Ciências Econômicas/UFPI também defenderam suas dissertações no referido mestrado, nos dias 25, 26 e 27, respectivamente: *Marcio Martins Napoleão Braz e Silva* (professor egresso). Título: "Estado, planejamento e políticas de desenvolvimento regional no Brasil". Banca: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (orientador), Prof.ª Dr.ª Ana Beatriz M. dos S. Seraine/UFPI e Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/UFPI;

Antonio Carlos Mendes da Rocha (aluno egresso). Título: A articulação entre agentes públicos e privados para a promoção do desenvolvimento econômico e social em âmbito municipal - Floriano-PI. Banca: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (orientador), Prof. Dr. Raimundo B. dos S. Júnior/UFPI e Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/UFPI;

Walber José da Silva (professor do DECON/UFPI). Título: "O federalismo brasileiro e a capacidade dos municípios de implantar políticas de desenvolvimento econômico: o caso dos municípios piauienses". Banca: Prof. Dr. Raimundo B. dos S. Júnior (orientador), Prof. Dr. Cleber de Deus P. da Silva/UFPI e Prof.ª Dr.ª Márcia Miranda Soares/UFMG.

♦ Números anteriores das publicações do Curso de Economia - **Informe Econômico** e **Texto de Discussão** -, bem como informações sobre o referido Curso, encontram-se no *site* da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia.

LANÇAMENTO DE LIVRO



Obra: Peões, vaqueiros e cativos campeiros - estudos sobre a economia pastoril no Brasil
Orgs: Mário Maestri e Solimar de Oliveira Lima
Editora: Universidade de Passo Fundo-UFF
Ano: 2010

"O projeto propunha-se estudar o processo de introdução, consolidação e desenvolvimento da produção pastoril, com destaque para o gado bovino, de 1780 a 1930, no Piauí, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, três regiões do Brasil onde a produção pastoral desempenhou papel singular e, comumente, dominante, ou seja, onde não constituiu atividade subsidiária, determinada fortemente por outras esferas da produção. A escolha das três regiões deveu-se também às suas diversidades bioecológica e ao fato de não haver interligação e influência direta entre as atividades criatórias das mesmas".

Trecho da apresentação da obra, por Mário Maestri, coordenador do projeto de pesquisa "A produção pastoral no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul - de 1780 a 1930: um estudo comparado"

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 11 - n. 24 - nov. 2010

Reitor UFPI: Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor CCHL: Prof. Dr. Pedro Vilarinho

Chefe DECON: Prof. Ms. João Soares da Silva Filho

Coord. Curso Economia: Prof.ª Ms. Janaina Vasconcelos

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>

Coord. do Projeto Informe Econômico:

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Antonio Carlos de Andrade/UFPI, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Pucas/UFPI, Prof.ª Dr.ª Socorro Lira/UFPI, Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/UFPI, Prof. doutorando Samuel Costa Filho/UFPI, Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto/UFBA, Prof. Dr. Wilson Cano/UNICAMP, Econ. Ms. Zilneide O. Ferreira.

Coord. Publicação e Diagramação:

Economista Enoisa Veras (enoisa@hotmail.com)

Revisão: Economista Zilneide O. Ferreira

(zilneide@terra.com.br)

Projeto Gráfico: MHeN

Jornalista Responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal do Piauí - CCHL - DECON

Campus Ininga - Teresina-PI - CEP.: 64.049-550

Fone: (86) 3215-5788/5789/5790 - Fax.: 86 3215-5697

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Gráfica UFPI



♦ Em face da entrada em vigor das novas regras ortográficas, os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores (seja culto ou coloquial), conforme a 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.

